

**RETRATOS E MEMÓRIAS  
DA HISTÓRIA DE FORMOSA DO SUL**

*Equipe do Projeto*  
*Pesquisa e Texto: André Luiz Onghero*  
*Grupo de colaboradores de Formosa do Sul:*  
*Ademar Szczepanski, Ademário José Comunello, Adir José De Césaro,*  
*Argentino Moro, Daiane Frigo, Gelsi Pedro Gregol,*  
*Idovino Antônio Simonato, Ivone Lanferdini de Abreu,*  
*Jorge Antônio Comunello, Moacir Paulo Fiorese,*  
*Rosemeri Santin, Rosenei Cella, Vilsa Maria Corioletti*  
*Parecer Técnico: Fernanda Ben, Josiane Rosa de Oliveira*  
*Revisão Ortográfica: Rosenei Cella*  
*Projeto Gráfico e Capa: Hilario Junior dos Santos*  
*Imagem da capa: Antiga estrada da Linha Canela, Formosa do Sul.*  
*Foto: André Luiz Onghero, 24 out. 2012.*



*Governo Municipal de Formosa do Sul*  
*Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo*  
*Prefeito: Jorge Antônio Comunello*  
*Vice-Prefeito: Moacir Paulo Fiorese*



*Universidade Comunitária da Região de Chapecó*  
*Vice-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão*  
*Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*

*Reitor: Odilon Luiz Poli*  
*Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Maria Aparecida Lucca Caovilla*  
*Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera*  
*Coordenador do PEC: André Luiz Onghero*  
*Equipe do CEOM: Ademir Salini, Aline Maisa Lubenow,*  
*André Luiz Onghero, Cristiano Moschen Bordignon,*  
*Daniele Cristina Back Vieira, Denise Adriana Argenta,*  
*Douglas Satirio da Rocha, Fernanda Arno,*  
*Francisco Ricardo Coitinho Aiolfi, Maiara Adler, Márcia de Fátima Bombana,*  
*Marcos Bettú, Mirian Carbonera*

ANDRÉ LUIZ ONGHERO

RETRATOS E MEMÓRIAS DA HISTÓRIA DE  
**FORMOSA DO SUL**

  
**UNOCHAPECÓ**  
*Chapecó, 2012*

**Ficha catalográfica elaborada por  
Caroline Miotto CRB 14/1178**

---

981.64 Onghero, André Luiz  
O58r Retratos e memórias da história de Formosa do Sul /  
André Luiz Onghero. - Chapecó : CEOM/Unochapecó, 2012.  
219 p. : il. ; 21 cm

1. Formosa do Sul (SC) - História. 2. Santa Catarina -  
História. I. Título.

---

CDD 981.64

**Direitos autorais reservados ao  
Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó)**

# SUMÁRIO

**Apresentação** | 7

**Introdução** | 11

Patrimônio histórico e cultural presente em Formosa do Sul  
| 11

O processo de pesquisa e a produção da obra | 12

Caracterização dos entrevistados e apresentação das fontes  
históricas pesquisadas | 13

Referenciais teóricos | 21

Título e estrutura da obra | 23

**Capítulo I – Espaço e povoamento** | 27

Ocupação indígena | 29

Ocupação luso-brasileira ou cabocla | 33

As Companhias Colonizadoras e a instalação dos descen-  
dentes de europeus vindos do Rio Grande do Sul | 43

Fundação e colonização da Vila Formosa | 48

A vinda para o “sertão” Oeste catarinense | 51

Habitar em meio ao “mato” | 55

**Capítulo II – Administração e serviços públicos** | 65

Administração no período anterior à emancipação | 65

Emancipação político-administrativa de Formosa do Sul |  
68

Saúde: tratamentos caseiros e atendimento hospitalar | 71

Educação escolar | 82

Segurança | 90

O atendimento religioso e a construção da Capela São Cris-  
tóvão | 92

**Capítulo III - Trabalho e Cotidiano** | 103

Extração madeireira | 104

Agricultura | 107

Criação de animais | 125

Comércio e transporte de mercadorias | 134

Cotidiano, trabalho doméstico e artesanato | 139

**Capítulo IV – Sociabilidade, lazer e religiosidade** | 155

Religiosidade e sociabilidade | 156

Os tempos e espaços da religiosidade e do lazer | 164

Serão ou filó | 172

As festas familiares, brincadeiras e surpresas | 174

Festas comunitárias | 176

Os bailes | 181

Caçadas e pescarias | 184

**Considerações finais** | 191

**Referências** | 195

Bibliografias | 195

Documentos | 200

Entrevistas | 201

Fotografias | 203

**Anexos** | 207

Anexo I - Lei de criação do município | 208

Anexo II - Mapas de Formosa do Sul | 210

Anexo III - Símbolos Municipais de Formosa do Sul | 212

Anexo IV - Gestões administrativas de Formosa do Sul |  
217

## APRESENTAÇÃO

Para compreender o presente, é fundamental o entendimento e a preservação da memória para, a partir daí, construir o futuro de forma consciente, valorizando a trajetória que formou a nossa identidade.

Preservar o patrimônio cultural e a história da população, garantindo que os fatos e fragmentos históricos se propagem através das gerações, é um dos principais investimentos que se pode oferecer para Formosa do Sul e, conseqüentemente, para todas as pessoas que de alguma forma se identificam com o município.

A população de Formosa do Sul há muito tempo desejava conhecer e ver materializada a história do desbravamento e da constituição do município, que para tantos é sinônimo de primeiro e único lar, relatada por aqueles que vivenciaram ou conheceram-na de perto.

A ideia de escrever a história do município partiu da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no ano de 2009, tendo em vista a carência de um documento que retratasse as histórias e memórias

relacionadas à constituição desse território e seus habitantes.

A importância de registrar o patrimônio histórico-cultural reside não somente em fazer conhecer a história de Formosa do Sul, como também na caracterização da identidade formosense, retratando os sujeitos que aqui vivem, influenciando todos os aspectos da vida social da localidade e de toda a região. A partir da elaboração deste livro, todos podem conhecer aspectos do passado e relacioná-los com fatos do dia-a-dia atual, refletir sobre eles, ou mesmo descobrir fatos por vezes perdidos no tempo e importantes na constituição da herança valerosa deixada pelos primeiros habitantes.

Para este livro ser impresso e chegar à casa de cada formosense, foi necessário construí-lo com a simplicidade e a alegria de quem se vê retratado por ele, por isso parte dos primeiros moradores de Formosa do Sul foram visitados e convidados a dar sua contribuição, baseada nas memórias mais caras, muitas vezes guardadas no íntimo, como quem guarda uma relíquia.

Depois do imenso trabalho de seleção de materiais e da escrita do livro, diversas vezes a equipe formada por membros do administrativo municipal e moradores locais, reuniu-se para “tirar a limpo” as diversas histórias contadas ao pesquisador. Nesses momentos descontraídos, surgiam tantos outros fatos e histórias que não constam neste livro, devido à necessidade de estabelecer um limite de páginas, mas com certeza seguirão vivos na memória, de forma a compor inúmeras outras histórias que seguirão passadas adiante nos “causos” contados no dia-a-dia.



Salienta-se que foi gratificante para os envolvidos direta ou indiretamente neste projeto vê-lo sendo construído e agora poder compartilhá-lo. É fundamental também destacar que sempre buscou-se contemplar, da forma mais ampla possível, toda diversidade presente no município de Formosa do Sul.

Valorizar nossa herança cultural passa pelo processo de percebê-la como fundamental, para explicar o que somos e como vivemos. Ela está presente em nosso cotidiano. Mesmo os indivíduos não familiarizados com certos termos e questões pertinentes ao tema, preservam sua herança cultural sem ter a exata noção de estar fazendo, seja nos saberes, na forma como nos expressamos, nas tradições familiares, nas receitas de nossas mães e avós ou nas histórias dos antepassados. É nossa herança cultural que explica grande parte do nosso fazer cotidiano, especialmente hábitos e costumes. Dessa forma, pode-se aprender a valorizar nossa história e ter orgulho do que foi construído. Preservar a herança cultural é responsabilidade de cada cidadão, mas cabe ao poder público investir no seu registro e preservação. Cabe dizer que o processo de pesquisa e relato da história do município não termina aqui, porque a história e a cultura de um povo se transforma no decorrer do tempo e precisa ser constantemente registrada, estudada e valorizada.

Este livro é uma espécie de legado, deixado por aqueles que acreditaram e construíram uma vida melhor. Alguns já partiram, mas suas palavras não serão esquecidas. Deseja-se que este material seja lido, que a comunidade se conheça melhor pelos olhos dos que vieram antes. Que os mais jovens conheçam a história

de seu próprio município e entendam que cada um de nós constrói o país e mundo que temos. Por isso, se o que temos não é o suficiente, temos um aliado que se chama tempo, durante o qual podemos escrever novas histórias.

Secretaria Municipal de Educação,  
Cultura, Esporte e Turismo

## INTRODUÇÃO

### **Patrimônio histórico e cultural presente em Formosa do Sul**

Compreender o patrimônio histórico e cultural como os bens herdados daqueles que nos antecederam favorece o reconhecimento desta herança enquanto elemento presente no dia a dia de cada um. Em Formosa do Sul, o patrimônio histórico e cultural encontra-se muito próximo dos seus moradores, talvez tão próximo que não lhes seja possível pensar em si mesmos sem fazer menção a algum destes aspectos. Ao pensar na cidade, logo vem à mente a imagem de seu espaço central, onde a Capela São Cristóvão apresenta-se emoldurada pelas montanhas verdes que circundam a cidade, mas o patrimônio não está somente nas construções históricas – como a capela ou a casa de madeira que serviu como primeira prefeitura e onde hoje se encontra a Casa da Cultura de Formosa do Sul –, também é constituído pelos costumes e saberes que são lembrados ou praticados. Estes fazem parte do presente dos moradores da cidade

ou do campo desde o despertar diário, no chimarrão, nas refeições com pão caseiro, queijo, salame, polenta, doces, bolachas e outros alimentos feitos conforme as receitas passadas de geração a geração. São saberes espalhados pelas casas – nos bordados, nas peças de vestuário, nos trançados de vime e couro, no chapéu de palha – e que também se expressam a cada frase, carregada de sotaques capazes de contar histórias por meio de uma única palavra, ou permanece nos dialetos, presentes em conversas, anedotas, canções e orações. O patrimônio também é expresso por meio das festas, comemorações, jogos, formas de se relacionar e se visitar, jeitos de rezar e expressar a fé, tratamentos de saúde que utilizam o natural e o sobrenatural. São muitos os gestos, palavras e até pensamentos que trazem estas bagagens há incontáveis anos. Para muitos moradores de Formosa do Sul, olhar para este patrimônio não é somente reconhecer o legado dos antepassados, mas compreender o seu caminho para chegar ao presente e seu potencial para planejar o futuro.

## **O processo de pesquisa e a produção da obra**

A presente obra é resultado de um trabalho desenvolvido entre os anos de 2010 e 2012 por meio de convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Formosa do Sul e a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), com o objetivo de “Registrar o patrimônio material e imaterial dos moradores de Formosa do Sul, de forma a preservar suas memórias e narrativas acerca da história do município,

ênfatizando temas como política, trabalho, cultura, etnia, lazer, sociabilidade e educação”. O projeto foi executado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó), por meio do programa Patrimônio-Escola-Comunidade (PEC), que realizou e/ou organizou todas as etapas do trabalho em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, e contou com a colaboração de uma equipe de moradores de Formosa do Sul.

O projeto foi executado em três etapas, sendo a primeira para pesquisa de documentos, digitalização de fotografias, levantamento de objetos com potencial museológico e registro de depoimentos orais por meio de entrevistas gravadas em áudio e vídeo. A segunda etapa foi dedicada à transcrição integral das entrevistas, análise das fontes e produção textual. Também foram realizadas reuniões com a equipe de moradores, funcionários da prefeitura, prefeito e o técnico em pesquisa do CEOM/Unochapecó, com o objetivo de definir conjuntamente a estrutura do livro e as imagens para publicação, além de complementar algumas informações obtidas durante a pesquisa. O grupo também foi reunido para a leitura do texto e indicação de sugestões e correções. A terceira etapa consistiu na edição e publicação da obra.

### **Caracterização dos entrevistados e apresentação das fontes históricas pesquisadas**

As entrevistas procuraram registrar as memórias de alguns dos moradores mais antigos de Formosa do

Sul, buscando a participação de pessoas que residiram em diferentes localidades que atualmente compõe o município, incluindo diferentes profissões e origens étnicas. Além disso, procurou-se obter um relativo equilíbrio entre os depoimentos de homens e mulheres. O estabelecimento de tais critérios teve como objetivo a obtenção de relatos diversificados, abrangendo de maneira mais ampla a complexidade do passado vivido. O desafio de escolher os depoentes, levando em consideração estes critérios, ficou a cargo da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com o auxílio do Sr. Ademário José Comunello. Assim, foram definidas famílias que vieram a residir na Vila Formosa no início do processo de colonização, apresentadas brevemente a seguir:

Lourdes Assunta Pissaia (15/08/1944), nascida em Nova Prata-RS, chegou em Vila Formosa em 1949, junto com os pais Romano Pissaia e Armida Pasqualon. A vinda da família foi motivada pelo convite de Guerino Somnavilla, que havia loteado o local onde a cidade foi formada. Instalando-se nas proximidades do Rio João Emílio, no atual centro da cidade, a família dedicou-se à agricultura, instalou uma casa comercial e realizava o transporte de mercadorias com uma carroça movida por terno de mulas, conduzida pelo Sr. Romano Pissaia. A Sra. Lourdes permaneceu em Formosa do Sul por 44 anos e atualmente reside em São Lourenço do Oeste, onde trabalha como costureira.

Angelo Cella (in memorian) (04/07/1923), Glória Cella (05/04/1925) e Carlos Cella (05/01/1951), provenientes da colônia italiana de Guaporé-RS, estabeleceram-se próximo ao rio Ouro em 1953, dedicando-se à agricultura.

Além de Formosa do Sul, outros locais como o Distrito de Fernando Machado, no município de Cordilheira Alta e a Colônia Cella, localidade de Chapecó, foram colonizados por primos e irmãos do Sr. Angelo Cella.

Rocco Gregol (in memorian) (16/08/1924) e Antônia Ema Cella Gregol (13/06/1928): natural de Veranópolis-RS, o Sr. Rocco mudou-se com os pais para Faxinal dos Guedes-SC. Em 1954, alguns anos após o casamento com a Sra. Antônia, nascida na Colônia Cella, o casal se estabeleceu na margem esquerda do rio João Emílio.

Ricieri Ângelo Malacarne (02/08/1931) e Ida Maria Seraglio Malacarne (21/03/1925): em 1954 estabeleceram-se na margem direita do rio João Emílio, no centro de Vila Formosa, instalando um estabelecimento comercial. O Sr. Ricieri trabalhou com transporte de cargas, enquanto a esposa Sra. Ida atendia no estabelecimento, ao mesmo tempo em que cuidava dos filhos, do serviço doméstico e agricultura.

Pierina Lucchetta Moro (01/06/1933), natural de Nova Bassano-RS, veio para Vila Formosa em 1955, com o esposo Francisco Moro e dois filhos, acompanhados dos casais Santo Lovato e Tereza Moro, João Moro e Laura Campana, instalando-se provisoriamente na residência de um dos colonizadores, o Sr. Dolorino Cunico. Depois, estabeleceram-se na atual Linha Serra Alta dedicando-se ao trabalho agrícola.

Jandir Ravarena (16/06/1933) e Gema Ravarena (09/10/1931): após o casamento, mudaram-se de Nova Araçá-RS para Vila Formosa, em 1955, juntamente com a família Pasqualon (pais e irmãos da Sra. Gema). Posteriormente estabeleceram-se na atual Linha Beira Rio, onde até hoje dedicam-se à agricultura.

Domingos Conte (28/01/1925), nascido em Paim Filho-RS, filho de Antonio Agostinho Conte e Matilde Zanella Conte. Em 1952 mudou-se para sede de Quilombo e em 1955 instalou-se junto com a esposa Virgínia Casagrande Conte e filhos, na propriedade onde reside até o presente e que deu origem a Linha Conte, devido à atuação da família Conte para a formação da comunidade.

Líbera Comunello (16/11/1929), natural de Nova Prata-RS, estabeleceu-se na Linha Canela com o esposo Valdomiro Comunello, onde foram agricultores.

Etelvina Matiollo Lucchetta (12/11/1933), casada com Luiz Lucchetta (in memorian) em Nova Bassano-RS. Em 1957 veio com o esposo para Linha Serra Alta, onde residia a Sra. Pierina Lucchetta Moro, irmã do Sr. Luiz Lucchetta. Agricultores, posteriormente mudaram para Linha Segalin.

Danilo De Cesaro (22/08/1933) e Sabina Agnoletto De Cesaro (07/08/1937). Mudaram de São Valentim-RS, chegando na atual Linha Barão do Triunfo em 1957, e sempre trabalharam com agricultura.

Adiles De Cesaro Baú (05/05/1937) e José Baú (12/08/1944). Irmã do Sr. Danilo De Cesaro, a Sra. Adiles veio para Vila Formosa em 1957 junto com os pais e irmãos, instalando-se na atual localidade Barão do Triunfo. Já o Sr. José Baú, nascido em Casca-RS, trabalhou em serrarias no Paraná (em Clevelândia, Pato Branco e Vitorino), e mudou-se para Vila Formosa para trabalhar em uma serraria em 1964. Casaram-se em 1965 e tiveram cinco filhos.

Catharina Lanferdini (22/09/1927), natural de Guaporé-RS, em 1957 veio residir próximo a sede da Vila Formosa com o esposo, Abraão Lanferdini, que



trabalhou em uma serraria, enquanto a Sra. Catharina dedicava-se à agricultura e serviços domésticos.

Ademírio José Comunello (23/02/1940) e Diva Maria Comunello (05/12/1947): por volta de 1958, o Sr. Ademírio mudou-se de Nova Prata-RS com seus pais Inocente e Iolanda Comunello, para perto da propriedade dos tios Valdomiro e Líbera Comunello. Agricultor, também trabalhou com a venda de máquinas agrícolas e, na década de 1980, foi intendente do Distrito de Formosa do Sul. A Sra Diva, nascida na Linha Bento Gonçalves (localidade que atualmente pertence ao município de Cordilheira Alta), mudou com os pais para Quilombo e, após o casamento, passou a residir na Linha Canela.

Idovino Antônio Simonato (10/03/1929): natural de Nova Prata-RS, mudou-se para Veranópolis e Guaporé junto com os pais. Seu pai trabalhava com transporte de mercadorias com carroça de mulas. Seguindo a profissão, Sr. Idovino trabalhou com transporte, dirigindo caminhão a partir de 1948. Casado com a Sra. Lenira Picoli, em 1958, o Sr. Idovino mudou para Vila Formosa, assumindo a administração da Serraria Picoli & Simonato Ltda e um abrindo um estabelecimento comercial. Também atuou como vereador e vice-prefeito de Quilombo.

Oliva Picoli (01/12/1920), Diva Picoli Foppa (29/04/1945), Danilo Foppa (21/03/1944): nascida em Barão de Cotegipe-RS, a Sra. Oliva veio como esposo, Sr Remiggio Picoli e as filhas Maria e Diva para a Vila Formosa em 1958. A família instalou-se próximo à atual sede, onde trabalhou na agricultura. O Sr. Danilo Foppa, esposo da Sra. Diva também participou da entrevista relatando o conhecimento acerca do local e dos

costumes, pois mesmo residindo nas proximidades, sempre manteve contato com a comunidade de Formosa do Sul, onde reside desde 1994.

Além de serem todos procedentes do Rio Grande do Sul, os entrevistados citados anteriormente também são descendentes de italianos e mantêm traços da cultura de seus pais e avós, que inclui o dialeto, a culinária, a religiosidade e outros costumes familiares. O povoamento do município de Formosa do Sul também teve a presença de outras etnias, como os caboclos, que já residiam no local antes da chegada dos colonizadores descendentes de europeus. Buscando registrar as memórias deste grupo étnico e social, foi realizada a entrevista com a Sra. Maria Florisbela Pires (12/12/1933). Nascida em Cruzeiro do Sul-RS, mudou-se junto com os pais para Santa Catarina, quando tinha cerca de 8 anos de idade. A família composta pelo casal e nove filhos morou em vários locais da região. A vinda da Sra. Maria Pires para Formosa do Sul ocorreu após o seu casamento com o Sr. Simeão Rodrigues, residindo na Linha Canela. Seu depoimento trouxe detalhada descrição de elementos da cultura cabocla.

Entre as famílias que vieram do Rio Grande do Sul colonizar o Oeste de Santa Catarina, muitas eram descendentes de poloneses. Procurando conhecer seus costumes e memórias, foi realizada a entrevista com a família Szczepanski.

Constante Szczepanski (19/07/1928), Iracema Paveukiewicz Szczepanski (11/11/1935), Ademir Szczepanski (30/11/1955) e Mauri Szczepanski (18/06/1972): em 1967, a família saiu de Aratiba-RS em direção às terras adquiridas no atual município de Santiago do Sul-SC, na divisa com Formosa do Sul.

Em seguida, o Sr. Constante adquiriu um lote na Linha Barão no Triunfo, onde reside até hoje. Sendo a primeira família polonesa a se estabelecer no local, a família Szczepanski conviveu com outros grupos étnicos sem perder a identidade e o interesse pela cultura polonesa.

Complementando o registro das memórias sobre a comunidade de Vila Formosa e pesquisa sobre a história do município, foi realizada uma entrevista com o Sr. José Remigio Chiarello (04/06/1925), construtor da capela São Cristóvão, além de várias moradias e obras de Formosa do Sul e outros locais. Atualmente residindo em Xaxim-SC, ele relatou sobre sua experiência como carpinteiro.

Buscando informações acerca dos benzimentos, foi entrevistado o Sr. Sebastião Ribeiro de Saldanha (20/01/1935), morador da Linha Beira Rio, que há mais de 50 anos faz benzimentos e práticas de cura.

Com o objetivo de obter relatos acerca do processo de emancipação de Formosa do Sul, foram entrevistadas algumas pessoas que tiveram cargos administrativos durante o período do distrito e após a emancipação.

Anestor Antônio Simonato (05/12/1953), nascido em Serafina Correa-RS, filho do Sr. Idovino Antônio Simonato e da Sra. Lenira Maria Picolli Simonato, chegou em Vila Formosa junto com os pais, com 5 anos de idade. Trabalhou com os empreendimentos da família, incluindo transporte e comércio de madeira e posto de combustível. Teve participação na política local, inicialmente como vereador de Quilombo, presidente da comissão pró-emancipação de Formosa do Sul e depois como prefeito nas gestões 1993-1996, 2001-2004 e 2005-2008.

Vilsa Maria Corioletti (29/03/1958), nascida em Formosa do Sul, filha do Sr. Ricieri Ângelo Malacarne e da Sra. Ida Maria Seraglio Malacarne, foi professora e atuou politicamente no município, exercendo cargos de vice-prefeita na gestão 1993-1996 e prefeita em 1997-2000.

As citações de depoimentos foram alteradas buscando sua adequação gramatical, tomando o cuidado para não modificar as informações ou opiniões transmitidas pelos depoentes. Nos arquivos do CEOM/Unochapecó e da Prefeitura Municipal de Formosa do Sul podem ser consultadas as gravações das entrevistas e as transcrições originais, nas quais procurou-se manter as características da oralidade dos depoentes, como sotaque, expressões regionais e culturais, etc.

Também foram analisados documentos escritos, dos arquivos da Capela São Cristóvão, Casa da Cultura e Escola de Educação Básica Rui Barbosa. Documentos estes que registram dados sobre o município, sobre a escola e a comunidade religiosa.

Fotografias de acervos dos entrevistados, EEB Rui Barbosa e da Casa da Cultura que retratam momentos do cotidiano dos moradores, lugares e eventos, foram digitalizadas de maneira a formar um acervo fotográfico para o município de Formosa do Sul, além de contribuir significativamente para a elaboração da presente obra.

Objetos do cotidiano dos moradores também foram fotografados e catalogados durante o trabalho de pesquisa, informando sobre o trabalho e as condições de vida dos colonizadores.

Também foram consultadas imagens e textos arquivados no Centro de Memória do Oeste de

Santa Catarina CEOM/Unochapecó, e biblioteca da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, relacionados a Formosa do Sul, ao contexto de povoamento do Oeste de Santa Catarina e dos municípios de Chapecó e Quilombo, dos quais o território que constitui Formosa do Sul foi desmembrado.

Cabe ressaltar que o presente trabalho não teve o objetivo de reunir ou fazer uso da totalidade das fontes históricas existentes sobre o local, nem de registrar as memórias de todos os moradores que tiveram atuação significativa para a comunidade e o município, pois tal pretensão extrapolaria as condições de pesquisa e produção estabelecidas no convênio.

## **Referenciais teóricos**

Tanto o trabalho de pesquisa quanto a produção escrita remetem às contribuições teóricas de importantes historiadores como E.P. Thompson, Carlo Ginzburg, Marc Bloch, Jacques Le Goff, Michael Pollak e Alessandro Portelli, além do filósofo Walter Benjamin. Destes autores, que tem sido referência para refletir sobre a escrita da História, serão apresentadas apenas breves proposições, pois esta obra não objetiva discorrer acerca da historiografia, mesmo que em momento algum possa abdicar das contribuições teóricas.

A ampliação das fontes defendida pela Nova História, expressa pelas palavras de Marc Bloch (2001), ao afirmar que a diversidade de fontes é favorável à investigação dos fatos, motiva a procura de fontes diversas, além dos documentos de caráter “oficial”, in-

cluindo os depoimentos orais, as imagens e a cultura material, na investigação sobre o passado. Neste aspecto, pode-se lembrar da contribuição de Carlo Ginzburg (1989) ao comparar o historiador a um detetive que por meio de indícios tenta desvendar o que ocorreu no passado.

Mas além dos fatos ocorridos, o passado foi obra de expectativas, projetos, necessidades, sentimentos e anseios. Este é um dos sentidos que carrega o termo “Experiência”, proposto por E.P. Thompson (1981). Segundo ele, ao considerar as experiências dos sujeitos históricos, percebe-se a dimensão subjetiva dos fatos, o que as pessoas pensaram estar fazendo ou sentiram. Para encontrar essa subjetividade, as fontes orais são privilegiadas, afirma Alessandro Portelli (1997).

Refletir sobre a Memória é essencial para compreender esta obra, que fundamenta-se principalmente sobre uma série de narrativas orais, com base na rememoração sobre os acontecimentos vividos. A partir de alguns textos do filósofo Walter Benjamin (1995), vários historiadores têm estudado sobre a memória, compreendendo-a como um processo dinâmico, desencadeado do momento presente buscando elaborar e reelaborar explicações ou narrativas que façam sentido, selecionando fatos e detalhes, atribuindo novos sentidos e estabelecendo novas compreensões, sempre em contraponto ao esquecimento. Além disso, as disputas sobre o que lembrar e o que esquecer também são sociais e políticas, como afirmam Jacques Le Goff (1990) e Michael Pollak (1989).

Escrever a história de um dos municípios do Oeste de Santa Catarina também requer conhecimento sobre

produções historiográficas sobre a região, capazes de subsidiar a interpretação das informações obtidas na pesquisa e situá-las no contexto histórico mais amplo.

A produção desta obra também se orientou nas publicações anteriores do Programa Patrimônio-Escola-Comunidade, do CEOM/Unochapecó, como “Nova Itaberaba: o presente em busca do passado”, de Hilda B. Dmitruk e Therezinha C. Jagusenski; “Cordilheira Alta: pelos caminhos da memória”, de Claiton Márcio da Silva; Josiane Oliveira e Marcos Batista Schuh; “Fios entre memórias: municípios abrangidos pela linha de transmissão de energia elétrica Campos Novos/Santa Marta” e “Histórias da colonização de Palmitos”, de Marcos Batista Schuh; “Memória e Experiência. A construção da história no município de Quilombo” e “Espelho das Águas: olhares e leituras sobre a história de Águas de Chapecó”, ambos de Juçara Nair Wolff e Marcos Batista Schuh.

### **Título e estrutura da obra**

A escolha do título Retratos e Memórias da História de Formosa do Sul refere-se a aspectos elementares do projeto. O termo “retratos” busca, não apenas fazer referência às fotografias (fontes iconográficas) utilizadas, mas também pensar metaforicamente na produção das narrativas como retratos possíveis sobre aspectos selecionados da realidade. Tal como o retrato, a narrativa não é o fato em si, mas uma representação dele. Assim como um retrato seleciona a posição, o ângulo, a cor e a luminosidade para formar a imagem, a

narrativa histórica também é produto de escolhas, formando uma das representações possíveis sobre o passado e, portanto, não deve ser tomada como uma verdade inquestionável ou absoluta. O termo “Memórias” diz respeito às principais fontes utilizadas na obra, os depoimentos orais, que expressam as memórias daqueles que vivenciaram os acontecimentos, carregadas de subjetividade e reelaboradas no presente. Optou-se pelo plural, remetendo às diversas memórias presentes no município. Já o termo “História de Formosa do Sul” diz respeito ao conjunto de conhecimentos produzidos a respeito do passado, a partir de fontes históricas relacionadas aos espaços e aos grupos sociais que formaram o município de Formosa do Sul.

A obra foi estruturada em quatro capítulos, agrupando temas de forma a demonstrar relações entre aspectos históricos que, mesmo estudados separadamente, nunca estiveram separados na vida das pessoas.

O Capítulo I é dedicado à compreensão da paisagem natural como espaço utilizado por diferentes grupos étnicos e sociais em diferentes épocas para o desenvolvimento de seu modo de vida. Para tanto, foram enfocados três momentos distintos de povoamento e sua relação com o ambiente natural: os indígenas, os caboclos e os colonizadores descendentes de europeus vindos do Rio Grande do Sul a partir da década de 1950. Procurou-se mostrar alguns dos elementos que atraíram as diferentes populações e também que condicionaram suas experiências.

O Capítulo II tentou traçar a trajetória administrativa do município e apresentar algumas das transformações ocorridas em relação à saúde, educação, segurança e atendimento religioso.



Dedicado ao trabalho e ao cotidiano, o Capítulo III descreve as principais atividades econômicas e analisa o espaço do lar enquanto local de trabalho e sociabilidade vinculado às tradições e aspectos culturais próprios das etnias presentes no município.

As atividades de lazer e religiosidade são descritas e analisadas no Capítulo IV como formas de sociabilidade, ou seja, atividades que promovem o encontro e relacionamento entre as pessoas.

Em toda a obra procurou-se compreender a colonização do local e formação do município de Formosa do Sul como um processo em que os indivíduos não se encontram isolados, mas agindo em grupo, trocando conhecimentos e vivências. Não pretendemos apresentar “os primeiros” ou “os pioneiros”, por entender que as atividades desenvolvidas no território que veio a se configurar como município não surgiram ali, mas resultaram das experiências trazidas por migrantes de outras localidades, interagindo com aqueles que já residiam no local.

Sem a pretensão de substituir as narrativas daqueles que viveram os acontecimentos aqui apresentados, nem de se tornar uma “história oficial”, a obra se propôs a organizar, de forma didática, fragmentos das memórias narradas e informações provenientes de fontes diversas, compondo textos acerca de alguns dos muitos assuntos que dizem respeito às experiências vividas pelos moradores de Formosa do Sul. Com isto, além de reconhecer os indivíduos e grupos como sujeitos da sua história, temos a intenção de motivar os leitores a buscar outras narrativas, fazer outras leituras e também produzir outras interpretações sobre o passado, respondendo aos questionamentos do seu presente.

## CAPÍTULO I – ESPAÇO E POVOAMENTO

O território montanhoso<sup>1</sup> de 99,576 Km<sup>2</sup> que constitui o município de Formosa do Sul, é cortado pelos córregos nomeados como rio João Emílio e rio Ouro. As águas que costumam escorrer vagarosamente entre as pedras e a terra avermelhada desembocam no rio Chapecó e deste seguem pelo rio Uruguai até se misturar com as águas salgadas do oceano Atlântico, depois de irrigar diferentes paisagens e ser utilizada de diversas formas. Se os rios, riachos e córregos – as “sangas” como são chamados no Sul do Brasil – mostram o caminho das águas, os rastros dos homens que dela beberam nem sempre são tão evidentes. Neste capítulo pretende-se analisar as relações estabelecidas por aqueles que fundaram a Vila Formosa e o meio natural no qual desenvolveram seu modo de vida. Tem-se também a intenção de apontar outras formas de ocu-

---

1 “90% da área territorial é montanhosa e ondulada, apenas 10% é de área plana.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL, 2012).

pação do espaço e da natureza, anteriores ao processo de colonização que resultou na constituição da referida vila.

Antes das atuais divisões municipais, ou mesmo, da divisão entre uma e outra propriedade de terra, o local era coberto por mata, classificada cientificamente como Floresta Ombrófila Mista. O termo “Ombrófila” diz respeito à ocorrência das chuvas, que podem acontecer regularmente durante o ano, sem um período específico de seca ou de chuva, como ocorre em outras regiões da América do Sul. Em relação às espécies vegetais, a floresta Ombrófila Mista caracteriza-se pela presença do pinheiro Araucária (*araucária angustifolia*), ocupando o topo da floresta, composta por grande diversidade vegetal (SONEGO; BACKES; SOUZA, 2007). Na região do rio Uruguai e afluentes, como o rio Chapecó, suas margens possuem vegetação classificada como floresta Estacional Decidual, caracterizada por espécies que perdem as folhas, total ou parcialmente, durante o inverno (VACCARO, 1997).

Relatos sobre o local onde foi fundada a Vila Formosa na década de 1950 o descrevem como “sertão”, ou seja, local despovoado: “Sertão, sertão. Aqui era sertão. Se queria construir, tinha que cortar o mato [...]. Madeira dura, tinha [...] Meu Deus, quanta madeira que eu queimei, pra poder fazer roça” (Catharina Lanferdini).

Porém, tal sertão não era um local vazio, mas coberto pela vegetação nativa, composta por diversas espécies e que abrigava uma fauna diversificada, na qual são citados animais como porco-do-mato (cateto e queixada), veado, anta, onça, leão-baio (puma), gato-

do-mato, paca, tamanduá-mirim, lagarto, cobra, pássaros e peixes diversos.

A ocupação humana deste ambiente natural não ocorreu de forma única. Ao longo dos séculos, diferentes formas de se relacionar com a natureza foram estabelecidas, tema abordado a partir de três eixos: ocupação indígena; ocupação luso-brasileira ou cabocla e a colonização com descendentes de europeus oriundos do Rio Grande do Sul, realizada no século XX.

## **Ocupação indígena**

O povoamento da região com grupos indígenas, é conhecido por meio de documentos históricos, fotografias, depoimentos e vestígios materiais, constituindo objeto de pesquisa de diferentes ciências. Uma delas é a arqueologia, que, por meio de estudos sistemáticos de vestígios materiais, tenta identificar os povos do passado e a forma como viviam.

Os locais onde encontram-se os vestígios são chamados “sítios arqueológicos” e o estudo dos artefatos, que constituem patrimônio reconhecido pelo Estado brasileiro, deve ser realizado apenas por arqueólogos com autorização do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma vez que são protegidos pela Lei 3.924 de 1961.

No Oeste de Santa Catarina, os sítios arqueológicos com datação mais antiga localizam-se nas margens do rio Uruguai, em Itapiranga-SC e Mondaí-SC, onde foram encontrados restos de fogueiras acompanhados de lascas e artefatos de pedra lascada, datados em mais

de oito mil anos atrás e que eram produzidos e utilizados por grupos que sobreviviam da caça, pesca e da coleta de alimentos. Os agrupamentos humanos localizavam-se geralmente próximos aos rios, tendo em vista a facilidade de obter água e a abundância de alimentos, principalmente peixes e animais de caça.

Por volta de 1000 anos atrás, chegaram à região dois outros grupos, um de origem amazônica e outro originário do centro do Brasil. Ambos praticavam a agricultura e conheciam técnicas diferenciadas, como a produção de objetos cerâmicos, e, além de lascar, também poliam as pedras para confeccionar objetos (ROGGE; CARBONERA, 2011; SCHMITZ, 2011).

Nas margens do rio Uruguai existem muitos sítios arqueológicos que apresentam fragmentos de vasilhames cerâmicos deixados por um destes grupos, conhecido como Guarani. Encontrados em menor profundidade, estes materiais são datados em aproximadamente 600 anos atrás e relacionam-se a grupos que permaneciam maior tempo num mesmo local, praticando a agricultura, além da caça, pesca e coleta. Com a argila faziam vasilhas cerâmicas de diferentes formatos, tamanhos e usos, como guardar sementes, bebidas, cozinhar, enterrar os mortos, entre outros.

Estudos realizados no Oeste catarinense, no Rio Grande do Sul e na Argentina identificam um amplo território povoado pelos Guarani, que “abrange as florestas que margeavam o Alto Uruguai, o alto Paraná, o vale do Jacuí e parte da planície costeira do Atlântico, território no qual teriam vivido centenas de milhares de Guarani.” (SCHMITZ, 2011, p. 88).

Schmitz (2011) afirma que a partir do século XVI, quando portugueses e espanhóis começam a colonizar

a América, parte desta população foi caçada como escrava e outra parte foi agrupada nas reduções jesuíticas. De acordo com D'Angelis (2006), à medida em que o rio Uruguai começou a ser frequentado e utilizado como via de transporte e penetração no território, os grupos Guarani, arredios ao contato, buscaram refúgio em outras áreas, como as matas de Misiones, na Argentina. "Alguns deles permaneceram nos seus locais tradicionais até serem molestados pelas levas colonizadoras já no século XX." (D'ANGELIS, 2006, p. 296).

As florestas de pinheiros das terras altas e os campos do planalto foram habitadas por uma cultura que provavelmente foi ancestral dos Kaingang e Xokleng. Devido aos invernos rigorosos das áreas em que habitavam, utilizavam as chamadas "estruturas subterrâneas", formadas por uma cobertura de troncos e palha sobre uma escavação circular no chão. Muitas dessas estruturas foram utilizadas como moradias, cujos vestígios são datados em períodos de 1300 a 800 anos atrás, localizavam-se em terrenos com elevações, próximos a cursos de água. Conforme Schmitz (2011), a subsistência destas populações provinha da coleta de pinhão, caça, pesca e cultivo de alguns vegetais.

No século XIX, quando os colonizadores portugueses e seus descendentes iniciaram o processo de ocupação dos campos de Guarapuava-PR e posteriormente de Palmas-PR, Campo Erê-SC, Nonoai-RS e Erechim-RS, entraram em contato com grupos indígenas, com os quais tiveram muitos conflitos, mas também foram estabelecidas alianças entre indígenas e militares para combater ou pacificar outros índios. Este processo resultou no confinamento dos indígenas em algumas

áreas, possibilitando a criação de fazendas nos referidos campos (D'ANGELIS, 2006).

Na atualidade, grande parte dos Kaingang e Guaraní que vivem no Oeste de Santa Catarina reside em terras indígenas como: Terra Indígena Xaçecó, Terra Indígena Toldo Chimbanguê, Aldeia Condá, Toldo Pinhal, Toldo Imbú e Palmas<sup>2</sup>. Mas sua presença não está restrita aos espaços reservados por lei. Por meio da sua interação com as pessoas que vieram ocupar a região, uma parcela significativa da população que vive no Oeste catarinense, inclusive no município de Formosa do Sul, é descendente de indígenas e preserva, além das características genéticas, vários costumes que têm origem nas culturas indígenas.

Uma amostra desta interação entre indígenas e outros grupos étnicos pode ser percebida na obra de Kroth (1993), que apresenta depoimentos afirmando a presença de indígenas em Quilombo-SC: “[...] Isto aqui era cheio de índios. Faziam balaios, tinha muita criança. Nós moramos cinco anos com os índios.” (Iraci Venâncio). Conforme a autora citada, os moradores mais antigos do atual bairro Santa Inês, pertencentes a

---

2 Além das Terras Indígenas citadas, foi declarada de ocupação tradicional a Terra Indígena Guaraní do Araçáí, localizada em parte dos municípios de Saudades-SC e Cunha Porã-SC. No entanto, os agricultores que residem no local têm resistido ao processo de demarcação alegando que tem a propriedade das terras onde moram. Este é um dos conflitos resultantes das disputas territoriais ocorridas na região e da forma como a colonização realizada no século XX (abordada neste capítulo) reordenou a ocupação do território.

etnia luso-brasileira, ou cabocla, relatam ter convivido com famílias Guarani, que se retiraram do local na medida em que chegavam os colonizadores descendentes de europeus.

Entre os descendentes de indígenas que residem nas terras demarcadas emergem relatos e experiências que dizem respeito a uma forma de viver na natureza onde o acúmulo de riquezas não fazia sentido. Neste contexto, a caça, a pesca, a coleta e a agricultura de subsistência eram as atividades desempenhadas para obter o sustento das famílias. Tal modo de vida não provocou grandes devastações ou extinção de animais, mesmo que fizessem pequenas queimadas e roçados, praticassem a caça de vários animais e consumissem peixes com frequência, além de fazerem uso constante de lenha para o manter o fogo, e madeira para construção de moradias e utensílios.

Em áreas rurais de Formosa do Sul já foram encontrados objetos como pontas de flecha feitas em pedra e fragmentos cerâmicos, indicando a presença de indígenas e constituindo um importante patrimônio para estudar os povos que ocuparam ou percorreram esse território no passado.

## **Ocupação luso-brasileira ou cabocla**

“Caboclo” é um termo empregado para definir, entre outras coisas, os indivíduos e as culturas que se originaram a partir da miscigenação entre indígenas e europeus, que no território brasileiro teve início após a chegada dos portugueses, ou “lusitanos”. Neste senti-



do, corresponde ao termo luso-brasileiro, que expressa esta dualidade étnica e cultural.

Diante da imensidão do território colonizado por Portugal, as relações estabelecidas historicamente entre os europeus, seus descendentes, indígenas e africanos originaram populações caboclas em praticamente todo o território brasileiro, com diferenças decorrentes da trajetória histórica à qual estão relacionados.

No Oeste de Santa Catarina, o termo “caboclo”, que já teve uma conotação pejorativa<sup>3</sup>, e é retomado no início do século XXI com orgulho por grupos que afirmam positivamente a identidade cabocla, fortalecendo e divulgando sua cultura<sup>4</sup>.

A história deste grupo remete às incursões pelo atual Sul do Brasil por bandeirantes, militares e outros, de origem ou descendência portuguesa ou espanhola, estabelecendo relações com grupos indígenas e adquirindo conhecimento sobre o território e seus recursos. Entre os séculos XVII a XIX, a região Sul integrou-se na economia do Brasil colonial como fornecedora de gado bovino e muares através da atuação dos chamados “tropeiros”, aqueles que conduziam as “tropas” de gado por longas distâncias. Nos caminhos utilizados para a condução do gado, foram criados povoamentos

---

3 “A denominação caboclo carrega uma acentuada conotação pejorativa e é, em grande medida, fruto do preconceito e do caráter etnocêntrico da representação dos camponeses de origem (e das elites) sobre essa população” (POLI, 2001, p. 33. Grifos no original)

4 Exemplos destes grupos são a Sociedade Amigos da Viola (SAVI) e Puxirão Caboclo, ambos de Chapecó-SC.

e vilas, sendo o principal caminho por Lages-SC. No século XIX foi aberto um caminho que atravessava o rio Uruguai no passo Goio-ên.

A partir de 1850 o gado argentino que entrava pelo Passo de São Borja e Santa Maria, seguia até os campos de invernadinha de Cruz Alta e Passo Fundo, para depois rumar pelo Passo de Goio-En até os Campos Gerais do Paraná, atingindo a feira de Sorocaba em São Paulo, percorrendo mais de duzentas léguas ou mil e duzentos quilômetros. (FLORES, 1998, p. 37).

Estes caminhos tiveram grande importância no povoamento do interior do Sul do país, a partir da criação de gado nos campos do Rio Grande do Sul, Guarapuava-PR, Lages-SC e Palmas-PR. A ocupação destes campos não ocorreu de forma pacífica, pois muitas vezes eram territórios ocupados por grupos indígenas, com quem os fazendeiros entravam em conflito, como citado anteriormente. Além disso, também havia confrontos entre os próprios fazendeiros, que eram concorrentes na ocupação das terras (RENK, 2006b, p. 33-34).

No final do século XIX, a Revolução Federalista, que ocorreu no Rio Grande do Sul, foi mais um fator que impulsionou a vinda de muitas pessoas para a região em busca de refúgio. Além disso, no início do século XX, a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, passando pelas proximidades do rio do Peixe, trouxe trabalhadores de diversas regiões do Brasil, dos quais muitos permaneceram na região.

Os povoamentos estabelecidos procuravam extrair alguns recursos naturais que possibilitavam a obtenção de lucros imediatos, como o corte da erva-mate e da madeira. Do atual Oeste catarinense, a madeira e a

erva-mate eram conduzidos até a Argentina, utilizando o rio Uruguai como via de transporte, atividade que foi desenvolvida até meados do século XX. Em todas essas atividades econômicas a mão-de-obra empregada era constituída em grande parte por luso-brasileiros, ou caboclos. Mas também havia famílias que sobreviviam de pequenos plantios de subsistência e criação de animais, muitas vezes soltos, mudando de local com frequência.

De maneira geral, a cultura “cabocla” caracteriza-se pela mescla de elementos da cultura lusitana, indígena e africana, na qual a proporção entre os elementos é inconstante e difícil de definir.

Na medida em que os projetos da modernidade, com base no desenvolvimento técnico e científico europeu, foram propostos para a região Sul do Brasil, o modo de vida simples dos caboclos passou a ser considerado inadequado. O maior expoente da violência empregada no processo de retirada dos caboclos dos locais onde habitavam é a Guerra do Contestado<sup>5</sup>, conflito ocorrido entre 1912 e 1916, entre grupos de cabo-

---

5 Este conflito foi desencadeado em meio a vários fatores: a resistência dos caboclos em deixar as terras onde viviam como exigia a empresa Brazil Railway Company, que recebeu concessão de 15km de cada lado da ferrovia que construiu ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul (além do interesse pelas terras, a empresa explorava a madeira abundante em toda a região); o agrupamento de caboclos em torno da crença no monge conhecido como José Maria, proporcionando a organização de uma irmandade de caráter religioso, que estabeleceu diversos povoamentos e enfrentou os exércitos do Paraná, Santa Catarina e federal; a disputa judicial entre os estados do Paraná e Santa Catarina pelo território de 48.000 km<sup>2</sup> (AURAS, 1984, VALENTINI, 2003).

culos e forças armadas. Porém, este não foi o único momento em que os caboclos foram expropriados de suas moradias, com a Lei de Terras de 1850, a propriedade de terras passou a ser reconhecida apenas mediante a escritura, obtida por meio do registro da propriedade. Diante do isolamento e da falta de instrução e informação, grande parte da população cabocla não registrou as propriedades onde residia e acabou até mesmo perdendo o direito às terras, quando estas eram registradas por outra pessoa ou consideradas “terras devolutas”<sup>6</sup>. Muitos caboclos foram considerados intrusos por não terem escritura e, expropriados, embrenharam-se pelo sertão despovoado<sup>7</sup>.

Quando as famílias de origem italiana vindas do Rio Grande do Sul se instalaram na Vila Formosa, encontraram o local habitado por famílias caboclas. Conforme a Sra. Lourdes Assunta Pissaia, cuja família

---

6 Terras devolutas eram as terras que não foram registradas e que, consideradas desocupadas, passavam à administração dos estados. D’Angelis (2006) afirma que a Lei de Terras (nº 601 de 18-09-1850), regulamentada pelo Decreto nº 1318, de janeiro de 1854, voltava-se contra as formas tradicionais de apropriação de terras como as sesmarias, a posse direta e a ocupação indígena, favorecendo os setores dominantes da sociedade, com acesso à informação e aos círculos do poder, que registravam para si enormes extensões de terra com o objetivo de lucrar com a revenda (p. 298-299).

7 Renk (2006a) afirma que as companhias colonizadoras tinham como prática apresentar opções de compra ou retirada do local. Grande parte dos “posseiros” optaram pela segunda alternativa. Em casos de resistência e permanência na área ocupada, era realizado o despejo (p. 50).

chegou ao local por volta de 1949, os caboclos que residiam no local não tinham propriedade da terra e não costumavam permanecer por muito tempo: “Eles vinham e saíam dali. Eles ficavam um pouco de tempo e depois saíam e vinham outros. Era assim naquele tempo.” (Lourdes Assunta Pissaia).

Conforme os relatos, os caboclos residiam em moradias rústicas, construídas com taquara ou com tábuas feitas de madeira lascada, cobertas com folhas ou tabuinhas, como relata a Sra. Maria Florisbela Pires, de origem cabocla, cuja trajetória narrada permite conhecer detalhes sobre o modo de vida deste grupo étnico.

Eu vim para Santa Catarina, eu acho que tinha uns oito anos, era pequena. Nós viemos um pouco a pé com cargueiro. Um pouco nós pousava [pernoitava, dormia] num lugar, pousava em outro, porque a gente era muito pobre. Não tinha como pagar um carro. Viemos para um pedacinho de terra que o finado pai arrumou com um cunhado dele. E ali nós ficamos. Acho que uns dois, três anos ali. Depois, ele arrendou mais terra e nós ficamos. De lá, quando nós viemos pra Saudade Velha, acho que eu já tinha uns quinze anos. [...] Naquele tempo não se comprava [terras]. Se tinha um capoeirão, uma terra de sobra, falava com o dono da terra e fazia uma roçada. Fazia aquela roçada e um “rancho” de folha de taquara e colocava a família ali e no outro dia começava a trabalhar. Roçar bem roçadinho. Fazia esteira com folhas de taquara. Pegava a taquara, cortava, batia pra fazer a esteira. [...] Quando era no outro dia, os homens já começavam trabalhar e a mãe começava a limpar ao redor [...] Era assim que a gente vivia. E cozinhava... cortava estacas e fazia um fogo no meio, ali cozinhava. Dizíamos o “fogo da paciência”. Ali a gente cozinhava. Senão, com as panelas em cima dos “tição” [lenha em brasa]. [...] No tempo que eu me criei, com o finado meu pai, foi assim. E fome a gente não passava, porque tinha bastante caça. E o que plantava dava bem, também. Mas, depois que

ele [pai] morreu, nós sofremos bastante. [...] O meu irmão mais velho ia para Campo Erê [SC], roçar, fazer empreitada. Trabalhava a semana inteira para, de tarde, no fim de semana, trazer um pouquinho de mantimento para casa. [...] A gente era pobre, não era só nós, todos os vizinhos. Colchão, a gente tinha que rasgar o milho, a palha do milho para fazer o colchão. E, quando nós chegávamos nesses acampamentos recém feitos, o finado pai mandava cortar um monte de samambaia para por no chão, para não passar umidade do chão pros forros. (Maria Florisbela Pires).

O depoimento demonstra situações que eram comuns para muitas famílias caboclas da região: sem a propriedade legal das terras, mudavam de moradia com frequência, residindo em moradias construídas e mobiliadas com os materiais disponíveis. Seu sustento provinha da prestação de serviços em forma de empreitada, agricultura e da criação de animais soltos:

Nós criávamos com piquete, que o finado pai fez. Derrubava madeira, fazia aquele piquete e ia amarrando com cipó, pra criação não escapar. [...] Ali nós criávamos os porcos. Tínhamos uns leitões na beira do rio. Ali o gado era solto, e os animais, os cabritos também. E pras ovelhas meu pai fez um piquete também. [...] A gente colhia bastante. Colhia milho, arroz, feijão, trigo... Levava no moinho. Era sofrido pra ir no moinho. O meu irmão, às vezes levava dois dias, a cavalo, pra levar os cargueiros, para ir ao moinho. (Maria Florisbela Pires).

Era tudo mato. Capoeirão grosso. O primeiro caboclo que entrou aqui derrubou [o mato]. Ele tinha porcos, ele soltava. [...] Ele fez as rocinhas dele e plantou, [...] e ele soltava... ele tinha um... animal, e ele tinha porco também, e ele soltava naquela rocinha de milho, pra eles comer. (Glória Cella).

A chegada dos colonizadores, com a propriedade da terra assegurada pela escritura, fez com que muitas famílias caboclas abandonassem os locais onde residiam, partindo para outras regiões: “então eles saíram, foram lá para o Paraná, e deixaram a casinha.” (Jandir Ravarena).

Outros procuraram interagir com os colonizadores como prestadores de serviço ou agregados: “você chamava ele para trabalhar e ele vinha. Sempre precisava. Começamos a criar galinhas, porcos, e ele precisava de comida assim.” (Italvina Lucchetta).

Esses dois [Belizário da Rosa e Martins da Rosa] que moravam aqui [próximo ao rio João Emilio] trabalhavam para mim como arrastadores, para os bois arrastar as toras. Muito boa gente (Idovino Simonato).

Porém, neste contexto, não se encontravam em situação de igualdade com os colonizadores. Em contraposição a estes novos moradores, geralmente de origem europeia, representando o ideal de progresso almejado, os caboclos eram os “brasileiros”, considerados inferiores, perigosos e inaptos para promover o progresso, que naquele contexto significava ter iniciativa para construir cidades, produzir com a agricultura e a criação de animais:

O nosso costume era de fazer as coisas, de iniciar, de produzir, de fazer potreiro, fazer roça. E eles pouco se importavam, só trabalhavam de empreitada. Empreitava pra eles um pedaço de capoeirão, mato, eles faziam [roçavam], pagava dinheiro e dava comida para eles. (Rocco Gregol).

Mesmo existindo o convívio, não significava total harmonia e nem igualdade entre os diferentes grupos.

Os relatos demonstram concepções acerca dos caboclos, marcados por expressões como “gente boa”, para aqueles que foram auxiliares nos trabalhos pesados, mas também como um contraponto aos que representavam perigo:

Tinha esses caboclos que ajudavam bastante, não eram ruins como... mas tinha “sem vergonha”, a gente conhecia aqueles e deixava de lado né, não dava conversa com eles.[...] Mas às vezes eles eram sem-vergonha de noite, roubavam né, eram ladrões. A gente tinha medo, porque tinham poucos italianos lá no meio deles, e ranchinhos de caboclos tinha bastante, então a gente nem dava confiança. (Italvina Lucchetta).

Tinha uma família de caboclos bem perto de nós... e eram uns caboclos “gente boa”, nós sempre nos visitávamos. (Diva Picoli Foppa).

Mas tinha muita caboclada, [...] se avançavam [atacavam] de facão naquela época. Uma vez foram dois no moinho em Quilombo, dois caboclos, foram pra lá faceiros, dois amigos, e voltaram bêbados, quando chegou numa altura [do caminho] um matou o outro. [...] Nós tivemos aquele comérciuzinho lá, mas nunca teve um caboclo que tivesse feito alguma arte [desaforo] dentro. [...] Eu não posso me queixar da caboclada porque, você dava alguma coisa a fiado e diziam “tal dia te pago, se não, venho trabalhar, ou te dou em produtos”, nunca perdi um pila [dinheiro de baixo valor] da caboclada, nunca, nunca. (Ida Malacarne).

Os relatos sugerem a desconfiança dos colonizadores “de origem”<sup>8</sup> em relação aos caboclos, ao mesmo tempo em que há relatos de relações de amizade e respeito entre os diferentes grupos étnicos e sociais. De fato,



os caboclos tiveram seu modo de vida transformado em decorrência da colonização, na qual se inseriram de forma subalterna, permanecendo à margem da sociedade até o presente, situação que se reflete nas condições materiais, como moradia e acesso aos bens de consumo.

De acordo com os dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente em Formosa do Sul tinha a seguinte configuração em relação à etnia.

**Tabela 1 - Cor ou raça<sup>9</sup> da população**

Cor ou raça	População Urbana	População Rural	Total
Branca	884	1292	2176
Preta	155	38	193
Parda	45	187	232
Amarela	-	-	-
Indígena	-	-	-
Sem declaração	-	-	-
Total	1084	1517	2601

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2010.

8 Renk (2006a) afirma que durante o processo de colonização do Oeste catarinense, os colonizadores descendentes de europeus ocuparam posição social hierarquicamente superiora em relação àqueles que já povoavam a região, denominados caboclos. Nesta relação estabeleceu-se uma fronteira social entre os “de origem” (no caso a origem europeia: italianos, alemães, poloneses, entre outros) e os “brasileiros” ou “caboclos”, que muitas vezes também são chamados depreciativamente de “negros”. Poli (2006) analisa a oposição estabelecida entre colonizadores e caboclos, afirmando que a maior diferença entre eles é a cultural, existindo preconceito e desconfiança de um grupo em relação ao outro (p. 177).

A tabela permite constatar a presença de pessoas com pele negra e parda, além da maioria de pele branca, pluralidade que decorre da inserção de diferentes grupos no processo histórico que deu origem ao povoado e também que se inseriu posteriormente, no espaço urbano e rural que hoje constitui o território do município.

### **As Companhias Colonizadoras e a instalação dos descendentes de europeus vindos do Rio Grande do Sul**

A partir da criação do município de Chapecó em 1917<sup>10</sup>, teve início o processo de colonização de seu território por meio da atuação de companhias colonizadoras. Tal empreendimento foi efetuado a partir de

---

9 Termo empregado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual tem sido considerado impróprio nos meios científicos e acadêmicos, que têm dado preferência à concepção de etnia, termo que abarca os aspectos biológicos e culturais dos diferentes grupos humanos. A pesquisa realizada pelo IBGE limita-se a identificar a cor da pele do indivíduo.

10 Conforme Piazza (1994), "o município de Chapecó foi criado pela Lei estadual n.º 1.147, de 25 de agosto de 1917, [...] com sede na localidade de 'Passo Bormann', sendo instalado a 14 de novembro de 1917" (p. 308). A criação do município relaciona-se ao estabelecimento de acordo, em 1916, acerca da disputa de terras entre os estados de Santa Catarina e Paraná originada com a criação do Paraná, desmembrado do estado de São Paulo em 1853. Anteriormente, a região foi alvo de disputa entre Portugal e Espanha durante o período colonial e também entre Brasil e Argentina até 1895, quando Grover Cleveland o presidente dos Estados Unidos, arbitrou a questão, estabelecendo o rio Peperi-Guaçú como divisa entre os países (Laudo Arbitral de 1895).

concessões de terras à empresa Brazil Development e Colonization Co. através do contratos com Governo do Estado de Santa Catarina, firmados na década de 1920. Por meio deles, a empresa recebia as “terras devolutas” com o compromisso de colonizá-las, demarcando lotes e abrindo estradas<sup>11</sup>.

Entretanto, a Brazil Development e Colonization Co. repassou suas tarefas a várias empresas colonizadoras como Bertaso, Maia & Cia.; Companhia Colonizadora Sul Brasil; Empresa Chapecó-Peperi; Volksverein Kolonization; Empresa Construtora & Cia. Colonizadora Oeste Ltda; Brun, Grando & Cia; Colonizadora Barth, Anoni Cia. Ltda; Barth, Benetti & Cia Ltda; Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi; Empresa Colonizadora Irmão Heinard; Fiorino Antônio; Irmãos Pandolfi, Pinho & Terras Ltda; Sociedade de União Popular (WAGNER, 2005, p. 46-50). Estas companhias pertenciam, em sua maioria, a empresários do Rio Grande do Sul.

Conforme Piazza (1994), Manoel Passos Maia obteve do Governo do Estado de Santa Catarina, através do contrato datado de 26 de julho de 1920, cerca de 100.000 hectares de terras para colonizar, pelo preço de cinco mil-réis o hectare. Em seguida, o Governo do Estado de Santa Catarina contratou a empresa Bertaso, Maia & Cia<sup>12</sup>, para a construção da estrada do Passo

---

11 Detalhes em Piazza (1994, p. 253-255).

12 Formada a partir da sociedade entre Ernesto F. Bertaso, Agilberto Maia e Manoel Passos Maia, a empresa Bertaso, Maia & Cia, atuou entre 1918 e 1923, promovendo a abertura de estradas e venda de terras no Oeste catarinense (PIAZZA, 1994, p. 255-260).

Goyo-En a Passo dos índios, pagando o serviço com terras devolutas (a Fazenda Rodeio Bonito, que posteriormente foi vendida para a colonizadora Irmãos Lunardi). Em 1921, Manoel Passos Maia transferiu os seus direitos para a Bertaso, Maia & Cia, entre os quais, uma concessão do Governo do Estado de Santa Catarina, de 26 de junho de 1920, chamada fazenda Chapecó, com 538.186.748 m<sup>2</sup>.

Com o fim da sociedade em 1923, Ernesto F. Bertaso passou a ser o único proprietário da empresa colonizadora, à qual acrescentou a fazenda Campina do Gregório, com área de 509.234.879 m<sup>2</sup>, de forma a totalizar um patrimônio de 2.249.259.441 m<sup>2</sup>.

Além da venda direta aos colonos, foram vendidas grandes áreas para sub-colonizadores. Em 1927, a Companhia Colonizadora Bertaso vendeu parte da chamada fazenda Saudades, e entre os compradores estavam a Firma Marafon Irmãos, que adquiriu 500 colônias, e João Cella, que adquiriu 100 colônias<sup>13</sup> (VICENZI, 2008, p. 63).

Em 1923, na Fazenda Saudades, estavam escriturados 2.420 hectares de Luiz e irmãos Cella e 484 hectares de Augusto Picolli, entre outros proprietários (VICENZI, 2008, p. 101). Estes nomes são citados por alguns dos moradores mais antigos de Formosa do Sul, como o Sr. Idovino Simonato, que afirma:

---

13 A obra da autora apresenta outros detalhes sobre as referidas compras, como os valores pagos e as parcelas efetuadas. No caso da compra efetuada pela Firma Marafon Irmãos, foram pagos 600 mil-réis por colônia de 10 alqueires (24,2 hectares) (VICENZI, 2008, p. 63).

Aqui tinha 125 colônias do pai da minha sogra [Jacob Corso], e o Cella já tinha 100 colônias também. [...] O Marafon tinha mais cento e não sei quantas colônia, tinha mais um Zanella, Vivian também, e eram esses. O que mais ou menos pertence ao município hoje era destes quatro, o Bertaso pertencia mais já a Quilombo. (Idovino Simonato).

Assim como em outras áreas onde atuaram companhias colonizadoras ou sub-colonizadoras, o comércio das terras na Fazenda Saudades foi voltado a agricultores que residiam no Rio Grande do Sul em colônias de descendentes de europeus. Conforme Nodari (2002), houve um esquema de publicidade que incluía anúncios e reportagens em jornais, almanaques anuais e cartazes fixados em lugares estratégicos, panfletos, livros e principalmente agentes contratados. Estes representantes e vendedores ofereciam e vendiam os lotes através de mapas, como relata o Sr. Ademírio José Comunello: “Escolheram a dedo num mapa do vendedor Fortunato Marafon, de Nova Prata-RS. Ele morava lá e tinha essas terras”.

Por meio do comércio de terras, um significativo contingente populacional migrou das colônias rio-grandenses para o Oeste de Santa Catarina, formando novas colônias agrupadas por etnia e religião. O aumento populacional pode ser avaliado através dos dados referentes ao censo demográfico de Chapecó, mesmo que um tanto imprecisos devido ao isolamento e falta de comunicação entre os moradores naquele período.

**Tabela 2 - População de Chapecó**

<b>Ano</b>	<b>Número de habitantes</b>
1920	11.315
1940	13.863
1950	96.624
1960	52.089
1970	49.693

Fonte: PIAZZA (1994).

Chama a atenção o significativo aumento populacional registado entre 1940 e 1950, período que corresponde à criação de muitos núcleos coloniais que deram origem a grande parte dos atuais municípios do Oeste catarinense, entre os quais o município de Quilombo. O declínio populacional indicado nos recenseamentos de 1960 e 1970 diz respeito ao período em que ocorreram as emancipações de distritos até então pertencentes a Chapecó, subtraindo parte da população e reduzindo seu território. Em relação à Vila Formosa, o povoado constituía parte do município de Quilombo, que pelo recenseamento de 1970 tinha um total de 2.489 habitantes (contando área urbana, rural e o distrito de Irati) (PIAZZA, 1994).

## Fundação e colonização da Vila Formosa

*Um dia montei num burrinho lá em Novo Horizonte e saí de madrugada, eu e um outro amigo de lá. Era uma estradinha de chão tapada de taquaruçu, tínhamos de vir abaixados, chegamos aqui no anoitecer. [...] Aquele que havia aberto o loteamento [Guerino Somnavilla] estava morando do lado do rio ali [próximo a ponte da rua Santa Catarina], cheguei ali e comprei um lote dele.  
(Ricieri Malacarne).*

A descrição sobre o encontro do Sr. Ricieri Malacarne com o Sr. Guerino Somnavilla, ocorrida em 1954, traz vários elementos para pensar acerca do início da colonização da Vila Formosa. O loteamento citado tratava-se de parte da área que pertencencia aos irmãos Antônio e Luiz Cella, adquirida da Companhia Colonizadora Bertaso. Os lotes ao norte da atual Avenida Getúlio Vargas, pertenciam a Antônio Cella, enquanto os lotes ao sul pertenciam a Luiz Cella. O Sr. Guerino Somnavilla, demarcou o loteamento do local e posteriormente efetuou a compra do mesmo<sup>14</sup>, promovendo a venda dos terrenos.

*A gente foi morar ali em Formosa do Sul através do Guerino Somnavilla, que ele era o dono dali da vila. [...] Ele convidou a gente pra vir e daí o meu pai veio morar ali. (Lourdes Assunta Pissaia).*

Conforme relato da Sra. Lourdes Pissaia, seus pais Romano Pissaia e Armida Pasqualon com os filhos,

---

<sup>14</sup> Conforme o Sr. Ricieri Malacarne: “o Cella resolveu vender esse loteamento aqui pro Guerino Somnavilla”.

teriam chegado por volta de 1949, sendo a primeira família colonizadora a se estabelecer no loteamento.

O local, que nos mapas da Companhia Colonizadora Bertaso fazia parte da antiga Fazenda Saudades, recebeu o nome de Formosa. A pesquisa realizada com os colonizadores identificou duas versões acerca da definição do nome da vila. Alguns dos entrevistados afirmam que tal nome foi sugerido pelo Frei Valério Pescantina: “se chamava Saudade, depois veio o padre e disse ‘aqui é Linha Formosa’, disse o padre Valério.” (Glória Cella). Outra versão descreve a fixação de uma placa pelo Sr. Guerino Somnavilla, em momento anterior à vinda do Frei Valério, divulgando o nome dado ao loteamento, como afirma a Sra. Lourdes Assunta Pissaia: “ele mesmo [Sr. Guerino Somnavilla] deu esse nome de Formosa. Porque ele trouxe, me lembro como se fosse hoje, uma placa escrita em vermelho”.

Quando o casal Ricieri e Ida Malacarne mudou para o local, alugou o porão da residência do Sr. João Cella, que morava próximo ao lote adquirido e iniciou a construção de sua casa. Na época, eram poucos os moradores já instalados:

Estavam morando aqui o João Cella e o Dolorino Cunico, e tinha o falecido Belizário, o Martins, dois caboclos, e o Lagni, que aquele faleceu também, e o Ângelo Cella... o Constante Reolon que saiu daqui, os Telles, os Bandeira, mas aqueles moravam lá nos fundos também... mas aqui mesmo na vila, tinha só nós, o João Cella, e o Pissaia, o Lagni, o Cunico, eram quatro, cinco famílias, e o Belizário e Martins, só. [...] Depois que nós chegamos aqui, então entrou os Pasqualon e diversos né. (Ricieri Malacarne).



Improvável que os nomes citados correspondam à totalidade dos moradores naquele momento, mas revelam a sensação de isolamento por parte de quem fixou sua residência no loteamento, conhecido como Vila Formosa. A partir do estabelecimento destes moradores, uma rede informal de solidariedade procurou incentivar a vinda e a instalação de novas famílias, num processo que possibilitou o povoamento da sede e das “linhas”<sup>15</sup> formadas a partir da chegada dos colonizadores, a maior parte vindos direta ou indiretamente das colônias de descendentes de europeus (italianos, poloneses, alemães) no Rio Grande do Sul. Atualmente, Formosa do Sul possui 14 linhas: Linha Altamira, Linha Barão do Triunfo, Linha Beira Rio, Linha Bonitinho, Linha Canela, Linha Conte, Linha Dhein, Linha Guarani, Linha Nova Aratiba, Linha São Miguel, Linha Segalin, Linha Serra Alta, Linha Tope da Serra, Linha Villa.

---

15 Atualmente com significado de localidades rurais, as chamadas “linhas” são decorrentes da forma como os colonos se estabeleceram nos lotes demarcados pelas colonizadoras. Os lotes geralmente eram estreitos e longos, medidos a partir de cursos de água e seguindo até o topo de morros. Para o deslocamento entre eles, eram utilizados caminhos correspondendo aproximadamente às “linhas” divisórias dos mapas das colonizadoras (que também representavam as divisas das propriedades). Muitos destes caminhos foram transformados em picadas e estradas, que no decorrer do processo de povoamento, possibilitaram a comunicação entre os moradores próximos, que costumavam construir as casas no limite das propriedades, próximos aos referidos caminhos, relata o professor Rógis Bernardy com base nos conhecimentos transmitidos de geração para geração.

## A vinda para o “sertão” Oeste catarinense

A colonização da região Oeste de Santa Catarina tem como uma de suas características o fato de ter sido um empreendimento familiar. Nos diferentes municípios são relatadas memórias semelhantes a respeito da vinda de famílias inteiras do Rio Grande do Sul para as terras “novas” do Oeste de Santa Catarina. Inúmeros casos demonstram a forma de ocupação empreendida pelos colonizadores em um espaço “selvagem”, muitas vezes um membro da família, ou casal, instalava-se provisoriamente nas terras adquiridas, onde roçava parte da vegetação e fazia os plantios necessários para quando chegasse o restante dos familiares com a mudança.

Em Formosa do Sul, são vários os depoimentos que indicam este tipo de procedimento, por exemplo, o casal Valdomiro e Líbera Comunello. Após o casamento em Nova Bassano-RS, sem possuir uma terra própria, permaneceram oito meses residindo com os pais de Valdomiro, que então comprou terras na atual Linha Canela destinada ao casal, lembrando que havia o costume dos pais entregarem uma “colônia” de terras para os filhos homens quando estes casassem<sup>16</sup>. Em 1954, o casal partiu rumo a Santa Catarina, e, após realizar alguns trabalhos temporários em Joaçaba,

---

16 Ao referir-se ao modelo tradicional de herança entre os italianos, Renk (2000) afirma: “por ocasião da constituição de nova unidade familiar, obedecendo à ordem sequencial dos casamentos, o primogênito, ao se casar, permanece por um ano na casa paterna, trabalhando em conjunto, para posteriormente obter sua parte [...]” (p. 215-216).

foram para suas terras. Dando continuidade à transferência da família, a instalação do casal foi seguida pela vinda de seu sobrinho Ademírio José Comunello:

O Mirio [Ademírio José Comunello] morou junto com nós mais de um ano. Nós dávamos comida pra ele, ele fazia roça pro pai dele. Depois o pai dele veio morar e já tinha roça pronta. (Líbera Comunello).

Outro caso, relatado pelo casal Danilo e Sabina De Cezaro, apresenta uma trajetória semelhante, com a diferença de que este casal não possuía terras quando chegou na atual Linha Barão do Triunfo, em 1957. Procedentes de São Valentim-RS, estabeleceram-se como agregados, e um ano depois, a família de Ernesto e Alzira De Cezaro (pais do Sr. Danilo) instalou-se na localidade de Barão do Triunfo.

Segundo a Sra. Adiles De Cezaro Baú, que com 21 anos de idade mudou-se junto com os pais, teria sido seu irmão, Danilo, quem insistiu para que viessem: “o Danilo veio antes. Foi ele quem insistiu pra virmos pra cá.” (Adiles De Cezaro Baú).

Algumas localidades chegaram a ser identificadas com o sobrenome de famílias colonizadoras, como foi o caso da Linha Conte, uma comunidade rural originada a partir da compra de terras pelo Sr. Antonio Agostinho Conte, casado com Sra. Matilde Zanella Conte, que residiam em Paim Filho-RS. Em 1952, um dos filhos do casal, Sr. Domingos Conte, veio com a esposa Sra. Virgínia Casagrande Conte para as terras adquiridas, mas devido ao isolamento do local, ficou morando em Quilombo:

O pai comprou uma área de terra aqui pra nós e eu fui o primeiro que inventei de vir pra cá. E aí tive que

morar em Quilombo porque aqui não existia nada, né. Nem estrada, nada, nada. (Domingos Conte).

Como a intenção da família era utilizar as terras para a agricultura, tentaram iniciar seu uso por meio do trabalho de um agregado.

Depois de um tempo, ele [seu pai] resolveu botar um agregado. [...] Fizemos a casa, botamos ele ali. Ele ficou uns seis meses e foi embora. Não aguentou. Também, era visto que não ia ficar, porque era sozinho, né. Não existia morador nenhum aqui em volta. (Domingos Conte).

Diante da desistência do agregado, Sr. Domingos ainda tentou cultivar milho no local, mas teve a safra devorada por porcos selvagens e não encontrou outra alternativa a não ser morar na propriedade, o que fez em 1955. Nessa época seus pais já tinham se mudado para Quilombo e posteriormente alguns irmãos também se instalaram nas proximidades de sua terra, formando uma comunidade rural que, posteriormente, foi registrada como Linha Conte.

Entre os motivos para a vinda dos colonizadores, são citados o crescimento numérico das famílias agricultoras no Rio Grande do Sul, necessitando de terras para cultivo, ao mesmo tempo em que declinava sua produtividade<sup>17</sup>.

---

17 Conforme Vicenzi (2008), “a colonização européia no sul do Brasil por pequenos proprietários camponeses ensejou a formação de núcleos coloniais pioneiros – Colônias Velhas – que, gradativamente, expandiram-se através da chegada de novos imigrantes e sobretudo do aumento demográfico vegetativo que produziu uma população à procura de terras virgens e férteis para formar novos núcleos – Colônias Novas” (p. 16).

Não tínhamos terra, trabalhávamos na terra dos outros, terra muito fraca, não produzia mais nada, aí decidimos, o pai disse: “ou nós vamos onde produz ou vamos partir pra outro caminho”. Éramos uma família grande e eu era o mais velho, o pai me disse: “vai lá em cima [Chapecó] e se você aguentar ficar lá, nós vamos pra lá, senão não”. Daí eu vim, fiquei sete meses junto com meu tio fazendo roça. Aí que abrimos um pouquinho pro pessoal que vinha do Rio Grande do Sul. [...] Construimos essa casa, antes que viesse a família pra cá, fui pegar essa madeira lá em São Lourenço do Oeste. [...] Depois veio a família. (Ademírio José Comunello).

A mudança para as novas terras foi marcante para as memórias dos primeiros colonizadores, cujos relatos expressam as dificuldades de locomoção, transpondo rios com barcas e percorrendo caminhos lamacentos, abertos em meio à mata.

Pra passar o rio Uruguai e o rio Chapecó era com barca, não tinha pontes como agora. Passamos com a mudança nessas barcas e viemos com um caminhão Chevrolet azul, eu me lembro ainda, que a gente vinha, o pai na frente cortando os cipós. Daí nós chegamos e depois teve um tempo que não veio mais caminhão, porque começou a desbarrancar as estradinhas que tinha e aí que o pai ia com a carroça pra levar os mantimentos. (Lourdes Assunta Pissaia).

Conforme a Sra. Lourdes Assunta Pissaia, sua família conseguiu chegar em Vila Formosa de caminhão, passando por barcas, mas problemas com desmoronamento teriam impedido a passagem de caminhões nos anos seguintes. Durante a década de 1950, os relatos indicam que era possível chegar de caminhão até a ci-

dade de Quilombo, de onde era necessário prosseguir em carroças, ou com animais de carga.

Vimos até Quilombo de caminhão, depois só com a carroça até Formosa, tinha só uma picadinha, tinha que vir com a foice na frente abrir a estrada. Demorava um dia de Quilombo para Formosa. (Pierina Lucchetta Moro).

Vimos de carrocinha de duas mula, e tinha que abrir a passagem lá no José Cella, e aqui no Ouro [Rio Ouro]. (Glória Cella).

Chegar ao local, depois de enfrentar os obstáculos do percurso era, no mínimo, um alívio, mas significava apenas o início de um novo desafio: estabelecer moradia e produzir o seu sustento em uma paisagem praticamente selvagem, distante de outros moradores, casas comerciais e serviços de saúde.

### **Habitar em meio ao “mato”**

*A primeira casinha que eu construí foi de lascão, lasca. Pinheiro derrubado e lascado feito tábuas pra construir o rancho. Depois, quando vim de mudança eu trouxe madeira pra rodear por fora.*  
(Rocco Gregol).

Para os proprietários que chegavam às terras adquiridas, fazia-se necessário construir as próprias moradias. Muitas vezes era construído um abrigo provisório, o rancho feito com tábuas de pinheiro lascado, chão de terra batida e cobertura de pequenas tábuas lascadas.

Um cobertinho com quatro palanques [...] Não tinha nem o lavador pra lavar a louça, então ficamos dentro daquele ranchinho coberto de tabuinhas e com assoalho de chão. (Danilo De Cesaro).

Chegamos lá [Linha Canela], tinha um rancho só coberto de tabuinha e não tinha assoalho nem tábua ao redor. Tivemos que descarregar as carroças e abrir tábuas para fechar ao redor. [...] Até que não fechamos a casa não fomos dormir. De noite, ficamos abrindo tábuas com a cunha, machado e com serrote, serrando as toras de cedro. (Líbera Comunello).

Como abrigos provisórios também foram utilizados os ranchos abandonados por caboclos que ali residiam, como relata o Sr. Jandir Ravarena.

Tinha caboclos, mas depois que começou a se tornar povoado eles saíram, foram para o Paraná e deixaram a casinha, nós dizíamos rancho, que era o assoalho e as paredes de madeira lascada a mão e coberta com tabuinhas. Nos abrigamos ali um tempo. (Jandir Ravarena).

O casal Jandir e Gema Ravarena abrigou-se neste rancho durante um ano, até adquirir madeira para construir sua moradia.

Em 1953, quando o casal Glória e Angelo Cella chegou em sua propriedade, situada na margem direita do rio do Ouro, instalou-se em um rancho onde havia morado um caboclo chamado Jesus.

No dia que nós chegamos ele desocupou, nós tínhamos falado antes, que eu vinha trabalhar aqui, então eu encontrei com ele, e ele me pediu se podia ficar, então eu disse “fica ali para cuidar, só que

quando nós chegarmos, sabe, temos que colocar a mudança”, e ele disse “não tem problema, pode vir.” (Angelo Cella).

O referido Sr. Jesus morava nas terras sem ter propriedade escriturada e entrou em acordo com o Sr. Angelo Cella quando este manifestou o desejo de se instalar nas terras recebidas do pai Sr. Luiz Cella. Mudando-se para outro rancho, o caboclo deixou sua moradia para o casal que chegava, porém, como relata a Sra. Glória Cella, o casal sentiu a necessidade de incrementar a estrutura do abrigo, recorrendo aos recursos disponíveis no local.

Quando vi aquele ranchinho todo aberto embaixo [...] fizeram um canal, uma canaleta, botaram as pranchas e em cima amarraram com cipó, porque não tinha prego. [...] E eu grávida, pegamos o serrote, o machado e a foice, abrimos uma picada, fomos onde tinha um pinheiro, derrubamos o pinheiro e fizemos aqueles pranchões, arrumamos bem aquele rancho, fizemos assoalho, ficamos lá. (Glória Cella).

O casal permaneceu um ano nesta moradia, aguardando até a chegada de madeira serrada para que pudessem construir uma casa.

Tínhamos que esperar baixar o rio para depois o rapaz vir com a madeira. Ficamos um ano embaixo do rancho esperando a madeira, depois fizemos a casinha de madeira, uma casinha que dava pra morar. [...] Quando terminou de trazer a madeira fizemos a casinha um pouco melhor, não era grande, mas dava bem pra ficar. (Angelo Cella).



A madeira foi trazida de uma serraria na Colônia Cella, onde o Sr. Angelo trabalhava, porém, havia a dificuldade em trazer as tábuas devido à cheia do rio do Ouro, sobre o qual não havia ponte. Posteriormente a família mudou da referida casa para outra maior, também em madeira e atualmente reside em uma casa de alvenaria.

Algumas vezes, aqueles que já estavam instalados no local acolhiam as famílias recém-chegadas até que construíssem suas moradias. A Sra. Catharina Lanferdini conta que ao chegar na Vila Formosa, no final da década de 1950, hospedou-se na casa da Sra. Argenta Picolli:

Ela [Argenta Picolli] tinha um pequeno dormitório onde ela recebia as pessoas que vinham comprar terreno. O sogro dela era o Seu Augusto Picolli, ele era vendedor de terrenos, então ela hospedava. (Catharina Lanferdini).

Em geral, o trabalho para a construção das moradias era realizado pelos próprios moradores, familiares e vizinhos. “Teve o meu compadre, um cunhado meu me ajudou a serrar e construir a casa. Nós trocávamos dias [de serviço] um com o outro.” (Rocco Gregol).

Para estes trabalhos, faziam uso de ferramentas trazidas com a mudança e da força de animais para arrastar a madeira.

Tinha que puxar do mato toda a madeira grossa para fazer uma casa. Tinha que achar uma árvore reta, puxar pra fora e falquejar [lascar, cortar] para começar a base da construção (Ademírio José Comunello).

A figura 1 mostra o terreno e a residência da família do Sr. Inocente Comunello, na Linha Canela, em 1959. Nas proximidades da moradia percebe-se os troncos de árvores queimados, restos da vegetação original, que durante o processo de instalação dos moradores foi cortada e queimada.

**Figura 1 - Nair Comunello e Dilce Cozer correndo próximo à moradia na Linha Canela. Em segundo plano, a casa do Sr. Inocente Comunello e família (1959)**



Foto: Ademário José Comunello.  
Doação: Ademário José Comunello e família.  
Acervo: CEOM/Unochapecó.

Os depoimentos acerca dos primeiros anos que seguiram a instalação das famílias colonizadoras é marcado pela busca de sobrevivência, enquanto tentavam transformar a nova moradia em um local “habitável”, tendo como referência as propriedades das colônias do Rio Grande do Sul.

Na figura 2, o retrato do Sr. Valdomiro Comunello segurando a cachorra de estimação que o auxiliava nas caçadas. Ao fundo pode-se visualizar o morro coberto

por mata espessa e o trecho roçado entre a residência e a mata, aspecto comum a muitos dos moradores da região.

**Figura 2 - Valdomiro Comunello com cachorra de caça (1962)**



Foto: Ademário José Comunello.  
Doação: Ademário José Comunello e família.  
Acervo: CEOM/Unochapecó

A imagem do Sr. Valdomiro, com sua cachorra de estimação, revela mais do que o afeto com os animais domésticos, mas a valorização de um animal que auxiliou durante os anos em que dependeram da caça de animais silvestres para complementar sua alimentação cotidiana.

Na época não tinha carne de boi aqui, não havia quem engordasse um boi, quem carneasse, ou açougue. A maior parte era caça do mato, e essa cadelinha, era só

se aproximar do mato, onde tinha um rastro de um bicho ou alguma coisa, que prontamente ela já trazia, ou veado, porco do mato, paca principalmente, que existia bastante na época. (Ademírio José Comunello).

Conforme relato da Sra. Líbera Comunello, a presença de animais selvagens nos arredores da casa era comum:

Tinha bastante porco do mato. Veado então! Podia todo dia matar um, dois se queria, porque vinham na espera. Todo dia nós tínhamos uma carne de bicho do mato. (Líbera Comunello).

Se muitos animais selvagens serviam como alimento, outros representavam um perigo:

Lá no Mírio [Ademírio Comunello – Linha Canela], nós tínhamos aberto um pedaço [da mata, vegetação]. Daí nós, quando saímos no trilho, pra ir lá em cima, os três [filhos] pequenos, achamos rastro de tigre [onça]. Daí o tigre agarrou [atacou]! E ele pegou o cachorro. Até que ele comeu o cachorro, nós escapamos. (Líbera Comunello).

O dia-a-dia dos moradores era condicionado pela interação com o ambiente no qual se instalaram, como percebe-se no depoimento a seguir:

Só mato, só mato. A gente lavava roupa de manhã cedo, não dava pra estender fora, tinha que estender dentro de casa. O sol saía pelas onze e meia, a gente esperava. Quando eram três horas, tinha que recolher porque a cerração [neblina] já estava fechando. Piazzada [crianças] era só dentro de casa. [...] A onça gritava do lado, o porco de vara vinha tomar água no rio [rio João Emílio], antas desciam lá no rio. (Ida Malacarne).

O rio João Emílio, nas proximidades do qual foi formado o povoado, também é conhecido como rio das Antas, nome que remete à existência de antas que costumavam beber água neste rio, como cita o depoimento da Sra. Ida Malacarne.

No decorrer da década de 1960, a sede da vila e as comunidades rurais foram estruturadas de acordo com a cultura dos colonizadores, o ambiente “selvagem” foi gradativamente transformado em ambiente “produtivo” e “civilizado”, no sentido da busca pelo ideal de “progresso” técnico e material. Algumas das casas construídas na sede podem ser visualizadas na figura 3, que retrata parte da rua Santa Catarina, situada no centro de Formosa do Sul.

**Figura 3 - Casa do Sr. José Chiarello na Rua Santa Catarina (1963)**



Doação: José Chiarello. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Na fotografia pode-se ver parte da rua, com várias casas residenciais e comerciais feitas em madeira. Na

década de 1960 também foram construídas obras como a igreja e a escola. Apesar de certa dificuldade no transporte para outros municípios, devido às estradas de terra, as relações comerciais aconteciam e permitiam que a população fizesse uso de materiais industrializados na construção das moradias, como o telhado de folhas de zinco, entre outros materiais. Ao fundo, visualiza-se a encosta do morro coberta por lavoura de milho, um exemplo da estreita relação entre a agricultura e o comércio do local.

Mas o domínio sobre o ambiente natural não foi e não é completo. A natureza, de onde são retirados muitos recursos, também proporciona transtornos e estragos quando manifesta-se de forma inesperada ou incontrolada, devido a efeitos climáticos naturais ou resultantes da intervenção humana sobre o equilíbrio natural.

No ano de 2011, Formosa do Sul e os municípios vizinhos sofreram imensos prejuízos em decorrência da chuva de granizo ocorrida na noite de 29 de agosto, por volta das 22h20min com duração de 10 a 15 minutos. Conforme as notícias veiculadas pela imprensa<sup>18</sup>,

---

18 As informações aqui apresentadas foram obtidas nas seguintes matérias:

“Temporal de granizo causa destruição em Formosa do Sul” publicada em 30 de agosto de 2011 no sítio eletrônico da Rede Peperi, disponível em <<http://www.peperi.com.br/home.php?menu=noticia&id=5509>> Acesso em: 16 mai. 2012.

“Formosa do Sul deve declarar estado de calamidade pública” publicada na página da Prefeitura Municipal de Formosa do Sul em 30 de agosto de 2011. Disponível em <<http://www.formosa.sc.gov.br/index.php?link=noticias&id=593&tp=7>> Acesso em: 16 mai. 2012.

90% das residências de Formosa do Sul foram danificadas por blocos de granizo com tamanho acima do comum, que também perfuraram telhados de prédios públicos como a escola, delegacia e prefeitura. Muitas residências foram cobertas provisoriamente com lonas e moradores foram abrigados no pavilhão comunitário. No meio rural, avicultores tiveram os telhados de aviários perfurados e as aves atingidas pelo granizo. Com certeza é um fato que permanecerá na memória dos moradores.

As memórias também guardam imagens de outros momentos em que a ação da natureza trouxe consequências indesejáveis aos moradores do local, principalmente as enchentes do rio João Emílio e rio Ouro.

Teve algumas enchentes brabas, teve mesmo. Aquela primeira enchente daqui que levou as pontes também foi em 1960. [...] Nós tínhamos recém feito uma ponte, feita puxando vigas com bois, veio uma enchente e levou tudo embora. (Idovino Simonato).

Outros moradores também relatam sobre os momentos em que a cheia dos rios impedia que saíssem para outros locais, causando situações bastante complicadas como falta de alimentos, entre outros transtornos. Uma dessas situações é relatada pela Sra. Lourdes Assunta Pissaia, afirmando que nos dias em que o rio estava cheio e não havia condições de atravessá-lo para buscar mantimentos, seus familiares jogavam alimentos, por cima do rio, para o vizinho Sr. Dolorino Cunico, que residia na margem oposta do rio João Emílio. Da mesma forma, ele fornecia alimentos para a família Pissaia quando necessário. Esta prática também foi adotada por outros moradores que viviam às margens dos rios.

## CAPÍTULO II – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

### Administração no período anterior à emancipação

Na década de 1950, época da fundação da Vila Formosa, a área que atualmente compreende o município de Formosa do Sul, integrava o município de Chapecó, portanto, sua administração era responsabilidade de Chapecó. Em 1957<sup>19</sup>, quando Quilombo foi elevado à categoria de distrito de Chapecó, passou a contar com a atuação de “intendentes distritais”, exercendo funções administrativas. Inicialmente o intendente distrital foi o Sr. Atílio Riedi, sucedido pelo Sr. Ângelo Antônio Zucchi (RAVANELLO, 1989, p. 31). A partir de 1961, com a emancipação<sup>20</sup> de Quilombo, a administração da

---

19 O distrito de Quilombo, integrante do município de Chapecó, foi criado “pela Resolução municipal n.º. 2/56, de 7 de maio de 1956, aprovada pela Lei estadual n.º. 252, de 30 de agosto de 1956, e instalado em 6 de janeiro de 1957.” (PIAZZA, 1994, p. 328).

20 A emancipação de Quilombo foi estabelecida pela resolução municipal n.º. 5/59, de 10 de junho de 1959, aprovada pela Lei estadual n.º. 763, de 6 de outubro de 1961. (idem).



então Vila Formosa tornou-se sua responsabilidade, sendo parte integrante do seu território, que incluía também os atuais municípios de Irati e Santiago do Sul.

Os moradores de Vila Formosa tiveram representação política no poder legislativo de Quilombo, através da atuação de vários vereadores. Um deles foi o Sr. Idovino Simonato (filiado inicialmente ao PTB e após a instituição do bipartidarismo, ao MDB), que em 1966, assumiu o cargo de vereador na 2ª legislatura eleita naquele município (RAVANELLO, 1989, p. 32). Nas eleições de 15 de Novembro de 1968 concorreu como candidato a vice-prefeito de Quilombo, junto com o candidato a prefeito Onório Romano Alberti, ambos pelo MDB. Eleitos com 699 votos, tomaram posse em 1969, exercendo mandato até início de 1973 (QUILOMBO, 1992. p. 70).

A partir de então, a Vila Formosa manteve representantes no poder legislativo de Quilombo, em 1970 com Sr. Valmor Cozer (MDB), em 1972 com Sr. Maximino Milan (ARENA), e em 1976 com três representantes: Sr. Aires Cella, Sr. Vilmar Cozer e Sr. Valmor Cozer. Na década de 1980, manteve-se os vereadores, Anestor Antônio Simonato (MDB), que permaneceu nas legislaturas de 1982 e 1989, Augusto Cella em 1982 e Ildo Mezzomo em 1989 (RAVANELLO, 1989, p. 32).

A atuação dos moradores de Vila Formosa como representantes políticos no município de Quilombo ocorreu após 1966, quando em nível nacional vivia-se a Ditadura Militar, período marcado pela extinção das liberdades políticas e individuais durante governos exercidos por integrantes das forças armadas. No Oeste de Santa Catarina percebe-se a adesão dos políti-

cos às únicas siglas partidárias permitidas na época<sup>21</sup>, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Em relação à emancipação de municípios, verifica-se que durante os governos militares (1964-1985) foram realizadas apenas duas emancipações na região do “Velho Chapecó<sup>22</sup>”, pois o Art. 22. do Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965 definia que novos municípios poderiam ser criados somente após prova de sua viabilidade econômica perante a Assembléia Legislativa. Por outro lado, entre o 1988 e 1995, podem ser verificadas 40 emancipações na região<sup>23</sup>, resultantes de processos políticos iniciados a partir da redemocratização do Brasil<sup>24</sup>. Em 1985 ocorreu a criação do Distrito de Formosa do Sul, no município do Quilombo, pela Lei Municipal n.º 663, de 25 de Setembro de 1985.

---

21 O Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965 extinguiu os partidos políticos até então existentes: “Art. 18. Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros”. No ano seguinte foram fundados os partidos ARENA e MDB.

22 Refere-se ao território do município de Chapecó no período entre sua criação em 1917 e final de 1953, quando ocorreram as primeiras emancipações dos distritos de Chapecó. Durante o período da Ditadura Militar, os únicos distritos a se emancipar foram Nova Erechim em 1964 e Caibi em 1965.

23 Os dados referentes às emancipações no oeste catarinense aqui citados foram sistematizados por Gialdi (2003).

24 A eleição de Tancredo Neves (MDB) em 1985, é considerada como marco temporal para o fim da Ditadura Militar, mesmo tendo falecido antes de assumir a presidência. A escolha do nome da praça central de Formosa do Sul, “Praça Presidente Tancredo Neves” é um indicativo da valorização da memória deste político por parte significativa da população do município. Por outro lado, uma das ruas que passa ao lado da referida praça chama-se Presidente Costa e Silva, um dos presidentes que fez parte da Ditadura Militar.

Durante este período foi constituído, aos poucos, um aparato administrativo para o distrito. Em 1988 foi nomeado o intendente distrital Sr. Ademário José Comunello (PDS), que inicialmente conduzia os trabalhos na sua própria residência, pois não havia uma sede para a intendência do distrito. Com a construção do Posto de Saúde, o local – onde atualmente se encontra a Prefeitura Municipal – também serviu como sede da intendência e posto telefônico (que até então funcionava na loja Irmãos Cella). Entre os trabalhos do intendente estavam a coordenação dos serviços de manutenção de estradas e encaminhamento de doentes para o hospital de Quilombo.

### **Emancipação político-administrativa de Formosa do Sul**

Através da Lei Estadual nº 8.522, de 09 de janeiro de 1992, o território de 99,576 Km<sup>2</sup> composto pela sede do Distrito de Formosa do Sul e por 14 localidades rurais (Linha Altamira, Linha Barão do Triunfo, Linha Beira Rio, Linha Bonitinho, Linha Canela, Linha Conte, Linha Deihn, Linha Guarani, Linha Nova Aratiba, Linha São Miguel, Linha Segalin, Linha Serra Alta, Linha Tope da Serra, Linha Villa) foi desmembrado do município de Quilombo e passou a constituir o município de Formosa do Sul<sup>25</sup>.

---

25 No Anexo I encontra-se a cópia da Lei Estadual nº 8.522, de 09 de janeiro de 1992. No Anexo II podem ser visualizados os mapas do município com as localidades rurais e do perímetro urbano de Formosa do Sul.

A emancipação político-administrativa foi resultado de uma série de ações desenvolvidas pela comissão composta por moradores do então Distrito de Formosa do Sul. Conforme o Sr. Anestor Antônio Simonato, que presidiu a referida comissão, a iniciativa para a emancipação do distrito teria ocorrido durante seu mandato como vereador em Quilombo, quando soube da iniciativa de Irati – distrito de Quilombo, vizinho a Formosa do Sul – em pleitear a emancipação. Na época, seu entendimento era que Formosa do Sul também teria condições de se tornar município, contando até mesmo com maior número de moradores do que o distrito vizinho. A partir da constituição da comissão pró-emancipação, foram reunidos os documentos necessários e encaminhado o processo para a Assembléia Legislativa do estado, junto com o distrito de Irati.

Mesmo emancipada, durante 1992, Formosa do Sul permaneceu sob a administração de Quilombo, pois aquele era um ano em que haveria eleições municipais. O relatório do Tribunal Regional Eleitoral aponta o comparecimento de 1.778 eleitores, que com 731 votos, conferiram o cargo de prefeito ao candidato do PMDB, Sr. Anestor Antônio Simonato e a vice, Sra. Vilsa Corioletti, do mesmo partido. Também concorreram ao cargo o Sr. Gilmar Antonio Conte (PDS) e o Sr. Valentin Conte (PT).

Na mesma eleição foram escolhidos os representantes para o Legislativo: Valmir Cozer (PMDB), Ademar André Szczepanski (PT), Aloisio Deonísio Jantsch (PMDB), Clovis Sadi Alves Correa (PMDB), Dilmar Cozer (PDS), Rudimar Conte (PT), Mirtes Milan (PDS) e Artemio Lunkes (PDS). No Anexo IV encontra-se uma lista com os representantes eleitos no executivo e legislativo.

Tomando posse em 1993, esta primeira gestão de Formosa do Sul enfrentou o desafio de instituir o aparato administrativo para o município recém criado. Durante esta gestão, a sede da prefeitura foi a casa que atualmente abriga a Casa da Cultura de Formosa do Sul (figura 4), mudando para o local atual, na rua Antônio Cella nº 173, em 1996, quando ocupou o prédio onde até então funcionava o Posto de Saúde.

**Figura 4 - Prefeitura de Formosa do Sul durante a Gestão 1993-1996**



Doação: Prefeitura Municipal de Formosa do Sul.  
Acervo CEOM/Únochapecó.

Na década de 1990, época da emancipação, a população de Formosa do Sul constituía-se por cerca de 2.714 habitantes, sendo 543 na sede e 2.171 nas comunidades rurais. Nos anos seguintes houve um significativo aumento da população urbana ao mesmo tempo em que diminuiu a população rural, como pode ser observado na tabela 3.

**Tabela 3 - População municipal**

	<b>População total</b>	<b>População urbana</b>	<b>População rural</b>
1980	3.734	361	3.373
1991	2.714	543	2.171
2010	2.601	1.084	1.517

Fonte: Associação dos municípios do Oeste de Santa Catarina, s/d. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2010.

Os dados apresentados permitem uma análise acerca da migração da população rural para os núcleos urbanos e mesmo um decréscimo na população total do município.

### **Saúde: tratamentos caseiros e atendimento hospitalar**

As tentativas de aplacar a dor, curar ferimentos e enfermidades tem acompanhado as culturas humanas desde tempos imemoráveis. Tratando-se do município de Formosa do Sul, os moradores referem-se a diversos métodos de cura que já fizeram parte da história de vida de muitas pessoas do local, assim como de outros lugares, antes que o atendimento médico-hospitalar estivesse ao alcance da população, da forma como atualmente se encontra.

Entre os costumes que integram a cultura cabocla existem inúmeras práticas de cura, que envolvem a utilização de ingredientes de origem vegetal e animal, além dos benzimentos.

Quando ficava doente, era na base do benzimento e remédio de ervas. Não existia posto de saúde, não existia nada. [...] Naquele tempo nós conhecíamos

todos os tipos... remédio pra uma coisa, remédio pra outra, nós conhecíamos. Remédios de ervas. (Maria Florisbela Pires).

Amostras destes costumes e práticas de cura foram fornecidas durante seu relato:

Uma vez, um dos meus piás [meninos], enfiou um estrepe [espinho] no pé, que atravessou para o outro lado. Não tinha recurso. Recurso era só remédio de erva mesmo. E deu uma febre, uma febre. Daí o meu finado pai pegou um sebo de ovelha e queimou bem queimado aquele lugar, daquele estrepe. E começou a dar o chá pra febre. E toda vez ele tratava aquele pé com sebo de ovelha quente e puxava com salmoura, até que afrouxou e aquele estrepe saiu. (Maria Florisbela Pires).

Tinha vários tipos de remédios que o meu pai cozinhava, fazia chá. Fazia pra nós e pros vizinhos, quando precisavam. E naquele tempo, existia muito benzimento. Uma vez, uma cobra pegou [picou] um vizinho e os pais dele estavam desesperados porque não tinha onde ir [para medicar]. Daí veio uma menina desesperada lá em casa. O pai estava na roça. Então ele veio, trouxe um cipó, amarrou a perna dela e começou a queimar com a água da bananeira. E pôs esquentar no fogo do borralho [braseiro]. Pegou uns três galhos do broto daquela da bananera, esquentou no borralho e torceu. Tirou três colher daquele sumo [suco] pra ela tomar. No outro dia amanheceu boa. (Maria Florisbela Pires).

Nos trechos citados pode-se verificar o uso de ervas, sebo de ovelha, broto de bananeira, salmoura, elementos que estavam ao alcance daqueles moradores e que devidamente manipulados, surtiam efeito nos tratamentos. A experiência do Sr. Manoel Luis Simões

Pires, relada por sua filha Sra. Maria Florisbela Pires, demonstra a dedicação no cuidado com a saúde de seus familiares ou vizinhos. Assim como o ambiente em que viviam continha inúmeros perigos, como a cobra ou o espinho, também proporcionava remédios que poderiam curar.

Nós curava as crianças com remédios de casa, de capoeira [ervas], fazia aquelas xaropadas, remédio para dor de barriga. [...] Pegava as folhas de chá mesmo, botava dentro de uma xícara, botava água fervendo dentro, deixava uns 5 minutos, quando tava morninha dava pra tomá. Pra diarreia fazia com folha de pitangueira [...]. A minha avó, minha sogra, ela me ensinou a fazer esses chás, e eu fazia, e as crianças melhoravam, nós adultos também melhorávamos. (Glória Cella).

Referindo-se às práticas de cura registradas em Quilombo, Wollf e Schuh (2000) afirmam:

[...] nos casos menos graves recorria-se ao recurso dos remédios caseiros como chás, cataplasmas, pomadas, etc. Era muito comum, por exemplo, o uso do vinagre com sal, aquecidos, para desinfecção de ferimentos, ou o uso da gordura animal como cicatrizante e, em caso de febre, as compressas com água. Normalmente as pessoas lançavam mão de todas as possibilidades de cura que conheciam antes de procurar ajuda externa. Muitos chegavam a falecer durante este período. (WOLLF; SCHUH, 2000, p. 107-108).

A cura também poderia depender de algo a mais do que os remédios. Nos depoimentos sobre práticas de cura, a fé de quem recebe o remédio ou o benzi-



mento é determinante para o efeito do tratamento. Os benzimentos são realizados por meio de gestos e orações que algumas vezes incluem o uso de água, plantas ou objetos: “É um pedido que a gente faz. Então faz um chazinho da natureza, ensina...” (Sebastião Ribeiro de Saldanha)

O benzedor geralmente é um homem ou mulher com certa idade, que aprendeu os procedimentos com outro benzedor. Porém, sua eficácia não depende só do poder do benzedor, mas também da fé de quem recebe o benzimento: “Eu sempre peço, se tem fé. A gente benze se tem fé. Se não, daí não adianta que não melhora. Tem que ter fé.” (Diva Picoli Foppa).

As figuras 5 e 6 retratam o Sr. Sebastião Ribeiro de Saldanha em sua residência com imagens pelas quais tem devoção: “eu tenho a foto de São João Maria, de quando ele andou pelo mundo e Nossa Senhora, tenho minhas devoções, apóstolos... faço minha oração e peço que a pessoa tenha saúde.” (Sebastião Ribeiro de Saldanha).

**Figura 5 - Sr. Sebastião Ribeiro de Saldanha com retrato do monge "São" João Maria em sua residência. Linha Beira Rio – Formosa do Sul**



Foto: André Luiz Onghero, 12 abr. 2012.

**Figura 6 - Sr. Sebastião Ribeiro de Saldanha rezando diante do altar com imagens de santos na sala de sua residência. Linha Beira Rio – Formosa do Sul**



Foto: André Luiz Onghero, 12 abr. 2012.

Mas algumas vezes os tratamentos caseiros ou os benzimentos poderiam não ter o resultado esperado, principalmente devido a diagnósticos equivocados, como relata a Sra. Sabina De Cezaro.

Nosso filho tinha cinco ou quatro ano, e teve paratifo, e febre, febre, febre. Nós mandava benzer pras bichas [lombrigas]. Pensávamos que era aquilo, quando vimos que estava bem mal levamos em Quilombo naquele farmacêutico lá, ele deu remédio, melhorou. Só que perdeu todos os cabelos de tanta febre e o meu irmão, a mesma coisa. (Sabina De Cezaro).

A medicina caseira era utilizada por muitas pessoas, mas havia casos nos quais se procurava o auxílio de médicos ou de farmacêuticos que pudessem fornecer medicamentos. A partir da fundação de cidades na região, tais profissionais começaram a atender nos hospitais, como foi o caso de Quilombo.

Eu tinha um rapaz e estourou a apendicite, mas graças a Deus, passou um caminhão, porque vinha algum caminhão cada século, e eu parei na estrada com ele doente, pra levar pra Quilombo. Tinha um médico bom em Quilombo, daí consegui parar o caminhão, o caminhão parou, carregou ele e foi. O médico operou ele, salvou o rapaz mais velho. (Rocco Gregol).

Na década de 1960 foram instalados dois hospitais em Quilombo: o Hospital São Lucas e o Hospital Beneficente São Bernardo<sup>26</sup>, nos quais foram atendidos muitos pacientes que residiam no atual município de Formosa do Sul.

Até eu me associei, entrei com madeira pra construir o hospital São Bernardo, e eu era sócio também [...]. E daí veio um médico o Dr. Pedro Marafon, esse ficou

anos, depois veio o Dr. Jesus, aí já tinha uns quantos [médicos]. (Idovino Simonato).

Se o caminhão estivesse aqui, então o Simonato levava até Quilombo, e senão tinha um homem... era o Cozer, ele tinha um jipe, então pegava com aquele e levava até Quilombo. (Catharina Lanferdini).

Mesmo com dois hospitais em Quilombo, o serviço dos práticos era bastante requisitado, destaca-se a atuação de farmacêuticos, dentistas e parteiras.

Primeiro eu fiquei doente, passei por uma pneumonia forte. Tinha uma carrocinha do Romano Pissaia, ele tinha uma carretinha com duas mulas, e daí ele me levou pra Quilombo. Aquele tempo tinha o falecido Hélio Faresin, era farmacêutico em Quilombo. Eu fui gemendo a estrada inteira naquela carrocinha, cheguei lá e ele me deu uma injeção, uns remédios e me mandou pra casa, melhorei. (Glória Cella).

Em Quilombo havia o dentista prático Hélio Faresin, que também atuou como farmacêutico<sup>27</sup> e instalou

---

26 O Hospital São Lucas foi fundado na década de 1960 pela médico Jacir Melzer e seu irmão Algacir Melzer. Porém, o atendimento naquele pequeno hospital não era contínuo, pois o médico residia em Xaxim, onde também havia um hospital. Em 1964 a Sociedade Cultural Quilombense, juntamente com irmãs franciscanas, instalaram o Hospital Beneficente São Bernardo. (WOLLF; SCHUH, 2000, p. 113-114)

27 Atendendo como prático dentista a partir de 1952, o Sr. Hélio Faresin fez um curso de farmácia por correspondência, prestando exames avaliativos em Florianópolis. Após cerca de 3 anos, começou a trabalhar como farmacêutico e montou uma farmácia em Quilombo. Mais informações podem ser obtidas na obra de Wollf e Schuh (2000).

uma farmácia. Sabino Damo, que trabalhava nesta farmácia, mudou para Vila Formosa, onde abriu uma farmácia.

Depois um rapaz colocou uma farmaciazinha aqui, [...] ele trabalhava em Quilombo com o Faresin que tinha a farmácia lá, e depois então ele veio aqui. (Idovino Simonato)

Referindo-se aos atendimentos do farmacêutico Sabino Damo, o Sr. José Baú afirma:

Ah, ele era bom. Podia chegar de noite... uma hora da madrugada... a maioria era os piás, ficavam doentes. Pegava no colo e levava lá. Se precisava mesmo ele mandava pra Quilombo, se não ele mesmo curava. (José Baú).

Os partos eram, na maioria das vezes, feitos em casa com o auxílio de parteiras práticas. De acordo com as entrevistas, a Sra. Genoefa Zanetti, que residia na sede da Vila Formosa, deu assistência a muitos partos. Ao perceber que se aproximava o momento de dar a luz, ou quando tinham início as dores que antecediam o parto, o marido ou outra pessoa dirigia-se o mais rápido possível, geralmente a cavalo, até a residência da parteira solicitando seus serviços. Tais chamados poderiam ser necessários em qualquer horário do dia ou da noite e algumas vezes enfrentava-se também tempestades ou mesmo enchentes, como descreve a Sra. Líbera Comunello:

Não tinha ninguém morando pra lá do rio [Linha Canela]. Só nós. Teve uma enchente braba, “comprei” a filha com a enchente braba. Sorte que, eu

disse pro meu marido “segunda-fera eu vô comprá a nenê e a partera”, eu disse. Ele foi buscar no sábado e na segunda eu ganhei a nenê. Eu sabia o dia que eu ia ganhar [dar a luz], e ganhei. Uma enchente, uma enchente, uma enchente! Que ela [a parteira] passou a cavalo e as ondas de água levavam o cavalo pra baixo. (Líbera Comunello).

Chama a atenção a forma como a Sra. Líbera se refere ao nascimento da filha “comprar a nenê”, que remete ao costume da época, onde se dizia que os bebês eram trazidos pela parteira, também chamada de “cegonha”. Uma forma de comunicar o nascimento, principalmente às crianças, para as quais a concepção e a gestação dos bebês não era revelada.

Quando não havia a possibilidade de contar com a ajuda de alguma parteira, fazia-se necessário que alguém assumisse sua função, como foi o caso do Sr. Danilo De Cezaro, que auxiliou sua esposa Sabina no nascimento da filha. “eu via as parteiras como faziam e disse ‘eu também sou capaz de fazer como fazem as parteiras’ e correu bem.” (Danilo De Cezaro).

As complicações no parto eram perigosas tanto para a mãe quanto para os bebês, como percebe-se no relato da Sra. Catharina Lanferdini:

Eu salvei uma mulher, mãe de gêmeas sabe, e ela tinha bastante filhos, e quando ela teve os filhos ela teve em casa também coitada, ela sofreu muito [...] parou tudo, ficou tudo dentro, daí... aquela mulher sabe, Deus e eu né, vieram me chamar urgente, eu fui correndo, porque nós éramos vizinhos [...], eu disse, “Jesus” quando eu saí de casa, eu disse porque a gente nunca esquece de Deus né, eu chamei, eu disse assim “me dê um caminho, me ajude colher alguma

coisa pra mim fazer né, porque eu sabia o motivo, e ajuntei aquelas ervas e fiz com azeite bem quentinho, coloquei um emplastro e ficou boa. No outro dia estava boa, e tinha dois gêmeos, um guri [menino] e uma menina. (Catharina Lanferdini).

A Sra. Maria Florisbela Pires foi parteira e afirma ter atendido mais de cem mulheres. Seu depoimento revela detalhes acerca dos recursos utilizados na época.

Se uma mulher está ruim, pra ganhar uma criança e a criança está sentada, tem que pegar a mulher, deitar de costas. Engraxar bem as mãos com azeite e puxando das costas pra barriga. E puxando e firmando. E puxando, puxando e puxando. E depois puxa de outro jeito, puxa de outro jeito, conforme está a criança. Até que ela se endireita. E quando é pra ganhar, que está ruim pra ganhar e não tem recurso, que a criança não vem mesmo e a mulher perde as forças, a gente pega um pouco de pólvora e um pouco de cachaça. Moe bem moída aquela pólvora. Se ela tem um marido, põe na palma da mão do marido, no lado direito, pra mulher tomar aquela pólvora. E já vem dor e já vem força e ela ganha a criança. E se não tem o marido, então pede um favor pra um vizinho, pra fazer o papel do marido, o pai da criança. E põe a cachaça na palma da mão dele, pra mulher tomar. E também já se apura e já vem a criança. (Maria Florisbela Pires).

Os diferentes trechos selecionados das entrevistas fornecem uma amostra das situações em que se recorria ao auxílio de práticos, de benzedores e de tratamentos caseiros. Tais procedimentos, mesmo que arriscados, faziam parte dos costumes e muitas vezes surtiam resultados positivos. Fazem parte de um tempo onde a solidariedade era um dever moral e social, uma vez

que as precárias condições financeiras da maior parte das famílias dificultava a realização de tratamentos nos hospitais, que não dispunham de convênios ou serviços públicos de saúde.

Porque, de fato, naquela época se ficava alguém doente, não tinha posto de saúde. Tinha que ir direto no hospital e o hospital era particular. Era uma associação e eles cobravam tudo. O médico cobrava, a internação também tinha que pagar. [...] Aí a gente trabalhava o ano todo, e às vezes dois ou três ficavam doentes na família, tinha que pagar tudo e ia a safra inteira só pro hospital. E daí, não era fácil. Eu lembro, o pai e a mãe sofrendo, porque precisavam levar o filho ao hospital e não tinha dinheiro. Tinha que pegar, às vezes no vizinho, emprestar o dinheiro pra ir pagar a consulta. (Ademar Szczepanski).

Na década de 1980, quando Formosa do Sul tornou-se distrito, foi construído um posto de saúde no local da atual sede da Prefeitura Municipal e, em 1993, o posto foi transferido para o seu endereço atual, na Rua Antônio Cella nº 585, com uma estrutura capaz de proporcionar um atendimento básico para os moradores.

Atualmente a Unidade Básica de Saúde de Formosa do Sul possui uma estrutura física composta por um consultório médico, dois consultórios odontológicos, uma sala de vacinas, uma sala de curativos, uma sala de preventivo de câncer, uma sala de recepção, triagem e espera, três salas de secretaria, 16 banheiros, duas cozinhas, uma sala para atividades diversas, uma farmácia, um auditório, uma sala de reuniões, uma clínica de Fisioterapia, três almoxarifados, uma sala de esterilização, uma sala de preparo de material e uma lavanderia. A equipe profissional é composta por um



médico, dois odontólogos, um secretário de Saúde, dois auxiliares de serviços gerais, uma psicóloga, dois fisioterapeutas, um assistente social, três técnicas em enfermagem, uma enfermeira, um técnico em vigilância sanitária e dois auxiliares administrativos.

## Educação escolar

*Eu ia na aula ali numa igreja, na primeira igreja que foi construída aqui na Formosa, [...] era uma igreja velha e daí eu fui ali na primeira, primeira aula que foi na minha escola, e o primeiro professor foi o Alexandre Zanetti, o segundo professor então foi Gibrair Cunico, e a terceira professora foi Adélia Zardo Pazin.  
(Carlos Cella).*

Até 1960, a educação escolar da Vila Formosa realizava-se por meio da Escola Desdobrada de Vila Formosa, que consistia em uma turma de crianças reunidas na igreja de madeira situada na atual Rua Santa Catarina. Ali, os professores Alexandre Zanetti, Gibrair Cunico e Adélia Zardo Pazin, ensinaram aos filhos dos moradores a leitura, escrita, matemática e outros conhecimentos utilizando recursos didáticos como a lousa, pequeno quadro de pedra, onde o aluno escrevia com giz, como afirma o Sr. Carlos Cella: “eu ainda cheguei a escrever na pedra, aquela pedra quadrada assim, daí com giz se escrevia na pedra”.

Na primeira escola todos estudavam na mesma turma, tinha só uma sala de aula. A merenda era feita pela própria professora e nós alunos também ajudávamos a fazer a merenda da escola. (Vilsa Corioletti).

Com a aprovação dos pais, os professores eram exigentes e rígidos. Algumas vezes chegavam a aplicar castigos aos alunos:

Se de repente você não fazia o tema você tinha um castigo, mas era um ensinamento que se tinha, era a pedagogia da época, se você não sabia a tabela, a tal da tabuada, levava uma palmatória, mas nunca houve alguém que se virou contra o professor por causa disso. (Vilsa Corioletti).

No nosso tempo botavam as pedrinhas em baixo do joelho, daí nós tentávamos catar aquelas pedrinhas, tirar fora, porque senão doía demais. Porque eles batiam mesmo, o professor batia, pegava uma régua ali, uma palmatória, alguma coisa, e batia na gente. Daí botava nós de castigo. (Carlos Cella).

Em 1960 foi criada a Escola Isolada Estadual Vila Formosa, que oferecia o ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série, cujo prédio pode ser visualizado na fotografia a seguir:

**Figura 7 - Vista externa parcial da Escola Isolada Estadual Vila Formosa [19--]**



Doação: EEB Rui Barbosa. Acervo CEOM/Unochapecó.

Construída em madeira, a escola tinha duas salas de aula, onde os alunos sentavam dois a dois em bancos de madeira tendo à frente a carteira sobre a qual colocavam os materiais escolares, também de madeira, como pode ser visualizado nas fotografias seguintes, que mostram parte do interior das salas de aula:

**Figura 8 - Vista interna de sala de aula da Escola Básica Rui Barbosa [19--]**



Doação: EEB Rui Barbosa. Acervo CEOM/Unochapecó.

**Figura 9 - Vista interna de sala de aula da Escola Básica Rui Barbosa [19--]**



Doação: EEB Rui Barbosa. Acervo CEOM/Unochapecó.

Nestas imagens é possível identificar o mobiliário das salas de aula, o quadro negro, onde o professor escrevia com giz, mapa, cartazes e enfeites em papel que podem ter sido feitos para uma festa junina.

[A escola] era dividida assim, eu lembro bem, as duas salas e no meio tinha uma cozinha onde faziam a merenda, mas a merenda que vinha naquela época era só leite em pó. Eram aquelas panelas de leite pó, então a gente levava o lanche de casa. Nós trocávamos muito o lanche com os outros colegas na escola, a gente gostava de fazer aquela troca de lanche, um levava e trocava com o outro, e as professoras daí já tinham as turmas separadas né, não eram mais todos juntos [...]. E as professoras eram bem dedicadas. Nós estudávamos em bancos que eram de dois alunos. (Vilsa Corioletti).

O depoimento relaciona vários elementos presentes no cotidiano escolar: a atuação das professoras, os lanches, o mobiliário e os espaços escolares. São elementos que fazem parte da cultura escolar e que permanecem nas memórias de quem frequentou a escola. Os depoimentos também reportam-se aos trajetos percorridos a pé ou a cavalo para chegar até a escola, situação vivida também por professoras como Adélia Zardo Pazin, Alice Salete Pazin e Alaídes Cecília Comunello, que deslocavam-se a cavalo para lecionar na Escola Isolada Estadual Vila Formosa durante a década de 1960.

Para os moradores, o ensino escolar era muito importante e os professores muito valorizados.

O professor na comunidade era a pessoa mais culta que tinha porque os outros não tinham instrução nenhuma, então o professor tinha um grande valor. (Vilsa Corioletti).

Na década de 1970, o ensino escolar oferecido na Vila Formosa foi ampliado, atendendo à demanda de jovens em idade escolar e como parte do processo de expansão do ensino promovido a nível nacional. Pelo decreto nº 442/SEE, de 07 de maio de 1974, a Escola Isolada Estadual Vila Formosa foi renomeada como Escola Básica Rui Barbosa, incluindo o ensino da 5ª série. No ano seguinte, o Parecer nº 33, de 28 de fevereiro de 1975 instituiu a 6ª, 7ª e 8ª séries na referida escola.

A documentação produzida pela escola em 1974, visando a criação de novas séries, fornece informações sobre a estrutura educacional da época, quando a Escola Básica Rui Barbosa também era responsável pelo ensino nas escolas da zona rural. A tabela a seguir relaciona as escolas atendidas e o número de alunos em cada uma:

**Tabela 4 - Alunos matriculados por escola**

<b>Estabelecimento</b>	<b>Nº de alunos</b>
Escola Básica Rui Barbosa	231
Linha Segalin	32
Serra Alta	26
Linha Conte	27
Linha Canela	33
Barão do Triunfo	26
Linha Augusto Piccoli	25

Fonte: Escola Básica Rui Barbosa. Relatório 06/08/1974.

Naquele ano, estava em construção o prédio em alvenaria, com quatro salas de aula e espaço para direção, secretaria, biblioteca e área coberta, que pode ser visualizado na figura 10.

**Figura 10 - Vista externa parcial da Escola Básica Rui Barbosa [19--]**



Doação: EEB Rui Barbosa. Acervo CEOM/Unochapecó.

Quando a escola passou a oferecer o ensino de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, muitas pessoas que tinham abandonado os estudos voltaram para sala de aula.

Houve um período em que existiu uma turma à noite, porque muita gente adulta havia parado estudar por muitos anos e aí começou estudar à noite. Então fizemos uma 5<sup>a</sup> série à noite, e aí depois, continuou até a 8<sup>a</sup> série de dia. E com o tempo também veio o Segundo Grau. (Vilsa Corioletti).

Em 1991 a escola passou a oferecer o Ensino Médio com curso de Formação Geral, regulamentado pelo parecer n° 118/91 e Portaria n° 0174/91, passando a ser denominada Colégio Estadual Rui Barbosa e posteriormente Escola de Educação Básica Rui Barbosa, por determinação da LDB n° 9.394/96, regulamentada pela portaria 017/SED, de 28/03/2000.

Em 1993, ano da emancipação, a rede de ensino público contava com um colégio estadual na sede e 12 escolas no interior do município. Conforme dados da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina relativos a 1993, do total de 712 alunos, 45 alunos estavam matriculados no pré-escolar, 373 entre 1ª e 4ª série, 197 entre 5ª e 8ª série e 97 no Segundo Grau<sup>28</sup>. Nas escolas da zona rural, eram atendidos 232 alunos de 1ª a 4ª série.

Em relação aos professores, contava com um quadro total de 38 professores, dos quais 2 professores atuavam na educação infantil, 17 no Primeiro Grau 1ª a 4ª série, 9 no Primeiro Grau 5ª a 8ª série e no Segundo Grau havia 10 professores. Entre eles, 26 eram professores eram habilitados e 12 não tinham habilitação<sup>29</sup>.

No ano de 1999 foi realizada a nucleação das escolas isoladas municipais (E.I.M.), conforme a lista a seguir:

- E.I.M. Francisco Dall Igna – Linha Barão do Triunfo
- E.I.M. Nossa Senhora de Lourdes – Linha Dhein
- E.I.M. Pe. Santo Fortunato Guerra – Linha Nova Aratiba
- E.I.M. Santo Inocente – Linha Canela
- E.I.M. Santa Lúcia – Linha Peruzzo
- E.I.M. Santa Inês – Linha Villa
- E.I.M. São Francisco – Linha Serra Alta
- E.I.M. Lenoir Vargas Ferreira – Linha Conte
- E.I.M. Irineu Bornhausen – Linha Guarani
- E.I.M. Konder Reis – Linha Santa Inês

---

28 Os dados apresentados encontram-se no Plano Básico de Desenvolvimento Regional, Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC (1993, p. 112).

29 Idem (p. 220).

E.I.M. Beira Rio – Linha Beira Rio  
E.I.M. Sagrado Coração de Jesus – Linha São Miguel  
Pré-Escolar Branca de Neve – Linha São Miguel  
Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho – Formosa do Sul

A nucleação implicou no fechamento das referidas escolas e o agrupamento dos alunos em uma única escola municipal, o Núcleo Escolar Municipal Vida e Alegria. Em atividade, o núcleo atende a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental – Séries Iniciais, e dispõe de professores específicos para as diferentes áreas, como Artes e Educação Física, além do professor(a) regente da classe, fato que difere da realidade anteriormente encontrada nas escolas isoladas, nas quais havia um único professor que lecionava para duas séries ao mesmo tempo (geralmente 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries no turno matutino e 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries no turno vespertino) ou, mesmo lecionando para uma única série, ministrava todos os componentes curriculares. Os alunos que residem em áreas rurais contam com transporte até o núcleo escolar.

A nucleação trouxe todos os alunos do interior pro centro. E ela trouxe uma melhor qualidade para os alunos. [...] Por que aqui os professores estão todos concentrados e eles tem professor para Educação Física, professor pra Artes, eles tem estagiários que acompanham. E no interior nós tínhamos só o professor e o professor trabalhava todas as matérias. [...] Temos merendeira, temos pessoal que cuida da limpeza, o professor tem tempo pra se preparar melhor, tem suas horas atividades e os alunos ganham com isso. (Vilsa Corioletti).

Dados do IBGE referentes a 2009 indicam 476 matrículas no Ensino Fundamental, 96 no Ensino Mé-



dio e 36 no Ensino Pré-escolar. Quanto aos professores, 24 lecionavam para o Ensino Fundamental, 13 para o Ensino Médio e 5 para a Educação Infantil. Todos atendidos pelas duas escolas instaladas na sede do município, o Núcleo Escolar Municipal Vida e Alegria e a Escola de Educação Básica Rui Barbosa.

## Segurança

Com a fundação da Vila Formosa, surgiu a necessidade de serviços relativos à segurança dos moradores. Realizava-se então a nomeação de uma espécie de comissário ou inspetor de quarteirão, popularmente chamado “quarteirão”, que respondia pela segurança do local e a resolução de pequenos conflitos que ocorriam entre os moradores: “ele podia fazer acertos, combinar amigavelmente. Se fosse um dano feito, tinha que pagar.” (Rocco Gregol). Caso as partes envolvidas não entrassem em acordo, o caso tinha de ser encaminhado para o sub-delegado de Quilombo, procedimento tomado também em casos mais graves.

Quando dava uma briga, tinha que ir ver, às vezes levava pra Quilombo também, mas isso já meio depois né. Polícia só veio depois que passou a município, aqui antes não, só 1993 veio polícia. (Idovino Simonato).

Alguns moradores que exerceram a função de inspetor de quarteirão foram: Fortunatto Quintino Zanetti, Selvino Zanetti, Rocco Gregol, Idovino Simonato, Vilmar Cozer, Francisco Cozer, Valdomiro

Comunello, José Garbo, entre outros. Tratava-se de um trabalho voluntário que exigia a dedicação do responsável, como relata a Sra Líbera Comunello, ao referir-se ao falecido esposo, que foi inspetor de quarteirão.

Tinha que avisar a polícia em Quilombo, pegar os ladrões, quem matava, machucava. Ele [o inspetor] tinha que ir em Quilombo, dizer pra eles. Mesmo se fosse a noite. Ele ia até Quilombo a cavalo e vinha no outro dia com a polícia de lá e ia pegar o ladrão, o criminoso. (Líbera Comunello).

O inspetor exercia um papel disciplinador na comunidade, aplicando punições para alguns casos, como roubo ou briga. Uma forma de punir infrações era submeter a trabalhos pesados e humilhantes, como arrancar os tocos de árvores que existiam no terreno que atualmente corresponde à praça Presidente Tancredo Neves.

Roubou um gado e vendeu no açougue, matou o gado do outro, e o outro [percebeu que] faltou o gado e veio atrás logo, e era o dele, deu tempo de aproveitar a carne ainda. [...] Conseguiu recuperar [...] E aí botaram na praça arrancar toco. (Ida Malacarne).

O depoimento do Sr. Rocco Gregol avalia a função como imprópria, por envolver em situações de conflito, que poderiam ser incômodas e perigosas: “tinha o inspetor e eu era suplente, vários anos, mas não era vida de um pai de família, tinha sempre que se incomodar, ir atrás de roubo, de dano, de tanta coisa.”

## O atendimento religioso e a construção da Capela São Cristóvão

Em Formosa do Sul estão presentes várias instituições religiosas, como a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Católica Apostólica Conservadora do Brasil, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, a Igreja Pentecostal Deus é Amor, a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, a Igreja Assembléia de Deus Pentecostal Maratana e a Casa de Oração. Neste tópico será enfatizada apenas a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana em razão de ter sido em torno desta instituição religiosa que a comunidade de Vila Formosa e as comunidades rurais foram formadas. As expressões religiosas que fizeram parte do cotidiano dos moradores serão abordadas como manifestações da cultura e forma de sociabilidade no Capítulo IV, enquanto este tópico apresentará as formas de atendimento à população e a construção da capela que tornou-se patrimônio histórico e cultural do município.

Logo que os colonizadores descendentes de europeus provenientes do Rio Grande do Sul começaram a se instalar na Vila Formosa, procuraram desenvolver as atividades de caráter religioso condizentes com sua cultura. A figura 11 apresenta uma celebração religiosa realizada em uma residência de Vila Formosa. Conforme a Sra. Lourdes Assunta Pissaia, esta teria sido a primeira missa realizada no local, celebrada por um padre vindo de Porto Alegre, que junto com alguns seminaristas, visitaram a vila para conhecer as terras que estavam sendo comercializadas. Na ocasião, os

moradores foram reunidos no pátio de uma das moradias existentes, pois a localidade ainda não possuía igreja.

**Figura 11 - Missa realizada em residência na Vila Formosa (década de 1950)**



Doação: Lourdes Assunta Pissaia. Acervo: CEOM/Unochapecó.

A preocupação em dar continuidade às tradições católicas<sup>30</sup> trazidas pelos colonizadores também pode ser percebida no relato do casal Angelo e Glória Cella, que fixou residência no local em 1953. Segundo eles, quando a comunidade estava iniciando, chegou a ser construída uma “igreja de taquara”, ou seja, uma estrutura onde foi possível realizar celebrações litúrgicas.

Fizeram um altazinho de taquara, [...] e daí o padre rezava a missa lá, e dava a eucaristia naquele altar,

---

30 Refere-se à Igreja Católica Apostólica Romana.

coberto de folhas de taquara. As vezes o cálice batia em cima das folhas de taquara e ele [o padre] dava rizada (risos). (Glória Cella).

De caráter provisório, o local logo foi substituído e as missas passaram a ser realizadas na casa do Sr. Aurélio Dalla Riva:

O padre vinha uma vez por mês, ele vinha de São Lourenço e não tinha igreja, não tinha escola, não tinha nada, era numa casa particular né. Era sempre lá no Dalla Riva que ele rezava a missa, daí íamos todos lá. (Ricieri Malacarne).

A comunidade recém criada era atendida pelo Frei Valério Pescantina, de origem italiana, que residia na paróquia em São Lourenço do Oeste. Deslocando-se pelas localidades montado a cavalo, o padre enfrentava caminhos de difícil acesso, mesmo diante de condições climáticas desfavoráveis, o que teria lhe prejudicado a saúde.

O primeiro padre daqui era um padre capuccino italiano, vindo da Itália. [...] Era de São Lourenço, e ele estava meio doente, então ele disse pra nós formar uma comissão, formar uma diretoria nova, pra depois construir uma igreja, e dito e feito [...]. Ele vinha com frio, a cavalo, de São Lourenço até aqui, daqui até Irati, não tinha estrada, só a cavalo. Onde não dava com o cavalo, então puxava o cavalo. Era perigoso, era morro, morro e valeta, e água, ele sofreu bastante. (Rocco Gregol).

Nos domingos em que o padre não estava presente, a comunidade se reunia para rezar a partir de materiais impressos ou para rezar o terço.

Nós tínhamos um livrinho de missa, daí nós ia, no domingo eu ia lá rezar aquele livrinho de missa, outro domingo vinham eles rezar aqui. Rezava aquele livrinho, senão rezava o terço. (Glória Cella).

Incentivados pelo padre, os moradores de Vila Formosa estabeleceram uma sociedade para a igreja, como conta o Sr. Rocco Gregol, que exerceu por quatro anos o cargo de presidente da diretoria da comunidade católica.

Nós que iniciamos a igreja. O primeiro padre disse pra nos reunirmos e fazermos uma sociedade. Então nos reunimos, nós estávamos em sete, oito, escolhemos um para ser presidente da igreja que ia ser feita, e depois fizemos a igreja. (Rocco Gregol).

A primeira capela da comunidade foi construída em 1957 em um terreno inclinado localizado na atual rua Santa Catarina, na margem esquerda do rio João Emílio.

O padre disse “você vão iniciar uma capela, fazer uma igreja”, e aqui de fato tinha uma serraria. Então diz “vamos iniciar a igreja”, daí nos reunimos todos e o padre deu até a liberdade de trabalharmos aos domingos também pra construir a igreja, falquejar madeira, arrastar, fazer a tabuinha, e pegar a madeira na serraria. (Rocco Gregol).

Após a construção da capela, de acordo com o costume católico, havia a necessidade de um santo padroeiro para a comunidade: “quem trouxe o santo foi esses Cella de Chapecó, que as terras eram deles né, eles que doaram o santo, São Cristóvão” (Idovino

Simonato). Com a doação da imagem, São Cristóvão passou a ser o padroeiro da comunidade e no ano de 1958 foi realizada a primeira festa comemorativa ao dia de São Cristóvão, padroeiro do motorista e do agricultor, no dia 25 de julho. A partir de então, a festa em homenagem ao padroeiro tem ocorrido todos os anos, marcada pela procissão com bênção dos veículos, de forma semelhante à realizada em outras comunidades que tem São Cristóvão como padroeiro.

Conforme relato da Sra. Lourdes Assunta Pissaia, no dia da festa era feita procissão com imagem de São Cristóvão, trazida da paróquia (em Quilombo) até a capela em Vila Formosa: “Eles levavam o santo e a gente arrumava ele bem certinho, daí a procissão saía lá de Quilombo e vinha.”

Por volta de 1960, diante de falta de ministros no local e das escassas visitas de padres à comunidade, a diretoria da igreja adquiriu um rádio para que pudessem ouvir a missa da catedral de Chapecó transmitida por emissora de rádio.

Eu fui comprar um rádio em Chapecó pra igreja. Eu era da diretoria da igreja e o primeiro padre que veio em Quilombo me mandou comprar um rádio pra ouvirmos a missa de Chapecó pela rádio na igreja. (Idovino Simonato).

Na década de 1960, a comunidade da Vila Formosa aumentou consideravelmente, com a vinda de vários moradores e o crescimento das famílias já estabelecidas. Como naquela época a população do local, em sua grande maioria, tinha o catolicismo como religião, houve a necessidade de construir uma capela maior e com estrutura de melhor qualidade e aca-

bamento, uma vez que a capela usada até então era uma construção pequena e rústica.

De acordo com o depoimento do Sr. José Chiarello, enquanto alguns desejavam que a nova igreja fosse construída no mesmo lugar da anterior, outros preferiam um local menos inclinado, nos terrenos que pertenciam ao Sr. Idovino Simonatto e Sr. Ricieri Malacarne. Prevalecendo a opinião do grupo que pretendia construir no novo local e ocorrendo a doação dos terrenos, o trabalho foi iniciado contando com a atuação dos carpinteiros José Chiarello e Valério Pasqualon.

A partir da observação da igreja de Cordilheira Alta, o carpinteiro desenhou uma planta da igreja e a expôs na capela antiga. Seu desenho agradou à comunidade e aos padres da paróquia de São Lourenço, recebendo sua aprovação.

Fiz o quadro, botei na igreja velha, ficou tempo lá e os padres gostaram do desenho. Eu fiz a estrutura de fora, divisões, todos se agradaram, e eu também, os sócios de lá gostaram. (José Chiarello).

Além do trabalho dos carpinteiros, os sócios da paróquia auxiliavam, revesando os dias, para que sempre houvesse alguém ajudando na construção.

Eu ajudei do começo até o fim, até a Cruz em cima eu segurava e o carpinteiro firmava a Cruz. Dava 25 metros de altura. Tinha o andaime, só que o andaime balançava. A gente começou de baixo até em cima, era só fazer aquela torre lá, toda de madeira grossa, e não tinha motosserra pra fazer calçamento, calçava ela conforme colocava os paus né, pra calçar precisava cortar com o serrote, e eu ajudei no começo ao fim porque tinha gente depois que veio e não tinha coragem de subir ajudar o carpinteiro. Então me pagavam por dia. Precisava fazer dois, três dias cada família, então me pagavam pra trabalhar. (Jandir Ravarena).



Porém, a construção foi derrubada por um temporal com ventos fortes.

Numa certa hora, deu um temporal numa noite e derrubou a igreja, ela estava toda erguida. De janela, porta, tudo armado. Deu uma ventania e derrubou tudo. (José Chiarello).

Retomando o trabalho, a construção foi finalizada e pintada. Na figura 12 pode-se visualizar a Capela São Cristóvão com os andaimes utilizados durante o trabalho de pintura.

**Figura 12 - Pintura da Capela São Cristóvão (09 jul. 1965)**



Doação: José Chiarello. Acervo: CEOM/Unochapecó.

A próxima imagem (figura 13) retrata a capela em 1965. Percebe-se a presença de considerável número de pessoas e alguns automóveis no espaço a frente da capela. Construída em madeira, com telhado de zinco, ao fundo pode-se identificar a paisagem montanhosa coberta pela vegetação.

**Figura 13 - Capela São Cristóvão (1965)**



Doação: José Chiarello. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Pode-se observar que no momento em que foi retratada, a capela ainda não possuía o pequeno telhado que atualmente cobre a escada, como relata o Sr. José Chiarello: “faltava aquele telhado na frente que cobre a escada. Fizemos depois da foto, né. E fomos fazendo a pintura e tudo, ficou bonita.”

Também foi construído um salão paroquial a partir da contribuição da comunidade.

Onde tem o pavilhão agora era tudo de madeira, eu dei toda a madeira quadrada em baixo, e as tábuas foram compradas em São Lourenço, aí eu puxei tudo também, não cobreí nada, nada. (Ricieri Malacarne).

Nas comunidades rurais que atualmente pertencem ao município de Formosa do Sul, também foram criadas associações e construídas capelas e salões comunitários. A tabela a seguir apresenta uma relação das capelas das comunidades rurais.

**Tabela 5 - Capelas em comunidades rurais**

<b>Capelas</b>	<b>Localidades atendidas</b>
São Valentin	Linha Barão do Triunfo
N. Sra. Aparecida	Linha Beira Rio
São Paulo	Linha Canela, Linha Tope da Serra
Nossa Senhora da Saúde	Linha Conte
Nossa Senhora de Lourdes	Linha Dhein
Nossa Senhora da Salete	Linha Guarani, Linha Altamira
Nossa Senhora do Carmo	Linha Nova Aratiba
São Roque	Linha Segalin
São Francisco de Assis	Linha Serra Alta
Santo Anjo da Guarda	Linha Villa

Fonte: Prefeitura Municipal de Formosa do Sul.

Ao mesmo tempo em que as comunidades estruturavam-se em relação aos espaços físicos, também eram organizadas as tarefas relacionadas à religiosidade por meio da atuação de pessoas das localidades. A figura 14 retrata um momento da celebração do mandato de ministros extraordinários da palavra e eucaristia realizada na Capela São Cristóvão em 1975.

**Figura 14 – Celebração do mandato de ministros extraordinários da palavra e eucaristia realizada na Capela São Cristóvão (1975)**



Doação: Casa da Cultura de Formosa do Sul. Acervo: CEOM/  
Unochapecó.

A função dos ministros tem sido muito importante para sede e para as comunidades rurais, pois são eles que desempenham as tarefas relacionadas à celebração de cultos nas capelas do município.

## CAPÍTULO III - TRABALHO E COTIDIANO

O dia de trabalho iniciava antes mesmo que o sol brilhasse por cima dos morros. A casa recebia a luz da lamparina e não demorava muito para a chaleira começar a chiar sobre a chapa aquecida pela lenha em chamas. Mais um longo dia de trabalho estava por começar. Na plantação, no transporte, no comércio, no serviço doméstico, no ensino escolar, na criação de animais, na indústria... os relatos contam sobre o esforço e a dedicação diária dos moradores de Formosa do Sul.

Neste capítulo, são abordadas as atividades laborativas historicamente desenvolvidas no espaço que atualmente corresponde ao município de Formosa do Sul. Mais do que citar profissões ou apresentar números relativos à produção, o texto traz parte das experiências vividas pelos homens, mulheres e crianças integrantes das comunidades que se constituíram como município.

A seguir, são abordadas diferentes atividades econômicas, separadas unicamente para fins didáticos, deixando claro que não se pretende estabelecer nenhuma hierarquia entre elas. São atividades que se comple-

mentam, ocorrendo simultaneamente e que continuam sendo praticadas, porém, com maior ou menor grau de modificação em suas técnicas.

## **Extração madeireira**

A colonização da região Oeste de Santa Catarina esteve estreitamente ligada à extração da madeira nativa. Ao mesmo tempo em que a chegada de novos moradores trazia a necessidade de materiais para construção das moradias, galpões, igrejas, pontes e outras instalações, a própria atividade extrativa propiciava a criação de núcleos de povoamento, mesmo que temporários, além da abertura de caminhos, que também davam acesso às terras. Ao mesmo tempo, a natureza sofria a intervenção humana que abria espaço para outras formas de utilização do espaço natural.

No caso do povoamento que deu origem a Vila Formosa, os relatos indicam a atuação da Serraria Picolli & Simonato Ltda. Fundada em 1958, através de sociedade entre o Sr. Augusto Picolli e seu genro o Sr. Idovino Simonato<sup>31</sup>, esta serraria teve um papel importante para a colonização do local, na medida em que proporcionou emprego para novos moradores, desenvolveu o transporte e comércio, além de produzir material para construção de novas moradias e demais

---

31 Nesta sociedade, o Sr. Idovino Simonato participou com o caminhão e o Sr. Augusto Picolli com o barracão e maquinário para a serraria, que incluía uma máquina a vapor conhecida como locomóvel.

construções do povoado, entre as quais a Capela São Cristóvão.

Segundo o relato do Sr. José Baú, um dos funcionários da serraria, uma parte dos empregados trabalhava nas matas, efetuando a derrubada das árvores e seu transporte até a serraria, situada a 2km da sede atual de Formosa do Sul. Durante os primeiros anos de funcionamento da serraria, a derrubada das árvores era feita com serrotes manuais e o transporte das toras com tração animal.

Derrubava no serrote, porque não existia motosserra. Era só com serrote e com bois, três juntas de bois que puxavam as toras [...]. Mais tarde então compramos um trator, mas isso já bem depois, ficou anos só com bois. (Idovino Simonato).

Outros empregados trabalhavam na serraria, onde um locomóvel (máquina a vapor) movia o equipamento que serrava as toras em tábuas. Sobre a rotina de trabalho na serraria, o Sr. José Baú relata:

Nós morávamos lá perto. De manhã eu levantava, ia lá [na serraria] e acendia o fogo no locomóvel, enchia de lenha [...]. Até que esquentava, eu ia pra casa e tomava chimarrão. Quando chegavam os outros [empregados], nós começávamos o serviço. [...] Era sempre cinco, cinco e meia, estava sempre lá. (José Baú).

A serraria foi administrada pelo Sr. Idovino Simonato, que também realizava viagens de caminhão para transportar a madeira até Porto Alegre-RS. Além da madeira obtida nas matas, também compravam a madeira de outras serrarias próximas para comerciali-

zar na capital do estado vizinho. Entre as principais madeiras extraídas encontravam-se cabreúva, louro, cedro e pinheiro (araucária).

Em relação ao transporte, o trecho mais difícil era entre a serraria e a sede de Quilombo, onde o Sr. Idovino conta que precisava levar o caminhão somente com metade da carga, descarregá-la em Quilombo e retornar para levar outra metade. Depois, completava a carga e seguia adiante, pois dali para frente a estrada estava em melhores condições.

A serraria, que se localizava próximo ao atual posto de saúde, funcionou até 1984, quando foi transformada em depósito de madeiras.

Além desta, várias outras serrarias foram instaladas no município. Na década de 1970 foi instalada uma serraria na Linha Serra Alta, pertencente ao Sr. Sereno Lagni, na Linha Guarani, de propriedade do Sr. José Garbo e na Linha Beira Rio, uma serraria pertencente ao Sr. João Cella e a Madeireira Meneghetti. Na década de 1980, o Sr. Danilo Marchioro instalou uma serraria na Linha Canela. Atualmente encontram-se em atividade a serraria Irmãos Tirloni, a Madeireira Starvil e a Madeireira Chemin.



## Agricultura

*A gente plantava, dava tudo bonito.  
(Pierina Lucchetta Moro).*

*Você plantava três pés de tomate, não precisava mais,  
enjoava de comer, tinha que ir com uma cesta pra ajuntar,  
era coisa mais linda. Plantava um pé de repolho, era coisa  
mais linda a planta. Eu plantei feijão, nós fizemos uma  
horta fechada, eu colhi uma bolsa de feijão.  
(Catharina Lanferdini).*

As afirmações acima remetem ao final da década de 1950 e década de 1960, quando as terras utilizadas para plantio eram aquelas que por incontáveis anos estavam cobertas pela vegetação nativa e que, no processo de colonização, foram transformadas em roças através da derrubada e queima da mata. O solo, rico em matéria orgânica, fornecia nutrientes capazes de proporcionar excelentes colheitas.

Os caboclos praticavam uma agricultura de subsistência e utilizavam técnicas de plantio semelhantes às dos indígenas, como o uso do *xaxo* e da *coivara*. Conforme o depoimento da Sra. Maria Florisbela Pires, o *xaxo* é um utensílio de madeira com uma ponta semelhante a uma cavadeira. Pode ser confeccionada com um galho no qual é feito uma ponta. Por meio deste utensílio, é feito um pequeno buraco no chão, com a ponta do *xaxo*, no qual são largadas as sementes de milho ou feijão. Em seguida o buraco é fechado com o pé. O plantio de grãos com o uso do *xaxo* mostra-se de grande praticidade, permitindo semear sem excessivo esforço, pois, carregando uma bolsa com as sementes a tiracolo e utilizando um *xaxo* adequado à sua altura, não era preciso curvar as costas para realizar a ativi-

dade. Este utensílio também é adequado para o plantio em locais pedregosos, declives, e terrenos com galhos ou troncos.

O termo coivara, diz respeito a outra técnica agrícola, que consistia na derrubada da mata seguida da queima.

Derruba uma árvore com bastante galhos e se ela não está bem seca, queima ela, aquela roça e fica as coivara, aquela galhada, aqueles galhos. [...] Os galhos ficavam lá mesmo. [...] com o tempo apodrecia, ou a gente cortava pra lenha. (Maria Florisbela Pires).

Ao mesmo tempo em que produzia uma área para o plantio, os galhos que não eram totalmente consumidos pelo fogo eram utilizados para lenha ou apodreciam no local, servindo como fertilizante ao solo. A técnica da coivara é amplamente empregada por diversas culturas, como indígenas, quilombolas, caboclos e populações ribeirinhas (LEONEL, 2000; MUNARI, 2009).

Outra característica da agricultura desenvolvida pelos caboclos é a realização do *puxirão*, termo utilizado para referir-se a trabalho realizado coletivamente, equivalente a mutirão.

Tem a capoeira, ou mato. A gente compra algumas coisas assim, porque a gente compra sempre só pro gasto, né. Naquele tempo comprava cachaça, vinho, carneava um porco, fazia um churrasco e convidava os vizinho [...]. Daí cortava um alqueire ou dois de capoeira. E depois era só secar e plantar. E daí, se precisar, pode fazer um outro puxirão pra plantar aquela roça. Aquele tempo não vinha inço [erva daninha], né. E então a gente sempre tinha o man-

timento pro gasto. [...] Nós costumávamos fazer o puxirão. Ia se aprontando pra tal sábado fazer um puxirão. Daí os irmãos, os homens se reuniam e faziam. É como fazer uma roça ligeira, o puxirão. Daí fazia a roça, plantava e podia trabalhar pros outros de novo, enquanto dava o mantimento. (Maria Florisbela Pires).

A maioria era no sábado [...]. Daí no sábado eles combinavam, ajuntava as famílias assim né... [...] Quando era pra roçar capoeira, plantar milho também. O colono marcava o dia e num dia cortava dois, três alqueires de capoeira [...]. Era como se fosse uma festinha [...] era comida direto, de manhã, de tarde [...] trabalhava de tarde também, aproveitava até umas horas da tarde, mas era direto comida. Só que daí eles não pagavam nada né, a pessoa ia por gosto, [...] ajudar aquela pessoa. (José Baú).

Os depoimentos demonstram que o puxirão não era apenas uma empreitada de trabalho conjunto, mas um momento de sociabilidade, de diversão e que reforçava os laços de solidariedade entre vizinhos, familiares e conhecidos, pois a família que recebia a ajuda em um puxirão também participava quando convidada em outros puxirões. Segundo a Sra. Maria Florisbela Pires, o roçado resultante do puxirão supria os mantimentos para a família, permitindo que se prestasse serviços para outros, de forma a obter recursos para adquirir bens não produzidos pela própria família, como querosene, sal, pólvora, aguardente, tecidos, calçados, ferramentas, entre outros.

A colonização do local por famílias provenientes do Rio Grande do Sul introduziu novas técnicas de trabalho e novas concepções acerca do uso da terra,

caracterizadas pela exploração intensa do solo e dos recursos naturais. Tais técnicas provinham da cultura agrícola europeia, que somava as tradições milenares ao desenvolvimento das ferramentas e equipamentos como enxadas, foices, serrotes, machados, plantadeiras, arados, carroças, entre outros. Tais equipamentos diferiam daqueles que os caboclos já possuíam, pois sua produção necessitava de trabalhos especializados em ferraria e carpintaria, além de contarem com lâminas e outros componentes de metal, disponíveis somente em locais onde havia comércio.

A abertura de roças não era uma tarefa fácil, como pode-se perceber nos depoimentos do casal Glória e Angelo Cella, ao rememorar as primeiras roçadas que fizeram ao estabelecer-se no local:

Nós roçamos, aqui era puro espinho e caruru de espinho, era tudo fechado, tudo capoeirão. [...] Não queimava porque não tinha folhas. (Glória Cella).

Tinha que picar com a foice, deixar secar, pra depois queimar, senão não tinha jeito, não tinha folha. Vai queimar com quê? Em baixo era terra limpa. (Angelo Cella).

Nas áreas já roçadas e queimadas, o plantio era realizado com a utilização da plantadeira manual (figura 15), um utensílio de madeira e metal, capaz de inserir quantidades controladas de sementes em pequenas covas no solo.

**Figura 15 - Plantadeira manual pertencente ao acervo da Casa da Cultura de Formosa do Sul.**

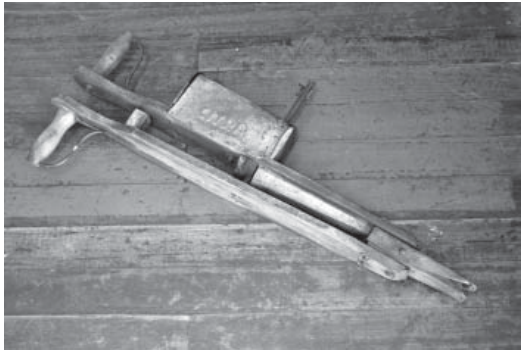


Foto: André Luiz Onghero, 12 abr. 2012.

Outra técnica trazida pelos colonizadores de origem europeia foi o arado com tração animal, no qual eram utilizadas juntas de bois. Tal utensílio permitia revirar o solo, trazendo para a superfície camadas mais ricas em nutrientes.

As ferramentas e utensílios trazidos do Rio Grande do Sul mostraram-se adequados às necessidades dos colonizadores, que realizavam as tarefas agrícolas manualmente ou com o emprego da força animal. “Era só com máquina a mão, lavrava no meio do milho e lavrava a terra pra plantar com boi e com enxada.” (Pierina Lucchetta Moro).

Carpir, prantar trigo era tudo com enxada, porque era terra nova. O primeiro ano chegamos aqui, a hora que ajuntamos [colhemos] milho pra depois semear o trigo começamos mês de julho e semeamos mais de três bolsas, tudo com enxada. E era meio longe, precisava ir com a carroça levar pra casa. Nós fizemos um galpão, porque precisava esperar que viesse a trilhadeira de Quilombo. [...] No primeiro

ano colhemos mais de 70 bolsas de trigo, e depois a gente plantava o feijão. O milho a gente plantava assim pra consumir, porque pra vender não dava, não entrava caminhão e pra levar até Quilombo com a carroça precisava pagar o valor da bolsa de milho de frete, então não valia a pena, nós plantava mais trigo e feijão. (Jandir Ravarena).

Pode-se afirmar que a vida estava organizada em torno da produção agrícola, de forma que a agricultura era uma atividade familiar, na qual toda a família estava envolvida: “Eram os homens na frente lavrando e as mulheres atrás com a enxada carpindo a erva, limpando.” (Pierina Lucchetta Moro).

Porém, a mão-de-obra familiar mostrava-se insuficiente para realizar as tarefas em certos períodos, como as roçadas para abertura de novas áreas de plantio ou para as colheitas. Nestas ocasiões fazia-se necessário o trabalho de outras pessoas, geralmente vizinhos que auxiliavam, prática conhecida como troca de dias. Comum entre os colonizadores e seus descendentes, esta prática consistia na participação de membros de uma família nas tarefas da família vizinha. Reciprocamente, a família que recebia o auxílio ficava no compromisso de participar de tarefas equivalentes na propriedade de quem lhe ajudou. Como afirma o Sr. Jandir Ravarena: “a gente ia hoje ajudar um outro se tinha algum serviço. Amanhã, depois de amanhã quando eu tinha de colher trigo ou feijão, ele vinha devolver o dia”. Dessa forma, a troca de dias, era uma troca de dias de trabalho realizada principalmente entre proprietários de terra, que permitia reunir maior número de trabalhadores em tarefas que assim exigiam.

Foram trocados dias, quando tinha uma roça de mato pra fazer então a gente trocava, pedia pra eles nos ajudar pra depois devolver o dia, eles vinham ajudar. (Rocco Gregol).

Tal prática não era a única, como abordado anteriormente, havia o puxirão, mais ligado a cultura cabocla, porém, não exclusivo desta. Também havia o emprego (não formal) de trabalhadores por dia, as chamadas empreitadas, onde verifica-se a interação entre caboclos e colonizadores. Sem propriedade de terras, muitos caboclos procuraram integrar-se ao modo de vida do colonizador na condição de empregado, em geral nos trabalhos mais árduos e por remunerações muito baixas, ou mantimentos.

O meu irmão mais velho ia em Campo Erê, roçar, fazer empreitadas lá. Trabalhava a semana inteira pra, de tarde, no fim de semana, trazer um pouquinho de mantimentos em casa. (Maria Florisbela Pires).

Em alguns casos, famílias que não tinham propriedades tornavam-se agregados de proprietários, residindo em um moradia cedida e cultivando pequenos lotes. “Nós trabalhávamos, dávamos a parte do produto na renda, desde o feijão, desde o milho, precisava dar a renda né.” (Sabina De Cezaro). Dependendo do acordo estabelecido, o agregado poderia dedicar-se ao cultivo de determinado lote arrendado do proprietário, entregando parte da produção resultante (a Sra. Sabina De Cezaro fala da quarta, ou seja após três sacas de produto colhido o agregado entregava uma ao proprietário), ou dedicar-se ao trabalho na produção do proprietário, cuidando de culti-

vos e animais destinados ao seu consumo em horários disponíveis.

Conforme o Sr. José Baú, a obrigação do agregado era “cuidar as terras, porque o patrão alugava a terra, mas tinha que fazer como ele queria, né, deixar limpa.” (José Baú).

Para algumas famílias, ser agregado era uma forma de obter recursos para adquirir uma propriedade, como fez o casal Danilo e Sabina De Cesaro, que depois de 5 anos como agregado de seu tio Sr. Olinto De Cezaro e mais 5 anos como agregado do Sr. Augusto Picolli, conseguiram ser proprietários de terra.

Tínhamos que trabalhar né, lá no finado Picolli então, plantamos 16 mil pés de mandioca pra ele. Compramos uma terra aqui em baixo, então plantamos em troca da terra 16 mil pé de mandioca, e demos uma novilha de entrada. (Danilo De Cezaro).

Milho, feijão e trigo eram os principais produtos cultivados e que passaram a ser comercializados na medida em que os estabelecimentos comerciais locais foram ampliando sua aturação.

Safra, fazia pra comer, plantava milho, feijão. Depois começaram a vender pro Malacarne, ele comprava e vendia. Ele comprou um caminhão. Depois quando colhia feijão, milho que sobrava, vendia pra ele. (Glória Cella).

Na época, o feijão era o produto mais comercializado, devido ao seu valor comercial e à alta produtividade do solo, que resultava em excelentes safras. O trigo e o milho atendiam ao consumo local, transfor-



dados em farinha nos moinhos situados em Quilombo e São Lourenço. “tinha que ir com a carroça vender em Quilombo, e também ir no moinho. Era tudo em Quilombo ou São Lourenço.” (Pierina Lucchetta Moro). Esta situação mudou a partir da década de 1960, com a instalação o moinho pertencente a Alduíno Baccin, atendendo aos moradores de Vila Formosa e localidades rurais.

O calendário agrícola, conhecimento obtido pela observação da natureza e transmitido oralmente entre as gerações de agricultores, determinava os trabalhos de cada mês, levando em consideração as fases da lua, as estações do ano e as características das plantas cultivadas. No fim do inverno, nos meses de agosto e setembro, quando o frio amenizava, a terra era lavrada e adubada para os plantios que se seguiriam. As sementes, obtidas nas safras anteriores<sup>32</sup>, eram plantadas nos dias de lua crescente ou cheia, quando o magnetismo da lua favorece a concentração da seiva das plantas na parte superior, potencializando o crescimento de galhos e folhas. No caso de plantas que desenvolvem raízes ou tubérculos, a melhor fase de plantio é a lua

---

32 A respeito das sementes, o Sr. Ademar Szczepanski relata: “a semente de milho, desse carazinho, compravam uns quilos só pra fazer semente, mas as vezes plantava cinco, seis anos e fazia semente em casa. Debulhava, escolhia, não precisava comprar semente a cada ano”(Ademar Szczepanski). O depoimento prossegue comparando com as sementes híbridas atuais disponíveis no comércio: “hoje é diferente, hoje tem que comprar a semente do milho, ele produz uma safra. Se pega a semente do mesmo, ele diminui a produção. E aquela vez podia ir tirando a semente por vários anos.” (Ademar Szczepanski).

minguante ou a lua nova, pois o magnetismo lunar enfraquece e permite que a seiva das plantas se concentre nas raízes (REDE DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL, 2012).

As chuvas fortes e frequentes de setembro e outubro, forneciam uma irrigação suficiente para o início da germinação, e no decorrer dos meses de outubro e novembro, os brotos de milho e feijão recebiam o calor do sol durante a primavera, atingindo o ápice de seu crescimento no verão.

Os meses de janeiro e fevereiro eram dedicados às colheitas de feijão e milho. Eram colheitas trabalhossas, realizadas com a participação da família toda. Os ramos e as vagens secas do feijão eram espalhadas em grandes pedaços de lonas ou tecidos colocados sobre o chão, onde eram “malhados”, ou seja, recebiam golpes de *mangual*<sup>33</sup>, também chamado malho, de forma a romper as vagens e soltar os grãos de feijão sobre o tecido ou lona. Depois o feijão era recolhido e, para retirar o resto das folhas e galhos, era lançado ao ar, com pratos ou peneiras, contra o vento, de forma que a “sujeira” era separada pelo vento. Como afirma a Sra. Sábina De Cezaro: “com um prato, pega os feijões e joga pra cima, se vem o vento, vem toda a sujeira né, sempre contra o vento, o feijão cai e a sujeira sai toda.”

---

33 O mangual ou malho, regionalmente chamado de “mangúá” é um utensílio composto por duas varas atadas em uma das extremidades. Para manuseá-lo, segura-se uma das varas, movimentando-a de forma a impulsionar a outra vara para golpear o alvo, no caso, os ramos de feijão.

O milho, quando maduro, era primeiramente dobrado, quebrando o caule de forma a deixar a espiga voltada para o solo, protegida pela própria palha do acúmulo de água da chuva ou umidade do orvalho. Com os grãos bem secos, as espigas eram colhidas e armazenadas no paiol. A influência da lua era percebida também nesta etapa, uma vez que o milho colhido durante a lua minguante ou nova, ficava menos suscetível aos carunchos.

Para debulhar o milho havia utensílios que auxiliavam o trabalho, como a trilhadeira manual, ou debulhador manual, que pode ser visualizado a seguir.

**Figura 16 – Debulhador manual pertencente a família Moro.  
Linha Serra Alta – Formosa do Sul**

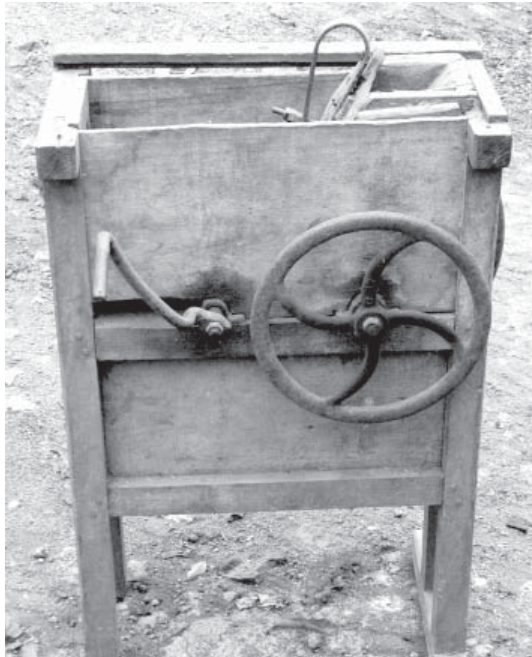


Foto: André Luiz Onghero, 25 nov. 2010.

Outro utensílio consistia numa tira de metal pregada sobre um banco de madeira (figura 17), onde a pessoa poderia se sentar e retirar os grãos da espiga pressionando-os contra a tira de metal (figura 18).

**Figura 17 – Utensílio para debulhar milho  
pertencente ao Sr. Carlos Cella**



Foto: André Luiz Onghero, 24 out. 2012.

**Figura 18 – Demonstração do uso de  
utensílio para debulhar milho**



Foto: André Luiz Onghero, 23 nov. 2010.

Também é relatado o trabalho de debulhar o milho apenas com as mãos, sendo necessário segurar com força parte dos grãos e girar a espiga de forma a forçar os grãos a se desprenderem do sabugo.

O milho se debulhava com as mãos [...] o Simonato pegava e vendia pra semente lá pra baixo [Rio Grande do Sul] porque aqui era milho novo né, roças novas, dava um milho muito bonito. Então ele me levava lá, descarregava o milho no paiolzinho, eu durante o dia descascava tudo, tirava a palha do milho e levava pra dentro, e depois, de noite nós debulhávamos, então meu esposo também me ajudava né, carregamos caminhões assim. (Catharina Lanferdini).

O depoimento da Sra. Catharina Lanferdini destaca a produtividade das lavouras do local, constituídas em “roças novas”, ou seja, roçados onde havia mata nativa, e que produziam grãos de ótima qualidade. O milho era vendido como semente para os agricultores do Rio Grande do Sul, onde as terras já eram cultivadas a mais tempo e apresentavam redução na produtividade.

Após a colheita, os restos da safra, como caules de milho ou ramos de feijão, eram cortados de forma a servir como adubo para os próximos plantios. Poderia ser feita nova semeadura em janeiro ou início de fevereiro, que proporcionaria nova colheita em maio ou junho, de milho, feijão ou alguma espécie de pastagem que alimentaria os animais durante o inverno, quando a geada poderia secar as gramíneas mais frágeis.

O ciclo anual de cultivos completava-se com o cultivo de trigo, semeado durante o inverno e colhido na primavera. Outros cultivos como mandioca, batatas, abóbora, leguminosas e hortaliças eram destinados ao consumo da família ou dos animais criados na propriedade.

A partir da década de 1960, o trabalho agrícola na região passou por grandes modificações em decorrência da chamada “Revolução Verde”, quando as técnicas tradicionais de cultivo foram substituídas gradualmente por técnicas “modernas”, ou seja, que utilizam produtos industrializados desde a adubação, sementes híbridas, pesticidas e outros produtos químicos<sup>34</sup>. Além disso, as novas técnicas de produção são desenvolvidas de forma a empregar tratores, colheitadeiras e outras máquinas nas diferentes etapas. Disseminadas por órgãos governamentais, como a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC)<sup>35</sup>, e outras entidades, como os Clubes 4-S<sup>36</sup>, proporcio-

---

34 Após a Segunda Guerra Mundial, foi lançada a nível internacional a chamada “Revolução Verde”, de influência norte americana. Esta campanha baseou-se no incremento de pesquisas genéticas desenvolvendo variedades de animais e vegetais com maior produtividade, acompanhada do uso de insumos e produtos industriais e de sistemas de extensão rural para fiscalizar o uso destas inovações no campo (CAMPOS, 1987, p.151).

35 Lohn (1996) afirma que a criação da ACARESC em 1956, como braço da Associação Brasileira de Crédito Rural, teve a pretensão de “levar a modernização através de tecnologias e insumos industriais a agricultores que tivessem condições de fazer empréstimos em bancos, selecionando os mais aptos para os novos tempos do capitalismo em expansão na agricultura” (p. 66). Posteriormente foram criadas a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) a EMATER (Empresa Brasileira de Reforma Agrária e Extensão Rural) e a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina)

36 Os Clubes 4-S, cuja sigla significa Saber, Sentir, Servir e Saúde, constituíram-se enquanto instrumento para modernização da produção agrícola brasileira através da Extensão Rural, atuando junto à juventude rural em todo Brasil. Estes clubes, que tiveram como matriz os 4-H-Clubs norte-americanos, foram implantados em Santa Catarina pela ACARESC e atingiram seu auge durante a segunda metade da década de 1970 (SILVA, 2001. p. 63/64).

naram grande aumento na produção agrícola, tendo, porém, como conseqüências, a redução do número de pessoas empregadas na agricultura, a degradação do meio ambiente e a perda da autonomia do produtor rural, que tornou-se dependente das máquinas, sementes e insumos produzidos por empresas multinacionais.

O reflexo deste processo de transformação na prática agrícola é percebido na paisagem rural de Formosa do Sul, onde muitas famílias abandonaram a agricultura e pouco restou das práticas agrícolas tradicionais. Os dados sobre a população do município, apresentados na tabela 3, mostram uma significativa redução da população rural. Mesmo com o significativo aumento na população urbana, indicando a transferência de moradores do campo para a cidade, em um período de 30 anos percebe-se uma redução de 1.133 pessoas no município, que indica a saída de muitos moradores, possivelmente em busca de outras oportunidades, em outros municípios.

Muitos agricultores procuram se organizar e se associar a cooperativas e sindicatos. Em 2 de junho de 1968 foi fundado o Sindicato dos Agricultores na Agricultura Familiar de Quilombo e Região, que atualmente atende a Quilombo, Formosa do Sul, Irati e Santiago do Sul, tendo como objetivo representar e defender os direitos e interesses dos agricultores. Quanto ao cooperativismo, muitos agricultores da região, incluindo muitos formosenses, se associaram à Cooperalfa, com sede em Chapecó. Recentemente, foi criada a Cooperativa dos Produtores de Leite de Formosa do Sul (Coopleforsul).

Em relação aos principais produtos agrícolas de Formosa do Sul na atualidade, pode-se observar os dados do Censo Agropecuário de 2010 nas tabelas a seguir:

**Tabela 6: Lavoura Temporária 2010**

Cultivo	Produção (toneladas)	Renda (reais)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Rendimento médio (quilogramas por hectare)
Milho (em grão)	5.396	1.349.000	990	990	5.450
Cana-de-açúcar	800	224.000	20	20	40.000
Mandioca	750	750.000	50	50	15.000
Soja (em grão)	270	140.000	70	70	3.857
Trigo (em grão)	60	23.000	20	20	3.000
Feijão (em grão)	45	43.000	45	45	1.000
Cebola	36	36.000	5	5	7.200
Batata inglesa	32	48.000	4	4	8.000
Fumo	24	144.000	15	15	1.600
Arroz (em casca)	14	7.000	5	5	2.800
Aveia (em grão)	14	7.000	15	15	933
Amendoim (em casca)	8	28.000	4	4	2.000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Produção Agrícola Municipal 2010.

Entre os produtos das lavouras temporárias, destacam-se o milho, a cana-de-açúcar e a mandioca. A área utilizada para o plantio de milho (990 hectares) supera em muito todos os outros cultivos e representa a maior fonte de renda na agricultura do município. Já a cana-de-açúcar e a mandioca, mesmo sendo cultivadas em áreas menores que a soja, tem maior produção e rentabilidade, superando o rendimento médio do milho.



**Tabela 7: Lavoura permanente 2010**

Cultivo	Produção (toneladas)	Renda (reais)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Rendimento médio (quilogramas por hectare)
Laranja	250	23.000	25	25	10.000
Uva	13	13.000	13	13	1.000
Erva Mate	8	2.000	3	2	4.000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Produção Agrícola Municipal 2010.

As lavouras permanentes são áreas cultivadas com espécies que produzem por vários anos sucessivos, sem a necessidade de novo plantio a cada safra (como no caso das lavouras temporárias). Na tabela 7 verifica-se a predominância do cultivo de laranja, seguido pela uva e pela erva-mate. Estes cultivos relacionam-se a aspectos históricos da região. A extração da erva-mate representou importante atividade econômica para a região Sul do Brasil, alterando a forma como a região era povoada (conforme abordado no Capítulo I). Já a laranja e especialmente a uva, vinculam-se à colonização do Sul do Brasil por descendentes de europeus, sendo que a produção artesanal do vinho é uma das características das regiões povoadas por descendentes de italianos, como é o caso de Formosa do Sul. Atualmente, tanto na sede como nas localidades rurais, são encontrados parreirais destinados ao consumo da uva e a produção vinícola.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006, publicados pelo IBGE, indicam a utilização de 9.187 hectares por 401 estabelecimentos agropecuários individuais e

62 hectares pertencentes a duas sociedades anônimas. Também são registrados três casos de arrendamento.

Quanto ao uso das terras, um total de 2.028 hectares constituem lavouras, onde 49 hectares são destinados à lavoura permanente (42 estabelecimentos); 1.927 hectares para lavouras temporárias (327 estabelecimentos) e 52 hectares plantados com forrageiras para corte (329 estabelecimentos).

As pastagens naturais cobrem 1.993 hectares (153 estabelecimentos), enquanto as pastagens plantadas constituem área de 2.601 hectares, dos quais 2.556 são considerados em boas condições (286 estabelecimentos) e 45 consideradas degradadas (5 estabelecimentos).

As matas naturais estão presentes em 278 estabelecimentos agropecuários, somando 1.086 hectares, em áreas de preservação permanente ou reserva legal. Além destas, existem 237 hectares áreas de matas em 45 estabelecimentos agropecuários. São cadastrados 203 estabelecimentos com florestas plantadas, num total de 774 hectares e 17 estabelecimentos com sistemas agroflorestais (104 hectares), que neste caso, caracterizam áreas cultivadas com espécies florestais e também utilizadas com lavouras e pastagens.

São encontradas terras degradadas devido à erosão em dois estabelecimentos e 126 hectares com terras não aproveitáveis para a agricultura, como pântanos e pedreiras, por exemplo.

## Criação de animais

Nos primeiros anos da colonização da Vila Formosa e áreas rurais, a criação de animais domésticos tinha como objetivo suprir as necessidades alimentares das famílias, para isto, eram criadas principalmente galinhas, porcos e bovinos. Muitas vezes, estes animais eram trazidos do local de origem dos colonizadores, como relata o casal Sr. Angelo e Sra. Glória Cella, que trouxe seus animais da Colônia Cella. O casal havia deixado os animais que lhes pertenciam na propriedade dos pais do Sr. Angelo, que posteriormente voltou para buscá-los.

Já a família De Cezaro, teve seu gado conduzido junto ao de outra família, da região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul: “Viemos com o caminhão. E o gado a pé. [...] Então reuniram aquela tropa de gado e vinham tocando a cavalo.” (Adiles De Cezaro Baú).

Outros moradores, adquiriram seus animais no local ou nas proximidades.

Quando vim pra cima [Santa Catarina] já comprei duas vacas e uma novilha. Criei, vendi, engordei. [...] eu estava bem de porco. [...] Vendia alguma chiquerada de porco, e pro gasto [consumo] também. (Rocco Gregol).

As imagens seguintes retratam animais pertencentes à família do Sr. Inocente Comunello. Na figura 19, a junta de bois, utilizada para tração animal em arado, carroça e arrasto de toras. Ao fundo percebe-se a paisagem composta por mata onde uma parte foi roçada para o plantio.

**Figura 19 – Bois de Inocente Comunello e família (1959)**



Foto: Ademário José Comunello.  
Doação: Ademário José Comunello e família.  
Acervo: CEOM/Unochapecó.

**Figura 20 – Mula encilhada que pertenceu ao Sr. Ademário José Comunello (1962)**



Foto: Ademário José Comunello.  
Doação: Ademário José Comunello e família.  
Acervo: CEOM/Unochapecó.

Ao falar sobre a figura 19, o Sr. Ademário José Comunello destaca a importância da junta de bois, não apenas para a sua família, mas também para os outros moradores da localidade,

Essa junta de boi foi tudo pra nós. Quando nós entramos aqui, ninguém tinha um boi de canga ali pra socorrer as famílias. Esses bois não foram só nossos, nós socorremos muitas famílias [...] tinha que puxar do mato toda a madeira grossa pra fazer uma casa. Tinha que achar uma árvore reta, puxar pra fora do mato e falquejava pra começar a fazer a base da construção. Eram esses bois que batiam casco o dia inteiro. Então a gente ganhava um troquinho, ou em troca de algum alimento, de um porco gordo, ou em troca de umas bolsa de milho. (Ademírio José Comunello).

Os animais de montaria, como a mula retratada na figura 20, também tinham grande importância, uma vez que durante vários anos o deslocamento entre as residências e as localidades era feito principalmente a cavalo, mula, ou por veículos de tração animal, como carroças puxadas por bovinos ou muares, transportando pessoas, objetos e mercadorias.

O nosso transporte pra colher as roças, depois que começamos fazer bastante roça, era no lombo do animal. Então tinha aqueles cargueiros, com dois cestos de cada lado, pra colher lá em cima no morro no meio daquelas coivaras queimadas. Enchia dois cestos do lado e o cavalo vinha sozinho embora, mandava ele por um carreiro e ele vinha pra casa. Lá um esperava e descarregava, então nós tínhamos mais animais. Pra buscar uma moagem em Quilombo, botava um cavalo puxado atrás com um cargueiro desses e outro na frente, e levava moagem pra três, quatro famílias. Ia no moinho, ficava, voltava no outro dia com a farinha pronta, farinha de milho, arroz às vezes. Mas lá em Quilombo, por isso que nós tínhamos esses animais pra nos socorrer. (Ademírio José Comunello).

Os colonizadores recém instalados conviveram com o sistema de criação de animais desenvolvido pelos caboclos que já moravam no local e nas redondezas. Naquela época, além dos animais criados para sua subsistência (como galinhas, vacas, carneiros, cabras e porcos) e animais para transporte (como cavalos e mulas), havia a criação de porcos para comercialização.

Na época, aqui, a maioria tinha aqueles porcos de safra, que diziam. Porco comum. E daí eles largavam na roça, faziam a plantação de milho e largavam os porcos pra comer o milho, engordar, pra depois vender. (Constante Szczepanski).

Esta forma de criar porcos foi registrada por Wachowicz (1985), segundo o qual “o porco criado chucro, no mato, sem praticamente nenhuma assistência, meio selvagem, era denominado de baguá” (p.90). Estes eram porcos rústicos, que algumas vezes tinham cruzamentos com porcos selvagens, como também relata a Sra. Maria Florisbela Pires:

Onde nós morávamos aqui. Diziam: “tem o porco do mato e o porco baguá”. O porco do mato, já é do mato mesmo, é um porco peludo, peludo. E esse outro porco, se mistura com o porco do mato, ele castiça. São uns porcos brabos. [...] O porco que fica castiçado dizem que é o porco baguá, que castiça lá junto com aqueles outros do mato. Os safristas que faziam bastante. Pra dar bastante porcos. Escapava a porca pra criar e eles ficavam perdidos no mato, né. E aí vai aumentando [procriando], aumentando, ficam porcos do mato. (Maria Florisbela Pires).

Conforme os depoimentos, havia uma prática de soltar os porcos na roça de milho.

Antigamente os primeiros porcos eram engordados lá no meio da roça, [...] empaiolava o milho ali mesmo, e largava uma porcada lá dentro, 70, 80 porcos lá. (Ademírio José Comunello).

Aqueles que realizavam tal atividade eram conhecidos como safristas. Os porcos engordados com a safra de milho eram “tropeados” até os comerciantes, como Comercial Libardoni, em São Lourenço do Oeste, que por sua vez fazia a revenda dos animais, que tinham como destino final os frigoríficos.

A suinocultura foi a atividade econômica que representou maior inserção dos produtores da região com o sistema agroindustrial. Também conta, na sua trajetória, as profundas transformações vivenciadas pelos agricultores. Se inicialmente os porcos eram criados em cercados, conhecidos como *encerras* ou *mangueiras*, no decorrer dos anos, a criação de porcos em chiqueiros ganhou espaço na medida em que os estabelecimentos comerciais locais possibilitavam a venda e transporte dos animais.

Primeiro era preciso ter o comerciante que comprava, onde você tinha que entregar o porco [...]. Separava uma parte dos leitões, e tratava com o nosso trato [alimentos], com o que nós produzíamos na roça, então era abóbora, era com milho cozido, o que tinha pra engordar. (Ademírio José Comunello).

Neste sistema, os porcos eram alimentados com abóbora, milho, mandioca e outros alimentos produzidos na propriedade. Complementando, quando possível, com farinha de carne, obtida no comércio local. Os suínos eram comercializados por intermédio dos comerciantes locais para casas comerciais maiores, que por sua

vez, transportavam os porcos das proximidades para os frigoríficos.

Eles transportavam pra São Paulo. Levavam, carregavam aqui, de madrugada. Carregavam nos caminhões, recolham nos municípios e levavam pra São Paulo, lá nos frigoríficos. (Ademar Szczepanski).

A partir da instalação de agroindústrias<sup>37</sup> na região, ocorreram grandes modificações no meio rural. Nesta época, novas raças de suínos foram trazidas para os moradores da região, como relata o Sr. Constante Szczepanski que declara ter iniciado, junto com seus irmãos, a criação dos porcos da raça Duroc Jersey, originária do Nordeste dos Estados Unidos na localidade de Barão do Triunfo.

---

37 A partir da década de 1940 foram instalados vários frigoríficos no Meio Oeste e Oeste de Santa Catarina. Em 1940 a Perdição S/A Comércio e Indústria fundou um frigorífico em Videira-SC e em 1942 o Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli iniciou as atividades em Joaçaba. O grupo Sadia foi criado em 1944 em Concórdia. Na década de 1950 outros frigoríficos foram criados, como a S/A. Indústria e Comércio Chapecó – SAIC de 1952, em Chapecó e o Frigorífico Seara, em 1956, na cidade de Seara (CAMPOS, 1987, p. 155). Na década de 1950 o grupo SADIA trouxe matrizes e reprodutores da raça Duroc Jersey importados dos Estados Unidos para o Oeste de Santa Catarina. Na década de 1960, o mesmo grupo introduziu as raças europeias Large White e Landrasse. A difusão destas novas raças foi incentivada pela desvalorização da faixa de preços do porco comum e a valorização dos preços das raças introduzidas, além disso, as novas raças apresentavam-se mais produtivas, desde que criadas dentro de condições de higiene e alimentação diferenciada (idem, p. 182-183).



Nós, entre quatro irmãos, trouxemos os primeiros porcos Duroc aqui, porque ninguém conhecia, porco Duroc. E nós começamos. Trouxemos já pra criar e começamos criar e construir chiqueiro. Aquilo... quantos leitões foram vendidos pra vizinhança! Pra eles também criar. (Constante Szczepanski).

O desenvolvimento da agroindústria e a atuação de agrônomos e ACARESC, possibilitou a difusão do sistema de integração, no qual o produtor rural recebe os filhotes (de suínos ou aves) da empresa à qual se integrou, ficando responsável pelo seu desenvolvimento e engorda. Após determinado período, no qual a empresa acompanha o processo, fornecendo a ração e as vacinas ou medicamentos necessários ao desenvolvimento rápido dos animais, o produtor entrega os suínos ou aves para a agroindústria, que faz o cálculo no qual o peso dos animais é pago, descontando os produtos consumidos.

Tal sistema, que foi amplamente difundido no Oeste de Santa Catarina, desde a fundação das agroindústrias da região, a ponto de tornar-se o sistema dominante até a atualidade, acabava com a autonomia dos produtores rurais, prometendo maior produtividade e lucratividade. Promessa que os depoimentos revelam ter sido ilusória:

Uma temporada aí, acabou vindo esse porco, suíno branco. Acabamos também sendo integrados. Mas a gente sabe que o lucro, aí, praticamente diminuiu, porque, já não dava mais pra fazer a lavagem. Só ração e ração. Praticamente, o lucro ficava com a agroindústria (Ademar Szczepanski).

Começou essas parcerias, porco de raça, parceria, os frigoríficos não compram mais o porco porque se não tinha porco de qualidade ou a carcaça, e que tinha que ser tratado só com o trato que eles fabricavam [...] foi um problemão pra qualquer criador, por isso que parou a criação de suínos na região toda. (Ademírio Comunello).

Os dados provenientes do IBGE sobre a produção da pecuária municipal em 2010 comprovam a afirmação do Sr. Ademírio Comunello sobre a suinocultura, que na atualidade não tem mais a mesma importância que os depoimentos afirmam ter em décadas anteriores. Atualmente, os rebanhos são:

**Tabela 8: Produção pecuária 2010**

<b>Rebanho</b>	<b>Cabeças</b>
Aves	673.170
Bovinos	13.093
Suínos	5.829
Ovinos	330
Caprinos	239
Equinos	122
Coelhos	65
Asininos	2
Muare	2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Produção da Pecuária Municipal 2010.

Observando os dados, percebe-se um predomínio na quantidade de aves, outra atividade que está vinculada diretamente ao sistema de integração, iniciado na década de 1970 e difundido nas décadas de 1980<sup>38</sup> e 1990. A quantidade muito elevada, em relação às outras,

diz respeito à forma como tal criação é desenvolvida, dentro dos aviários, construções em forma retangular, de comprimento variado, que abrigam milhares de aves em um espaço mínimo, que atualmente conta com fornecimento de água e ração automatizados, além de certo controle de temperatura. Tudo para acelerar o crescimento e a engorda das aves ali confinadas.

A piscicultura também é desenvolvida no município, havendo registro de 38 açudes pelo censo de 2010. Em relação aos produtos de origem animal, conta com a produção de leite, lã de ovelha, ovos de galinha e mel de abelha, conforme os dados da tabela a seguir:

**Tabela 9: Produção pecuária e produtos de origem animal**

Vacas ordenhadas	3.400 cabeças
Ovinos tosquiados	200 cabeças
Leite de vaca	12.320 litros
Ovos de galinha	45.000 dúzias
Mel de abelha	1000 kg
Lã	600 kg

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Produção da Pecuária Municipal 2010.

---

38 Campos (1987) apresenta dados sobre a integração de avicultores, entre eles, os dados referentes ao número de aviários integrados com a Sadia Avícola, que cresceu de 22 aviários em 1971 para 518 aviários em 1984. Neste ano, o abate de frangos da Sadia representou 37,2 % da produção catarinense. Segundo o autor, “mais de ¼ da produção brasileira de frangos em 1984 foi realizada por cerca de 3.360 avicultores integrados no Oeste Catarinense” (p. 272). Parte desta produção destinava-se à exportação, sendo que a exportação catarinense de frangos representou 58% das exportações brasileiras deste produto em 1984 (idem).

Os dados indicam a importância da produção leiteira, que atualmente tem sido a principal fonte de renda para muitas famílias que residem no campo, contando também com a atuação da Cooperativa dos Produtores de Leite de Formosa do Sul (Coopleforsul). A situação contrasta com os depoimentos de décadas passadas, como década de 1950 e 1960, quando o leite era destinado ao consumo da própria família e comercializado em forma de derivados, como queijo, nata e manteiga. A tabela 9 também indica outros produtos de origem animal que além de consumidos pelos próprios produtores, também são comercializados, como ovos e mel.

## **Comércio e transporte de mercadorias**

Conforme abordado nos tópicos anteriores, o desenvolvimento das atividades comerciais foi essencial para a população da Vila Formosa, possibilitando a venda da produção e também a aquisição de bens de consumo.

A atividade comercial estava intimamente ligada ao transporte das mercadorias, de maneira que os primeiros comerciantes também trabalhavam com transporte. Foi o caso do Sr. Romano Piassaia, do Sr. Ricieri Malacarne e do Sr. Idovino Simonato.

Vindo de Nova Prata-RS, o Sr. Romano Piassaia passou a transportar aguardente e outros produtos com uma carroça movida por terno de mulas. No início da década de 1950, abriu um comércio que provia os escassos moradores da Vila Formosa com mantimentos.

O pai colocou uma bodeguinha, mas daí não vendia cachaça porque ele tinha medo que os brasileiros brigassem. Ele começou vender coisas como café, açúcar. Ele pegava em Quilombo e vendia ali. (Lourdes Assunta Pissaia).

Na época, as pequenas casas comerciais, eram conhecidas como “bodeguinhas”. Como o Sr. Romano Pissaia dedicava-se ao transporte com a carroça, o atendimento do comércio era realizado pela sua esposa, Sra. Armida Pasqualon.

Poucos anos depois, chegou o casal Ricieri e Ida Malacarne. Sua vinda para Vila Formosa, quando ainda era um loteamento com poucos moradores, estava relacionada à intenção de instalar um estabelecimento comercial no local, o qual já se imaginava que viria a ser uma cidade. Antes disso, já realizava o transporte de mercadorias com uma carroça.

O estabelecimento comercial, localizado na parte central do loteamento que se tornou o centro de Formosa do Sul, inicialmente vendia produtos básicos de consumo, como sal, açúcar, farinha, café, querosene, tecido em metro, louças, medicamentos e bebidas. O atendimento ficava a cargo da Sra. Ida Malacarne, que também cuidava dos filhos pequenos enquanto o Sr. Ricieri trabalhava com agricultura e transporte: “de dia trabalhava na roça e de noite puxava frete pros outros até as dez horas da noite” (Ricieri Malacarne).

No início, o principal trajeto era entre Novo Horizonte, Vila Formosa e Quilombo. As viagens com a carroça poderiam durar o dia todo ou até mais de um dia.

Tinha que comprar mantimentos fora, tinha que ir buscar em Quilombo ou Novo Horizonte [...], aí comprei um burro, mais um burro, e uma carrocinha

de dois animal assim com as peiteras e tudo. Quando precisava, então ia pra Quilombo com moagem pra mim e pros outros, enchia a carrocinha. [...] Mas tinha que sair de madrugada, talvez voltava de noite, talvez no outro dia. (Ricieri Malacarne).

Durante a noite, a lua era suficiente para o carroceiro localizar-se nos trajetos conhecidos: “já conhecia a estrada né, então nem que fosse escuro a gente ia igual.” (Ricieri Malacarne). “Ia quando tinha lua, por exemplo, um luar bonito né, se chovia não.” (Ida Malacarne).

Na época, o transporte enfrentava a dificuldade da locomoção por entre as precárias estradas de terra batida em meio à mata. Mesmo quando teve início o tráfego de automóveis, ônibus e caminhões, a força animal ainda se fazia necessária para tirar os veículos dos atoleiros ou auxiliar nas subidas.

E depois, quando começaram abrir estrada ali, então começou passar um onibusinho aí, eu tinha uma junta de bois reforçados. [...] Se o ônibus não subia a serra aqui pra ir até a [Linha] Serra Alta aqui em cima, tinha que engatar os bois aqui em baixo da serra [Vila Formosa] pra puxar o ônibus até lá em cima. (Ricieri Malacarne).

Com o passar dos anos, o comércio da família Malacarne consolidou sua atuação, comprando produtos como feijão, milho e trigo, além de porcos, dos produtores rurais e transportando-os para outros centros comerciais como as casas comerciais Riedi e Rosseto, de Quilombo e Comercial Tozzo, de Chapecó.

Atividade semelhante foi desenvolvida no comércio do Sr. Idovino Simonato, que além da serraria

citada anteriormente, também instalou a casa comercial Simonato e Variani, que após a sociedade ser desfeita, passou a se chamar Idovino Simonato Comercial. “Nós tínhamos comércio, [...] e daí nós tínhamos vários caminhões, depois puxava [transportava] feijão e porcos pra São Paulo. Puxei porco pra Blumenau também.” (Idovino Simonato).

Além do transporte de feijão e porcos para Blumenau e São Paulo, e de madeira para Porto Alegre, outros roteiros eram utilizados na comercialização das mercadorias, como São Lourenço, Chapecó e Quilombo.

Fomos pra conhecer São Lourenço, daí começamos furar [abrir estrada] São Lourenço. Furamos a estrada até uma altura, com serrote e machado nós só com o caminhão e fomos indo. Numa altura pra cima já estava aberta, e aí eu pegava [as mercadorias] no Libardoni, que já tinha comércio em São Lourenço, pegava muita coisa lá, e em Quilombo também já tinha o Bodanese, que tinha comerciazinho, e senão nós íamos para Chapecó. Mais era em São Lourenço depois. A gente ia daqui a São Lourenço, pegava uma carguinha de feijão e ia com 30, 40 sacos. (Idovino Simonato).

Conforme o Sr. Idovino, suas atividades comerciais se expandiram e envolveram os filhos. Durante a década de 1970, chegaram a possuir 7 caminhões e instalar um posto de gasolina, o Posto Santo Antônio, que encontra-se em atividade. A figura 21 mostra um caminhão da marca Mercedes, utilizado no transporte de madeira e outras cargas.

**Figura 21 - Caminhão carregado de toras de madeira [19--]**



Doação: Luiz e Italvina Lucchetta. Acervo CEOM/Unochapecó.

Até 1982, ano de construção da SC-468, rodovia que atualmente liga Chapecó a São Lourenço do Oeste, as estradas deste percurso eram de terra e cascalho. O trecho entre Vila Formosa e São Lourenço do Oeste permaneceu com o mesmo traçado, mas o caminho entre Quilombo e Vila Formosa percorria a atual estrada que passa pela Linha São Miguel (Formosa do Sul), Linha Madoglio (Santiago do Sul), e chega na divisa entre Formosa do Sul, Quilombo e SC-468.

Tinha que ir para Quilombo, ou Coronel Freitas, era difícil o comércio aqui. Nós fazíamos 25 quilômetros pra ir em Quilombo, pra ir com uma moagem, seis quartas de milho, por exemplo. A farinha de trigo nós comprávamos separada e o milho, então nós mandávamos moer. Levava um dia, ou mais do que um dia. Tinha que sair cedo pra voltar de noite, pra ter a farinha em casa. (Rocco Gregol).



## Cotidiano, trabalho doméstico e artesanato

As primeiras décadas da colonização constituem-se como um período de escassa comunicação entre a “colônia nova”, ou seja, o local onde as famílias estavam se instalando, e os demais locais. Este isolamento não era total, como foi possível perceber ao longo desta obra, mas obrigava cada família a ter o domínio das técnicas necessárias para a execução das atividades que proovessem seu sustento. Assim, cada lar não era somente abrigo da família, mas local de trabalho, onde se produzia e preparava o alimento, consertava-se vestuário ou até mesmo se confeccionava parte das roupas da família, e outras tantas tarefas que se faziam necessárias.

O espaço da casa geralmente contava com uma ampla cozinha, que constituía-se na parte de maior interação entre os familiares, nas refeições, conversas e tarefas domésticas. Na figura 22 verifica-se o fogão a lenha na cozinha da Sra. Itelvina Lucchetta, em sua residência na Linha Beira Rio. A imagem mostra que, em 1996, mesmo possuindo um fogão a gás (no canto direito), a família permanecia utilizando o tradicional fogão a lenha.

**Figura 22 – Italvina Lucchetta e Inadir Lucchetta fritando pastéis. Linha Beira Rio – Formosa do Sul (1996)**



Doação: Luiz e Italvina Lucchetta. Acervo CEOM/  
UNOCHAPECÓ

No inverno, a função do fogão a lenha também era aquecer a casa desde antes do amanhecer, quando a chaleira com a água para o chimarrão chiava sobre a chapa quente. Também nas noites frias, era ao redor do fogão a lenha que a família se reunia.

Antes que o fogão a lenha estivesse disponível aos moradores, havia outras técnicas para cozinhar os alimentos e aquecer as moradias. Uma delas, era fazer fogo no chão de terra batida que era característico de muitos ranchos (abordado no Capítulo I). Segundo conta a Sra. Maria Florisbela Pires, as panelas eram colocadas diretamente sobre as brasas ou penduradas por correntes ou estacas.

Antigamente nós cozinávamos no tal pau da paciência, [...] Finca uma estaca pra lá e outra pra cá, põe as brasas por baixo e as panelas em cima, naquele pau da paciência. E se tem muita pressa, põe a panela em

cima das brasas. [...] Ou então tinha um correntão pendurado. [...] Tinha um gancho pra pendurar as panelas. (Maria Florisbela Pires).

Alguns moradores utilizavam chapas de ferro para construir fogões rústicos, colocados sobre caixas de terra, evitando que brasas se espalhassem pelo ambiente, o que poderia provocar incêndios, como o relatado pela Sra. Pierina Lucchetta Moro:

[...] Alugamos uma casa de um bodegueiro [...], quando fazia 21 dias que estávamos ali queimou tudo. [...] Eu acho que ele tinha aquela chapona grande e deixou o fogo aceso, e guardava a cachaça dentro de um quarto. Eu não sei como aconteceu, mas pegou fogo. Eu sei que nós salvamos só um pouquinho de roupas, mas minha sogra salvou só o vestido que tinha... tinha a espingarda pra caçar num canto, sorte que o tiro dava pra cima senão... (Pierina Lucchetta Moro).

O mobiliário da cozinha se adequava às necessidades das famílias, que muitas vezes eram numerosas. Bancos, cadeiras, mesas e armários eram trazidos com as mudanças ou construídos pelos moradores.

Os quartos tinham mobiliário constituído por camas e armários ou guarda-roupas. Durante muitos anos, os colchões eram grandes bolsas de tecido cheias com palha de milho ou de trigo: “[...] a gente era pobre que nossa! Não era só nós, todos os vizinhos. Colchão, a gente tinha que rasgar o milho, a palha de milho pra fazer o colchão cheio de palha.” (Maria Florisbela Pires).

O abastecimento de água para as residências dependeu de poços artesanais ou fontes d’água. Para o tanque era instalado um duto, que nos anos mais remotos era feito com o tronco de coqueiro, o qual era escava-

do de maneira a formar uma canaleta. Tais instalações foram substituídas por canos e mangueiras sintéticas, na medida que se tornaram acessíveis no comércio. Antes disso, a louça era lavada em uma bacia que ficava presa na parede, em uma das janelas da cozinha, para o lado de fora: “pia pendurada por fora, aquelas pias que o canalzinho da água ia para o cocho dos porcos né, pra tratar os porcos, era assim, muito perto de casa né.” (Catharina Lanferdini). O relato demonstra que mesmo a água usada para lavar a louça era aproveitada na propriedade ao ser conduzida para o trato de porcos. Como na época não se fazia uso de produtos químicos para a limpeza em geral, a contaminação do ambiente ocorria somente com substâncias orgânicas.

Os sanitários e banheiros eram instalados fora da residência em uma construção especial para esta finalidade. Geralmente em madeira, havia dois compartimentos: um deles era destinado ao sanitário, então chamado patente, formado por uma espécie de caixa de madeira, com uma abertura na parte superior, por onde os dejetos caíam diretamente em uma fossa; outro compartimento servia para o banho, permitindo que a água escorresse pelo assoalho, formado por grades de madeira ou sistema semelhante. A água para o banho era trazida com balde ou lata e em algumas residências havia uma lata furada que servia como chuveiro.

Segundo a Sra. Pierina Lucchetta Moro: “Pra tomar banho tinha um paiol, então levava um latão de água e tomava banho lá, ia aonde? E se não, se tinha uma sanga [córrego], ia na sanga” (Pierina Lucchetta Moro). Para as famílias que moravam perto de rios ou córregos, estes são relatados como locais de banho em dias quentes. Em

dias frios, a água para o banho era aquecida no fogão e colocada em uma bacia onde eram molhados panos usados para esfregar e limpar o corpo. Cabe lembrar que o banho não era um hábito diário para as gerações que utilizaram os recursos aqui citados.

Durante a noite, a residência costumava ser iluminada por lamparinas a querosene (figura 23) ou velas.

A gente costurava com aquele lampiãozinho de querosene. Fazia uma latinha, fazia um paviozinho lá, e botava a querosene em baixo ou banha às vezes. Queimava com aquilo, e costurava com a máquina de noite ali. (Ida Malacarne).

**Figura 23 – Lamparina a querosene pertencente a família Szczepanski. Linha Barão do Triunfo – Formosa do Sul.**

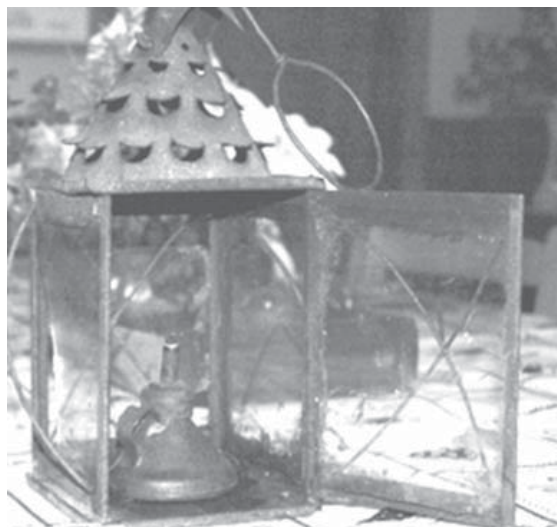


Foto: André Luiz Onghero, 16 out. 2010.

Referindo-se à figura 23, o Sr. Constante Szczepanski relata:

Eu sempre cuidei dessa lanterna, que o meu pai, há mais de cem anos, [usava quando] ia namorar. Sempre cuidei e me serviu depois... acendia, puxava o pavio um pouquinho maior, pra fazer mais fogo. Todos os dias as crianças escreviam. Serviu muito. (Constante Szczepanski).

Anos mais tarde foram utilizadas lamparinas a gás (figura 24).

**Figura 24 – Lâmpião a gás pertencente ao Sr. Carlos Cella. Formosa do Sul.**

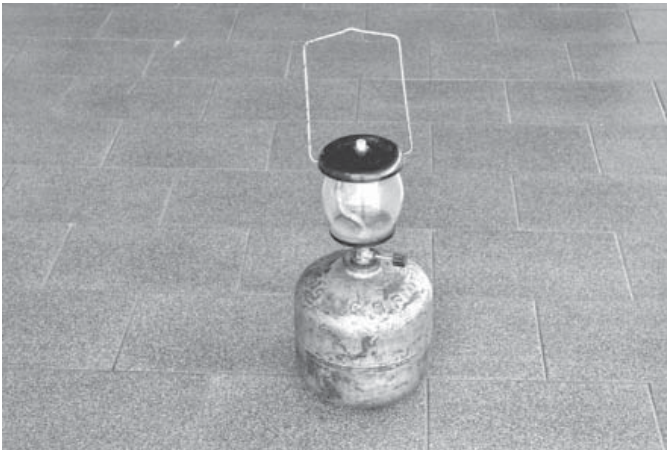


Foto: André Luiz Onghero, 24 out. 2012.

Com relação à figura 24, o lâmpião alimentado com o gás do botijão começou a ser utilizado na medida em que tal utensílio esteve disponível no comércio da região, provavelmente após a década de 1960. Ambos serviam para iluminar ambientes internos da moradia e também áreas externas, como galpões, chiqueiros, entre outros, em noites em que se fazia necessário, como conta o Sr. Constante: “Quando não tinha lua, levava o

lampiãozinho junto, cuidar quando a porca vinha com o leitão ou tinha uma vaca pra dar cria.” (Constante Szczepanski).

A eletricidade foi instalada na década de 1970, trazendo mudanças no cotidiano das famílias na medida em que puderam adquirir eletrodomésticos e máquinas elétricas, além da possibilidade de guardar alimentos na geladeira ou congelador<sup>39</sup>. Para tornar-se usuário da rede de energia elétrica era necessário se associar a Cooperativa de Eletrificação Rural. A rede instalada vinha da região de Coronel Freitas-SC, passando por Águas Frias-SC e Irati-SC para chegar a Formosa do Sul.

No lar eram exercidas diferentes tarefas que seguiam as tradições trazidas das colônias do Rio Grande do Sul. Conforme os costumes, a mulher era responsável pelo preparo dos alimentos, costura, artesanato com fios (tricô, crochê, tranças para chapéu de palha, entre outros), lavar e passar roupa, além de cuidar dos filhos pequenos, como resume o depoimento da Sra. Adiles De Cezaro Baú: “Fazer todos os trabalho de casa, cuidar das crianças, da roupa e comida... essas coisas”. As mulheres que viviam no meio rural também exerciam tarefas próximas à residência como cultivar hortaliças, cuidar de galinhas, ordenhar as vacas e ainda trabalhar na lavoura.

Os trabalhos masculinos eram principalmente o manejo dos animais e trabalho agrícola, envolvendo

---

39 Antes da instalação da rede de energia elétrica, alguns moradores tinham geradores próprios. Também eram utilizadas geladeiras com motor a querosene ou a gás.

atividades artesanais relacionadas a estas tarefas, como o trabalho com couro (trançado de couro para fazer o “tento” – espécie de chicote –, arreios e calçados), carpintaria (cabos para ferramentas, carroças, casas e galpões, móveis, reparos e consertos em geral), caça e pesca. Na sede da vila, os homens trabalhavam nas madeiras, atividades comerciais e como artesãos profissionais, como por exemplo, o alfaiate Egídio Freschi, o sapateiro Dionísio Carraro e os ferreiros João Ferrari e Abraão Tumeleiro.

Buscando a autossuficiência, as atividades rurais se complementavam, como se percebe com relação à alimentação, elaborada a partir dos alimentos produzidos nas propriedades, necessitando da compra de alguns itens mínimos.

A gente comprava o açúcar, o café [...] alguns pacote de farinha. Mas feijão a gente fazia em casa, arroz a gente fazia, batata, mandioca essas coisas todas né, e fazenda [tecido] que a gente comprava. (Catharina Lanferdini).

As refeições tinham como principais pratos a polenta, o feijão, a mandioca, a batata, a abóbora, o arroz, o pão de trigo, os ovos, a carne de galinha, porco e algumas vezes carne de caça.

Durante a semana eu costumava fazer feijão, arroz, massa [macarrão], carne de caça. Eu fazia comida assim, às vezes fazia uma sopa, porque as crianças queriam comer sopa, aí fazia uma sopa de feijão. (Glória Cella).



A polenta, que em muitos lugares é um alimento considerado típico dos imigrantes de origem italiana, era consumida na maior parte das refeições. “sapecava aquela polentinha bem sequinha e nós comíamos. Até café preto eu comia com a polenta bem sapecadinha, que bom que era.” (Sabina De Cezaro). Preparada para o almoço em grandes panelas de ferro, a polenta (com a farinha do milho colhido na lavoura e moído no moinho mais próximo) era cozida no fogão a lenha, servida sobre uma grande tábua de madeira e cortada com uma linha. A sobra era guardada e no jantar era brustolada, ou seja, fatias de polenta eram colocadas sobre a chapa aquecida do fogão até quase queimar. Se no almoço, a polenta era acompanhada de carne de galinha ou de porco, feijão e salada de radicci temperada com vinagre, no jantar a polenta brustolada poderia ser consumida com salame, queijo, fortaia (omelete), nata ou leite. A polenta brustolada também estava presente na refeição matutina, junto com pão, queijo, salame, nata e leite.

Na década de 1950, a criação de animais ainda se encontrava no início, tornando a carne de animais domésticos algo escasso. Por outro lado, nessa mesma época, as matas abrigavam grande quantidade de animais selvagens. Assim, muitas vezes, os moradores serviram-se da carne de caça. Mamíferos como porco-do-mato, cateto, veado e tatu; aves como macuco, nambú, pomba-rola ou juriti; peixes como lambari, traíra, jundiá, cascudo, joana e outros, fizeram parte das refeições de muitas famílias.

Pegava a marreta e ia lá no rio “pem, pem” duas, três marretadas e já tinha comida pronta, os peixes né. Limpava os peixes lá, chegava em casa, fritava os peixes e fazia a polenta. Pronto! A nossa comida era assim. [...] Os peixes vão em baixo das pedras, dava uma marretada em cima das pedras e vinha fora os peixes mortos, aí pegava e já tava na água, limpava ali, levava pra casa e fazia... (Danilo De Cesaro).

Matava um tatu, charqueava e daí colocava secar. Fazia charque. Charque de carne de tatu. [...] Tira os ossos, e daí charqueia bem fininho, salga, deixa parado um pouco no sal. Daí põe em arames, em cima do fogo. E faz bastante fogo, para que as [moscas] varegeiras não cheguem, daí ela seca bem sequinha. Depois que está seca, vai encaixotando numa caixa. A hora que quiser fritar, está sequinha. O porco do mato também dá charque bom. O pardo [veado], o pardo é a mesma coisa que comer a carne de gado. Uma carne gorda, uma carne boa, macia. (Maria Florisbela Pires).

Para a conservação dos alimentos as famílias recorriam a técnicas tradicionais, fazer doces com frutas, como geléias, goiabada, marmelada, entre outras, era uma forma de aproveitar as frutas e dispor do seu sabor durante o ano todo. Para seu preparo, faziam uso do açúcar mascavo, produzido a partir do caldo de cana, de forma caseira. Também o melado de cana era consumido com pão, adoçando a pipoca, ou no pé-de-moleque, com amendoim. Fazer conservas com vinagre também era outra forma de conservar pepinos, ovos e outros alimentos. Em relação à carne, usava-se o charque – carne salgada e seca – que poderia ser feito a partir de vários tipos de carne e o salame – defumado a base de carne suína triturada –, que é um embutido

consumido diariamente até o presente. A carne do porco que não era usada na fabricação de salame, especialmente onde havia muitos ossos, era frita e junto com a banha do suíno vedada em latas, de forma a conservá-la, geralmente no porão da casa, onde a temperatura era mais constante. Para consumir, bastava retirar os pedaços da carne e fritá-la novamente com a banha que já a envolvia.

Engordava porco né, matava, fazia banha, fazia salame, e a carne a gente cozinhava e botava dentro duma lata, banha e carne, porque não tinha geladeira, aí conservava assim. Quando ia comer, tirava daquela lata e dava uma fervida né, ficava boa. (Glória Cella).

A galinha geralmente era consumida inteira, devido ao fato das famílias serem numerosas, mas também poderia ser consumida em dias seguidos, nesses casos, era salgada e pendurada do lado de fora da casa ou em um poço.

Tinha que matar as galinhas e preparar metade hoje, metade amanhã. Então enchia de sal e colocava ela pendurada até no outro dia para que ficasse boa. [...] Na janela, perto da pia. [...] colocava sal, não vinha mosca, ou dentro do poço, no fresco. (Pierina Lucchetta Moro).

As galinhas criadas soltas no pátio da casa eram a base para o cardápio do final de semana.

Quando que começamos a criar galinhas nós matávamos uma galinha no sábado, pendurávamos fora, dentro duma bolsinha, pra no domingo ter a carne

pra comer, uma carne diferente né, uma sopa, uma comida deferente. (Glória Cella).

O ensopado de galinha também foi citado pela Sra. Sabina De Cezaro como um prato de domingo. “[...] nos domingos eu costumava se tinha galinha, guardava, matava sempre uma galinha sabe, uma galinha pra fazer sopa”. O arroz não era tão comum quanto o milho, o feijão, o trigo e a mandioca, mas também era cultivado por algumas famílias. “nós plantávamos um pouco de arroz, nós socávamos com o pilão, não tinha moinho, era só com o pilão que se socava o arroz.” (Sabina De Cezaro).

O pilão servia não só para retirar a casca do arroz, mas para outras finalidades, como triturar milho para fazer a quirera, utilizada pelos descendentes de italianos para alimentar os animais. Já para os caboclos que viviam na região, a quirera fazia parte dos hábitos alimentares no período em não tinham acesso a moinhos, pois poderia ser preparada no pilão ou no manjolo, como descreve a Sra. Maria Florisbela Pires:

Eles colocam uma bica, faz um buraco no chão, e ali coloca uma bica de palmeira. Cava a palmeira, e faz aquela bica comprida. E daí faz um açude. E solta o manjolo no meio, assim. E pra baixo vem aquela água da bica bem no cocho do manjolo. E daí tem o pilão, um pilão bem grande. Põe o milho naquele pilão e solta a água do manjolo. Ele mói o milho por conta. Daí, quando o milho está moído, a gente vai lá, escora o manjolo, troca aquele milho que está moído e coloca outro. Então peneira na peneira fina pra fazer o biju, fazer a farinha de biju. E aquela quirera grossa põe moer de novo. [...] Daí a gente peneira e lava aquela quirera bem, depois da farinha peneira-

da, lava aquela quirera bem limpa. Enxuga ela, já que está molhada, enxuga no forninho mesmo, pra fazer o biju. E daí, quando, no fim de semana, você quer uma galinha com quirera, mata a galinha. Tá pronta, põe um tanto de quirera ali e está feito o almoço. [...] Cozinha a quirera junto com a galinha. E fica muito bom. (Maria Florisbela Pires).

Os descendentes de poloneses mantêm, como parte de sua cultura, o preparo de algumas receitas, que são consideradas típicas e, por isso, preparadas em ocasiões como as festas promovidas por associações dedicadas à cultura polonesa<sup>40</sup>. Conforme a Sra. Iracema Szczepanski, alguns dos pratos típicos poloneses são o *pierogi* (pequeno pastel cozido, recheado com coalhada), o *gerninog* (creme obtido com o cozimento de patas de suíno), e a *czermína* (sopa que tem como característica a cor escura obtida com o cozimento de sangue de pato). Nestes pratos, percebe-se o uso de partes como a pata do porco, o sangue de pato, ou o leite coalhado, que são fonte de proteína e que muitas vezes não são aproveitados em outros alimentos, indicando uma racionalidade voltada à sobrevivência em épocas de escassez, que fizeram parte da história do povo polonês durante parte do século XX.

Em relação ao vestuário, para confeccionar as roupas da família era comum comprar tecidos em metro, as chamadas “fazendas”, e em casa, cortar e costurar as roupas: “pras pi lazada [crianças], comprava um metro

---

40 Uma importante associação dedicada à preservação e difusão da cultura polonesa é a BRASPOL, com núcleos em diferentes estados brasileiros.

de roupa, depois tinha uma máquina, fazia.” (Pierina Lucchetta Moro). Ou então, encaminhava-se o pedido a alguma costureira do local.

O tecido, então, a maioria eles iam pra Chapecó né, [...] Eu fazia a mão enquanto eram pequenos, mas depois veio uma costureira daí ela costurava e depois o que era pra fazer à mão eu fazia à mão, aí ajudava. (Catharina Lanferdini).

O depoimento da Sra. Catharina Lanferdini informa que os tecidos eram comprados no comércio de Chapecó, mas as costuras feitas em casa ou na costureira, pois dependendo da peça a ser costurada, ficava com melhor acabamento se uma máquina de costura fosse utilizada. “Daí aquela já tinha máquina. [...] Era Diva Vargas, a primeira que veio.” (Catharina Lanferdini). Assim, mesmo sabendo costurar a mão, algumas vezes as mulheres recorriam à costureira para facilitar a confecção de algumas peças de vestuário, como acrescenta a Sra. Catharina: “[...] as mulheres sabiam fazer, mas procuravam sempre a costureira né, pra ser mais fácil”.

Porém, sempre que possível, a família tentava economizar seus recursos financeiros e em relação às vestimentas, procuravam aproveitá-las ao máximo, remendando os furos e cortes. “a gente remendava bastante pra não mandar fazer.” (Catharina Lanferdini). Esta tarefa muitas vezes era feita durante a noite, o que indica o quanto era longa a jornada de trabalho da “dona de casa”: “de noite tinha que ficar lá, remendar roupa se era rasgada, costurar, fazer roupa, ih, até algumas horas, depois ia dormir.” (Pierina Lucchetta Moro).

Era uma prática comum que os filhos mais novos usassem as roupas que os irmãos mais velhos já tinham

usado e que não lhes serviam mais. A roupa de melhor qualidade e mais apresentável socialmente era usada em ocasiões especiais como missas, festas e passeios, que geralmente aconteciam em domingos, eram as chamadas roupas “domingueiras”. Na figura 25, percebe-se a utilização do mesmo tecido para a confecção das roupas das amigas Gema Baccin e Diva Picoli, que na ocasião estavam em um dia de festa.

**Figura 25 - Gema Baccin e Diva Picoli em um dia de festa [19--]**



Doação: Oliva Picoli e família. Acervo CEOM/Unochapecó.

Para lavar as roupas, era utilizado sabão caseiro e muitas foram as mulheres que lavaram as roupas da família em tábuas colocadas nas beiras de córregos de água. Também ferviam em grandes panelas as peças mais sujas, pois o trabalho agrícola e com criação de animais não era propício para manter as roupas limpas.

## CAPÍTULO IV – SOCIABILIDADE, LAZER E RELIGIOSIDADE

A rotina de trabalhos, abordada no capítulo anterior, ocupava grande parte do tempo dos moradores da sede e das comunidades rurais, mas mesmo assim, existiam momentos de descontração, divertimento e também momentos especialmente dedicados à vivência dos ritos religiosos. Neste sentido, o presente capítulo se propõe a relatar a respeito das práticas religiosas e das atividades ligadas ao lazer, levando em consideração o fato de que, mesmo apresentando caráter distinto, as práticas religiosas e as atividades de lazer são os principais fatores que propiciavam a sociabilidade. Tratam-se de práticas vividas fundamentalmente de forma coletiva, essenciais para o estabelecimento e fortalecimento das relações de amizade, colaboração, e também afetivas. Por outro lado, ao mesmo tempo em que reúnem as pessoas, proporcionam a eclosão das tensões e conflitos resultantes das diferenças sociais e culturais.



## Religiosidade e sociabilidade

As práticas culturais demandam espaços específicos e por isso motivam a constituição destes espaços. Em relação à religiosidade, seu espaço privilegiado é a igreja ou capela, cuja construção foi relatada no Capítulo II. Porém, este não foi o único espaço para a realização de práticas religiosas. Nas moradias, havia o costume de que os membros da família se reunissem, geralmente à noite, para rezar o terço, sequência de orações dirigidas à Nossa Senhora (Ave Maria) e a Deus (Pai Nosso), onde um dos participantes recita alguns versos, sendo acompanhado em coro nos versos seguintes. Tal prática católica fez parte dos costumes da população de Vila Formosa, sendo comum a muitas outras regiões. Rezar o terço também era uma prática que agrupava famílias vizinhas. Uma família ia até a residência do vizinho para rezar, proporcionando também um momento de visita e demonstração de amizade.

O caráter comunitário das rezas era reforçado pelo costume das famílias receberem a imagem de Nossa Senhora, em uma espécie de capela ou altar portátil, a *capelinha*. Construída em forma de caixa de madeira, a capelinha guardava a estatueta representando Nossa Senhora, ornamentos florais e tecidos coloridos, que davam ao objeto um aspecto de relíquia sagrada.

Cada família hospedava a capelinha, recebida por um vizinho, durante o período de um dia, levando-a depois para o vizinho seguinte. Havia a prática da família toda levar a capelinha durante a noite e rezar junto com a família que recebia a imagem.

Íamos rezar e levávamos a capelinha no vizinho, até lá em baixo na Linha Canela, na Formosa, e todo mundo ia rezar. [...] Se reuniam duas, três famílias, e iam fazer uma novena. (Pierina Lucchetta Moro).

As *novenas* também faziam parte das manifestações religiosas, quando, com a intenção de realizar um pedido, eram feitas rezas durante nove sextas-feiras seguidas. Esta era uma prática muito comum quando ocorria alguma enfermidade na família, sendo a intenção das preces pela melhora do familiar. Também existe o *tríduo*, quando três noites seguidas são dedicadas às preces.

Os ritos religiosos marcavam a passagem do tempo. No caso da religião católica, existe a missa ou culto dominical, as celebrações do calendário religioso e os sacramentos (Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos enfermos, Ordem, Matrimônio).

As figuras 26, 27 e 28 retratam momentos da celebração da primeira Eucaristia, cerimônia que marca um momento da vida do cristão, que passa a partilhar a comunhão com os demais membros da comunidade após um período de preparação: a catequese.

**Figura 26 - Lembrança da eucaristia das crianças de Vila Formosa, com as catequistas Sra. Adelina Chiarelo e Sra. Lourdes Assunta Pissaia (década de 1960)**



Doação: Lourdes Assunta Pissaia. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Na ocasião retratada, o grupo de crianças apresentava-se com trajes especiais. Enquanto os meninos vestiam ternos e gravatas, as meninas usavam vestidos e grinaldas. Algumas representavam anjos, com asas e uma espécie de coroa estrelada. Na figura 26, as crianças foram fotografadas junto às catequistas Sra. Adelina Chiarelo e Sra. Lourdes Assunta Pissaia.

Relembrando o período no qual foi catequista, a Sra Lourdes relata que a catequese ocorria aos sábados, geralmente na capela, mas algumas vezes também na residência das catequistas. As aulas eram ministradas voluntariamente e nelas as crianças recebiam explicações sobre o catecismo e respondiam perguntas referentes ao seu conteúdo, buscando memorizá-lo. Era preci-

so que decorassem os ensinamentos do catecismo, pois antes da eucaristia o padre fazia algumas perguntas que deveriam ser respondidas oralmente pelos catequizandos.

Nós fazia as perguntas, se depois o padre vinha, eles tinham que responder. A gente ensinava, daí eles tinham que decorar e a gente perguntava pra ver se eles tinham decorado, pra poder passar a primeira eucaristia. (Lourdes Assunta Pissaia).

Na figura 27, o Frei Valério Pescantina aparece junto às crianças, catequistas e moradores de Vila Formosa. Conforme relato da Sra. Lourdes Assunta Pissaia, a celebração foi realizada na antiga capela que atendia a comunidade.

**Figura 27 – Frei Valério Pescantina, catequistas Sra. Lourdes Pissaia e Sra. Adelina Chiarelo com crianças e moradores de Vila Formosa em retrato para recordação da eucaristia (década de 1960)**



Doação: Lourdes Assunta Pissaia. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Na figura 28 pode-se visualizar os meninos acompanhados de padrinhos. Sua postura, assim como seus trajes – camisa branca, gravata borboleta e calça de tergal – sugerem um momento de formalidade.

**Figura 28 – Eucaristia de Faustino Moro em  
Linha Serra Alta (década de 1970)**



Doação: Pierina Lucchetta Moro. Acervo: CEOM/Unochapecó.

A capela cheia indica a valorização deste momento pela comunidade. A celebração, repleta de simbolismos, era conduzida pelo padre. Fotografias semelhantes a estas são encontradas nos acervos fotográficos de muitas famílias na região. A presença do fotógrafo a estes eventos também sinaliza a importância deles para as famílias e para a comunidade. Geralmente a Eucaristia era comemorada com um jantar ou almoço oferecido aos familiares e convidados.

A Eucaristia é um rito de passagem, no qual os meninos e meninas encontram-se em um momento de assumir responsabilidades em relação à família e à comunidade, deixando a infância e iniciando a ado-

lescência. É seguida pela Confirmação, também conhecida como Crisma, realizada cerca de três anos após a Eucaristia, celebrada pelo bispo.

Outro sacramento é o casamento, celebração que marca a união de um casal, permitindo o estabelecimento de uma nova família, envolvendo as famílias dos noivos e comunidade. A figura 29 retrata o primeiro casamento realizado na capela São Cristóvão.

**Figura 29 – Casamento de Romeu Roque Hartmann e Alice Salete Pazin (30 jan. 1969)**



Doação: Romeu Roque Hartmann. Acervo: CEOM/  
UNOCHAPECÓ.

Para tais ocasiões eram vestidos os melhores trajes, pois tratava-se de um momento formal e muito importante. Mais do que religioso, o casamento é a mudança do estado civil, que implica em compromisso e responsabilidade não só com o cônjuge mas também com as famílias que se unem por meio deste ato. O noivo retratado, Sr. Romeu Roque Hartmann, radialista da Rádio Chapecó AM, com 28 anos, estava casando com a Srta. Alice Salete Pazin, professora em Vila Formosa, com 19 anos. Ao relatar sobre seu casamento, o Sr. Romeu Roque Hartmann afirma:

Apesar da seriedade com que as cerimônias de casamento ainda eram realizadas, foi um acontecimento muito bonito e particularmente surpreendente. Como não havia energia elétrica no local, o diretor da rádio [Francisco Norberto Bohner], que também era músico, arranjou um meio de fazer funcionar um órgão eletrônico portátil, nos surpreendendo, bem como a todos os presentes, com a marcha nupcial na hora da entrada da noiva. Posteriormente também fez o acompanhamento ao órgão do canto da Ave-Maria, interpretado por sua esposa, a soprano, Augusta Muller Bohner. Como se tratava do primeiro casamento que estava sendo realizado naquela capela e com a cerimônia aberta ao público, muitos curiosos se fizeram presentes [...]. (HARTMANN, 2008, p.101).

Os casamentos geralmente eram celebrados na paróquia de Quilombo, cidade onde também era realizado o casamento civil. Costumava-se celebrar a missa pela manhã, seguida por festa na qual eram convidados familiares e amigos, como retrata a figura 30.

**Figura 30 – Festa de casamento de Santo Lucchetta e Eliani (Nena) Paoletto (década de 1970)**



Doação: Pierina Lucchetta Moro. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Os casamentos deveriam durar a vida toda. Casos de desquite ou divórcio eram muito raros e vistos de forma negativa pela comunidade. Mesmo que no texto tenham sido privilegiados retratos de celebrações católicas, as demais religiões presentes em Formosa do Sul apresentam celebrações semelhantes de Eucaristia e Matrimônio, sendo realizadas nos locais próprios de cada religião.

Expressões da religiosidade que envolvem a comunidade também são os rituais fúnebres, presentes a todas as religiões. Se atualmente os procedimentos em relação aos enterros são praticamente os mesmos para as diferentes religiões, com pequenas diferenças, relatos sobre os anos da colonização indicam a existência de costumes diferentes mesmo entre católicos. Era mais um dos momentos em que se diferenciavam os costumes dos caboclos dos costumes dos colonizadores de origem europeia: “Quando falecia uma pessoa da parte dos caboclos, no velório eles matavam porco, faziam churrasco, faziam festa entre eles.” (Italvina Lucchetta). A forma como os caboclos despediam-se de seus familiares e conhecidos não era bem vista pelos descendentes de italianos, que nos velórios costumavam reunir os familiares, vizinhos e conhecidos, chorando, rezando e prestando solidariedade e apoio à família da pessoa falecida.



## Os tempos e espaços da religiosidade e do lazer

Seguindo a tradição católica, que define o domingo como dia dedicado ao descanso e à oração, os moradores da Vila Formosa tinham este dia como tempo reservado às práticas de sociabilidade, que tinham início com a missa ou culto realizado na parte da manhã. A missa não era somente um momento para expressar a fé, mas também um momento de encontro com os vizinhos, parentes e demais integrantes da comunidade. Após a cerimônia religiosa, era costume que se agrupassem os homens em um círculo de conversa e as mulheres em outro. Esta separação entre homens e mulheres poderia ser percebida também durante a missa ou o culto, sendo comum que os homens e meninos sentassem nos bancos de um lado da igreja e as mulheres e meninas no lado oposto.

No domingo à tarde, vizinhos ou parentes costumavam se reunir: “a gente se reunia numa família e tomava o chimarrão de tarde.” (Catharina Lanferdini). Muitas vezes, eram realizadas visitas nas residências, principalmente pelas mulheres e crianças.

Naquele tempo nós saíamos junto com o pai e a mãe, pra jogar baralho com os vizinhos e a mãe tomava chimarrão com as vizinhas. Nós, a piizada [crianças], brincávamos de carrinho. (Mauri Szczepanski).

Enquanto isso, muitos homens preferiam se encontrar nas bodegas (bares), onde conversavam, consumiam bebidas e distraíam-se com jogos como baralho, bocha, bolão, quarenta e oito, entre outros. Sobre os jogos de baralho, o Sr. Rocco Gregol relata: “era o três-sete, o quatrilha, também escova, tinha tanto jogo...”.

Nas comunidades rurais, a bodega geralmente se encontra próxima ao centro da comunidade, ou seja, no local que centraliza a sociabilidade, com igreja, salão comunitário, campo de futebol, bodega ou casa comercial. “Eles tinham bocha, tinham baralho, eles vinham sempre aqui na Formosa porque tinha uma bodega né, e ali eles passavam o dia.” (Catharina Lanferdini).

Os jogos de baralho como o três-sete, quadrilho, escova, bisca, truco, canastra, pife entre tantos outros, são praticados até o presente, sendo ocasiões em que as pessoas se agrupam em torno de uma mesa e se concentram nas jogadas e regras próprias de cada jogo. Também são praticadas as partidas de bocha, bolão e quarenta e oito, modalidades diferentes de jogos que utilizam bolas e pinos de madeira.

Além destes jogos, as narrativas da Sra. Maria Florisbela Pires trouxeram detalhes sobre jogos que há anos deixaram de ser praticados. Um deles é o *buzo*, jogado com grãos de milho.

Jogo de buzo, tira o miolinho de nove grãos de milho. E então encarvoa, passa uma tinta naquele milho e tira mais cinco do outro lado. Pega cinco, e o seu companheiro pega mais cinco. O que fizer mais pontos, que virar aqueles grãos de milho, ganhou. [...] Se fizer os sete pontos, ganhou os sete pontos. [...] Chacoalhava, jogava. [...] Dia de chuva era o que a piazzada fazia, porque aquele era o jogo que tinham. (Maria Florisbela Pires).

E também existia o jogo da *paleta*, que consiste em derrubar estacas de madeira que se encontram cravadas ao chão: “Jogo de paleta é uns pedaços de pau. E finca uma estaca lá, mal e mal. Aquele que derrubar

a estaca ganhou. É jogo de paleta” (Maria Florisbela Pires).

O futebol era uma das diversões preferidas para as tardes de sábado ou domingo. Nem sempre havia campos de futebol adequados e então era preciso utilizar outros espaços como poteiros (pastagens): “jogava no poteiro onde estava limpo, se estava bonito pra jogar, jogava lá.” (Antônia Gregol).

Para brincar não era preciso de brinquedos prontos, até mesmo a bola poderia ser improvisada, como relata o Sr. Carlos Cella:

Pra cá do rio [rio Ouro] nós formamos um campinho, mas um campinho onde tinha um gramadinho assim, nós fomos lá com o machado, com a enxada, [...] e nós limpamos, tiramos aqueles toquinhos que tinha pra não tropeçar. Jogava de pé descalço, e com lima. A nossa bola era uma lima, a fruta. De preferência pegava aquelas murchas que daí ela não quebrava tão fácil. (Carlos Cella).

O futebol não era apenas uma brincadeira das crianças, mas envolvia também os jovens e adultos, que organizavam times e disputavam partidas e campeonatos com outras localidades e municípios. A figura 31 apresenta uma fotografia do time Vila Formosa após partida com time de Quilombo.

**Figura 31 – Time de futebol Vila Formosa (1962)**



Doação: Casa da Cultura de Formosa do Sul. Acervo: CEOM/Unochapecó.

As vezes, as moças se reuniam para assistir às partidas de futebol e também para jogar, como revela a figura 32, que apresenta um time formado por moças participantes do grupo de jovens de Vila Formosa.

**Figura 32 – Time de futebol formado por moças de Vila Formosa (década de 1970)**



Doação: Lourdes Assunta Pissaia. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Nos encontros de grupos de jovens da década de 1970, eram realizadas palestras, piqueniques, e durante a tarde, partidas de futebol, relata a Sra. Lourdes Assunta Pissaia, que participava do time fotografado (figura 32).

Em geral, as mães dedicavam um cuidado especial com relação às filhas, evitando que estas se envolvessem em atividades de lazer sem o acompanhamento de familiares. Em relação aos meninos, estes tinham maior liberdade em suas atividades e muitas vezes praticavam atividades de lazer que envolviam certo risco, como caçadas. Também costumavam banhar-se em rios e pescar.

Nós íamos pescar, a água do rio era limpa, azulada, íamos tomar banho no rio também. Era aquela água que se podia mergulhar assim com os olhos abertos que enxergava o chão, a laje em baixo, limpa mesmo. (Carlos Cella).

Para as crianças, que entre segunda e sábado ficavam mais restritas ao convívio familiar, o domingo era o dia de brincar com as crianças da vizinhança ou da comunidade. Participantes da rotina de trabalho dos pais e irmãos, as crianças desempenhavam atividades que exigiam menor esforço físico e menor risco de acidentes, mas sua interação com as tarefas muitas vezes adquiria um caráter de brincadeira, assim como os espaços de trabalho também eram espaços de brincadeira para as crianças, principalmente as que residiam no campo. Nos sábados, e principalmente domingos, as crianças brincavam de esconde-esconde, pega-pega e muitas outras brincadeiras que sua imaginação

pudesse criar. O uso de brinquedos era bastante restrito e muitos eram produzidos pelas próprias crianças ou com a ajuda dos pais.

Pegávamos uma tampinha de garrafa e amassávamos ela bem. Ficava redondinha, né. Depois botava um prego na ponta de um pau, aí saía correndo. Dirigia aquele pau por ali em volta, pelos caminhos, pelos carreiros. (Carlos Cella).

Quando eu era pequeno, mais novo, fazia bastante carrinhos, [...], a facão e serrinha. (Ademar Szczepanski).

Faziam espingardinhas de pressão. Cortavam o canudo de taquara e achavam aquelas pimenta de cavalo, uma bolinha. Botavam uma dentro e depois ia colocavam outra e empurrava com uma varinha. E daí com a pressão dava um estouro. (Iracema Szczepanski).

Brincava de boneca, de casinha, de fazer comidinha, todas aquelas brincadeiras. A gente até roubava da mãe as coisas pra fazer comida. Criávamos a nossas bonecas também. [...] A gente procurava, na época do milharau, escolhia uma boneca de milho, uma espiga de milho que estivesse embonecando, como o pessoal diz né, que tem aquele cabelinho vermelho descendo e a vestia como se fosse uma boneca. [...] Mas também se fazia bonecas de pano, fazia a cabeça, fazia os braços, o corpo da boneca né, e assim com tecidos diferentes inclusive a blusa com uma cor, a saia de outra. É, a mãe lembra bem disso, porque ajudava a gente a fazer. (Vilsa Corioletti).

A gente pegava uma meia né. [...] Daí pegava um pedacinho e enchia bem daqueles cabelinhos de milho verde, mas seco [...]. Aí amarrava e depois amarrava um pouquinho mais pra baixo e fazia o pescoço,

e daí cortava uma meia e costurava bem fininha, costurava nos braços e enchia daqueles cabelinhos, fazia dedos e tudo, com a máquina [de costura] e depois enchia de cabelo dentro, fazia a boneca assim. (Ida Malacarne).

Os brinquedos feitos em casa pelas próprias crianças com a ajuda dos pais não são simplesmente improvisos realizados por famílias que não tinham condições de adquirir brinquedos produzidos em indústrias, que mesmo raros, já existiam naquela época, são expressões de uma cultura que tinha o domínio das técnicas para a produção da maior parte de seus utensílios. Confeccionando o seu brinquedo, a criança era introduzida nas práticas artesanais com tecido, madeira e outros materiais, com os quais os adultos também lidavam.

**Figura 33 – Carrinho de madeira pertencente a família Szczepanski. Linha Barão do Triunfo – Formosa do Sul**

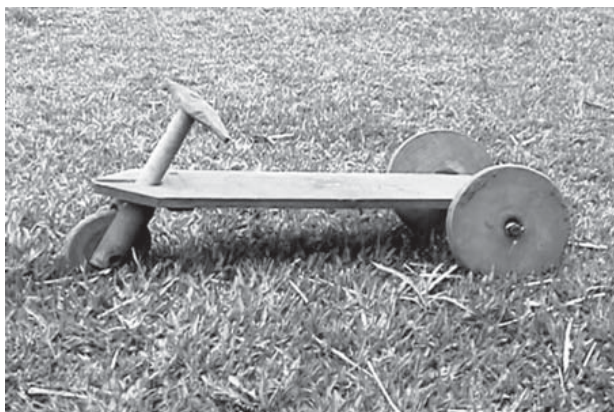


Foto: André Luiz Onghero, 16 out. 2010.

Havia certa diferenciação entre as brincadeiras das meninas e dos meninos, quando as brincadeiras

baseavam-se na imitação da vida adulta. As técnicas e materiais utilizados na produção do brinquedo também se relacionavam com a diferenciação das tarefas entre homens e mulheres, como percebemos na confecção da boneca, costurando tecidos, tarefa praticada principalmente por mulheres e na construção do carrinho de madeira (como o apresentado na figura 33) pelos meninos, utilizando as ferramentas e procedimentos que faziam parte do trabalho do homem, pois mesmo que fossem poucos os homens que possuíam e dirigiam automóveis ou caminhões, a carroça de madeira fazia parte do seu cotidiano.

Segundo Thompson (1998), a criança concebe seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito à criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não têm um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade.



## Serão ou filó

*Contava causo, tomava chimarrão e de-lhê risada, eram bom, sabe. Se reunia uma tropa [grupo] e se passava umas horas a noite.  
(Adiles De Cezaro Baú).*

O serão ou filó consistia em uma família visitar outra, o que poderia ser feito em um sábado ou outro dia da semana em que houvesse essa disponibilidade. Tal costume ainda é praticado por muitos moradores, como relata a Sra. Catharina Lanferdini: “eles iam de casas em casas assim, como hoje tem essas famílias aqui pra baixo [vizinhos], numa noite vão numa casa, outra noite vão na outra.”

Durante os anos em que a Vila Formosa começou a ser colonizada, eram escassos os moradores e para fazer um serão era preciso se deslocar pelas precárias estradas durante as noites de luar, iluminando o caminho com lanternas a querosene ou até mesmo com uma espécie de tocha, feita com taquara. As caminhadas, que às vezes eram de vários quilômetros também faziam parte do momento de lazer.

O serão a gente ia, porque tinha dois, três vizinhos só, e ia fazer serão, um dia sim, um dia não, e pela estradinha ia cantando tudo junto [...] Era eu, duas cunhadas minhas, três também, as vezes ia quatro com o rapaz. (Pierina Lucchetta Moro).

Era costume de que a família que recebia as visitas preparasse algum prato compartilhando seus alimentos, que mesmo simples, tornavam-se mais saborosos pela companhia dos amigos ou parentes. “Chimarrão,

bolacha, pinhão quando era época de pinhão, cantávamos bastante.” (Idovino Simonato).

No começo, logo que viemos de mudança, vinha a rapaziada lá em casa, [...] daí uma noite eu preparava um brôdo<sup>41</sup>, outra noite preparava pipoca, outra noite cozinhava batata doce. Eles cantavam e tocavam né, e a gente ficava lá assistindo. [...] O nono [Sr. Abraão Lanferdini] gostava daquilo lá, gostava, ele sempre gostou, eu sempre gostei de música, de ouvir música, cantos assim também, sempre adorei. (Catharina Lanferdini).

Como os depoimentos indicam, a visita também era uma ocasião para cantar e tocar instrumentos musicais, entre os quais são citados o violão e a gaita (forma como o acordeom é popularmente conhecido na região Sul do Brasil).

O chimarrão estava sempre presente e algumas vezes o vinho ou a aguardente também eram degustados: “se levava pinga e baralho.” (Catharina Lanferdini). Os jogos de baralho eram bastante apreciados nestas visitas, que incluíam praticamente toda a família: “[...] se tinha criança, iam junto, deixava uma ou duas em casa, só aquela que não queria ir.” (Pierina Lucchetta Moro).

---

41 O chamado brôdo é um caldo feito com carne de galo ou galinha caipira.

## As festas familiares, brincadeiras e surpresas

Quando ainda não havia estrutura construída especialmente para a realização de festas e bailes, os moradores utilizavam os espaços disponíveis em suas propriedades, como gramados, galpões e a sala da casa. Estas festas não tinham fins lucrativos e constituíam-se em momentos de diversão e integração entre os moradores do local.

Faziam festas, jogavam bocha no gramado e se reuniam nas bodegas. O meu cunhado tinha uma bodeguinha e se reuniam, mas o que nós mais fazíamos aos domingos eram festas aqui nesse gramado na frente da casa [...]. Assávamos carne, nos reuníamos e passávamos os domingos. (Idovino Simonato).

Lá em cima [Linha Canela] onde morava o Mírio [Ademírio Comunello], lá no mato, num capoeirão, lá no meio do mato bem limpo né, lá faziam as festas. (Idovino Simonato).

A “brincadeira” é relatada na região como um pequeno baile feito em casa, ou no galpão, no qual recebiam alguns familiares, vizinhos ou outros amigos. Dançava-se ao som de instrumentos musicais, como violão, gaita de boca (harmônica) e gaita (acordeom).

No paiol, quando terminava o milho, fazia o baile. Porque tinha várias famílias ali. [...] No paiol fazia o baile, porque não tinha aonde ir. Gaitinha de boca ou gaita. [...] O Nelson Comunello, irmão do Mírio, tocava. Cantava e tocava. (risos) [...] tocava valsa... bastante coisa ele tocava. [...] Tocava gaita, gaita de boca [...]. Não cobrava nada. Nem tinha bebida, nada. Não tinha nada. Só divertimento, até umas onze horas, só, dez horas. (Líbera Comunello).

No tempo de rapaz foi divertido. [...] Nem tinha 15 anos ainda, começamos a fazer festinhas pra cá e pra lá [...]. Quando chegava no fim do ano nunca tinha milho no paiol, daí começamos a limpar o paiol e fazer o baile no paiol [...]. Depois de alguns anos tinha ali um violeiro, um caboclo, tocava violão, e nós reuníamos a família em 10, 12 ali e xote até madrugada! [...] A meia noite tomava um brôdo, depois dançava até a madrugada. (Carlos Cella).

Outro costume era a chamada “surpresa”, quando a comunidade fazia uma visita a uma pessoa que estava de aniversário. Em geral, os relatos da região afirmam que o grupo chegava durante a noite, quando o aniversariante já estava recolhido para dormir.

Fazia uma surpresa num vizinho, que ele nem sabia. Quando via, chegava o povo [...]. Amarrava um lenço no pescoço, um pano velho da cozinha, bem encarvoado, e ali tirava o dono da casa já dançando. E era uma farra. Mesmo que estivesse deitado, tinha que sair dançando. (Maria Florisbela Pires).

Uma festa era realizada então, com o vinho ou aguardente e um risoto<sup>42</sup> ou brôdo preparado com aves do próprio aniversariante. As danças aconteciam dentro da casa, com a iluminação de lampião ou velas: “Lampião, um lá no canto, outro pra cá, outro no meio da casa. Se não, aquelas velonas de cera, bem grossas, no meio da casa pra clarear, pra todos dançar.” (Maria Florisbela Pires). A festa poderia durar até a madrugada.

---

42 Prato preparado com carne de galinha, temperos e arroz.

## Festas comunitárias

*E as festas antigamente, ali em cima tinha um tal de Emílio Xirú, ele fazia as festas de São Sebastião, [...] todos os anos ele fazia, daí ele carneava um porco ou dois, três e fazia aquela festa. Não custava nada, gratuitamente, ele bancava com a festa, daí convidava, e quem fazia o pão pra festa na época era a mãe, daí a mãe fazia aquele pão pra festa dele e o pai pegava a carroça no dia da festa e encangava os bois, botava na carroça, aí carregava o pão e carregava o resto da família, levava todo mundo lá e passava o dia inteiro [...]. O pai botava os bois na carroça de novo, carregava a família e vinha pra casa [...]. Era uma alegria, por baixo daquele taquaral com a carroça e os bois... nós passávamos por baixo das taquaras, era uma beleza, vivíamos bem.*  
(Carlos Cella)

A realização de festas comunitárias também é um costume que remete ao início da colonização da Vila Formosa, a principal delas é a festa do padroeiro São Cristóvão, realizada desde 1958. Atualmente, o calendário de festas comunitárias da Paróquia Santa Inês, de Quilombo, à qual as capelas de Formosa do Sul estão vinculadas, apresenta festas de padroeiros ou festas para o caixa comum<sup>43</sup> em todos os meses do ano. Na região, as festas de São Sebastião, as quais se refere o Sr. Carlos Cella em seu relato, são realizadas principalmente pelos caboclos, seguindo alguns costumes como a realização de procissão, o almoço com alimentos partilhados entre os participantes e a mesada dos inocentes, relacionada ao pagamento por uma graça alcançada, onde as crianças se servem dos pratos oferta-

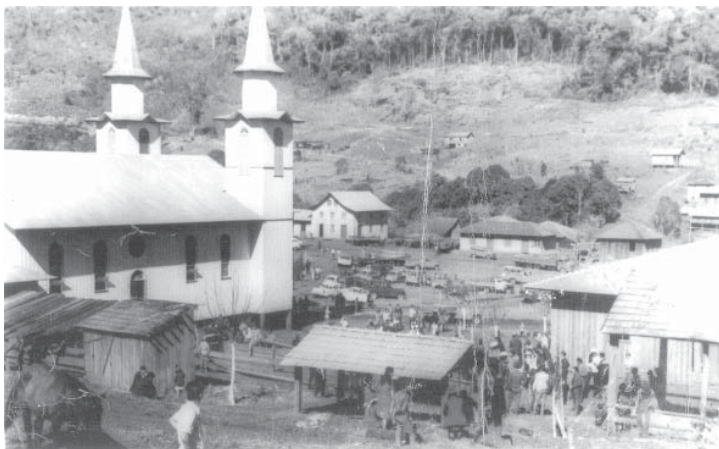
---

43 Caixa comum refere-se a recursos financeiros arrecadados pela comunidade através de doações, festas, sorteios, entre outros, e destinados ao uso da paróquia.

dos antes dos adultos (CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2008, p. 81-89).

A figura 34 refere-se à uma festa comunitária na sede de Vila Formosa, na década de 1960, onde pode-se visualizar considerável número de pessoas próximas ao salão comunitário (a construção em madeira no canto direito). No terreno em frente à igreja vários automóveis encontram-se estacionados, indicando a presença de pessoas de outras localidades.

**Figura 34 – Festa em Vila Formosa.  
Formosa do Sul (década de 1960)**



Doação: Catharina Lanferdini/Casa da Cultura Formosa do Sul.  
Acervo: CEOM/Unochapecó.

Em geral, tais festas procuram arrecadar recursos financeiros para a própria comunidade, representada por associações, geralmente ligadas a instituições religiosas.

O costume é que tais festas aconteçam em domingos, com uma programação que inclui missa pela manhã e almoço ao meio dia, no qual são servidos pratos tradi-

cionais como o churrasco, saladas, pães e bebidas. Os alimentos são preparados pelos membros da comunidade que organiza a festa e vendidos aos participantes.

A figura 35 retrata um grupo de homens reunido em torno da churrasqueira, local onde a carne é assada em espetos colocados sobre o calor do fogo. Na imagem, os espetos utilizados eram de madeira e a churrasqueira era feita a partir de uma vala escavada na terra, onde se fazia fogo com lenha. A armação que sustentava os espetos também era feita de madeira. Posteriormente foram construídas churrasqueiras de concreto cobertas, fornecendo maior conforto para os churrasqueiros, os responsáveis por assar a carne.

**Figura 35 – Festa da comunidade de Vila Formosa (década de 1960)**



Doação: Casa da Cultura Formosa do Sul. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Na imagem anterior, observa-se homens atentos aos espetos, provavelmente ajustando-os sobre o fogo, enquanto outros observam, bebem cerveja e um deles toca gaita.

Durante a tarde as atividades incluem jogos de futebol, bocha, baralho, além de cantorias, músicas e

danças nos chamados “mate-bailes”, bailes que se iniciam durante a tarde e terminam à noite.

Com o decorrer dos anos, o acesso a tecnologias e maior circulação comercial permitiu o aumento do consumo de produtos industrializados, em contraposição aos anos em que a colonização se iniciou, quando a maior parte dos bens de consumo eram produzidos no local. Porém, o princípio da confraternização e a sequência das atividades das festas mantém-se, reunindo pessoas de diversas localidades.

As festas eram momentos para o encontro de familiares, amigos e outros conhecidos. As fotografias sugerem agrupamentos separados de homens e mulheres, tanto na figura 35 como na figura 36 são retratados somente homens, que ostentam garrafas e copos de cerveja, em uma afirmação de masculinidade relacionada ao consumo de bebidas alcoólicas.

**Figura 36 – Homens em festa na Vila Formosa [19--]**



Doação: Catharina Lanferdini. Acervo: CEOM/Unochapecó.

O estado de embriaguez proporcionado pelo consumo das bebidas alcoólicas favorecia momentos de descontração e euforia: cantorias, danças, piadas e



brincadeiras, que às vezes tornavam-se extravagantes a ponto de merecerem registro fotográfico, como o das figuras 37 e 38.

**Figura 37 – Grupo de homens e rapazes divertindo-se em uma festa [19--]**



Doação: Catharina Lanferdini. Acervo: CEOM/Unochapecó.

**Figura 38 – Grupo de homens e rapazes divertindo-se em uma festa [19--]**



Doação: Catharina Lanferdini. Acervo: CEOM/Unochapecó.

A cena retratada apresenta gestos semelhantes a uma briga entre rapazes. Os sorrisos e expressões de euforia permitem identificar que se trata de uma brincadeira. Porém, as festas também eram ocasiões onde os ânimos poderiam se exaltar a ponto de eclodirem rivalidades, rixas e agressões que poderiam resultar em lesões e mortes.

## Os bailes

Nas noites de sábado os bailes são os principais eventos, não apenas em Formosa do Sul, mas em todo o Oeste de Santa Catarina. Se na atualidade decorrem de interesses econômicos por parte de quem os promove, que aproveita a tradição e o gosto de grande parte da população por tais eventos para obter o maior lucro possível, as memórias de quem frequentava os bailes nas décadas de 1950 ou 1960 guardam lembranças de bailes marcados pela simplicidade, respeito e alegria.

Uma das diferenças em relação aos bailes atuais diz respeito ao horário: “começava cedo. Quando era oito, nove horas [da noite] no máximo, já tinha começado. Daí quando era no máximo duas horas da madrugada, terminava.” (Danilo Foppa). Outra diferença tem relação com a música, que não contava com a quantidade de equipamentos elétricos e eletrônicos dos bailes atuais, mas somente instrumentos musicais acústicos, principalmente gaita, violão e pandeiro. Nestes bailes lembrados, a família toda se fazia presente, e no ambiente iluminado por lamparinas a querosene, lampião de gás (e posteriormente lâmpadas elétricas), predomi-

nava o respeito às normas de conduta que regravam as danças e o comportamento.

A figura 39 retrata o casal Remigio e Oliva Picoli em um baile no barracão que pertencia ao Sr. Augusto Picoli, na sede da Vila Formosa.

**Figura 39 – Casal Remigio e Oliva Picoli em baile [19--]**



Doação: Oliva Picoli e família. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Os bailes eram animados por músicos locais ou vindos de outras localidades. Um deles foi o Sr. Danilo Foppa, que tocava junto com um irmão: “ele tocava gaita e eu tocava pandeiro e depois, mais tarde, tinha um que tocava violão”. O grupo procurava executar

músicas animadas, com os ritmos relacionados com a cultura dos colonizadores vindos do Rio Grande do Sul, como xote, vanerão, marcha e valsa, entre outras. “Aquele tempo tinham que ser músicas bem animadas, o povo gostava era de dançar mesmo.” (Danilo Foppa).

Se inicialmente os bailes eram feitos em barracões, tanto na sede da Vila Formosa quanto nas comunidades rurais, no decorrer dos anos foram construídos espaços próprios para os bailes e festas. Na sede, destaca-se o salão da Sociedade Esportiva e Recreativa Formosa, que pode ser visualizado na imagem a seguir:

**Figura 40 – Vista externa parcial do Salão da Sociedade Esportiva e Recreativa Formosa [19--]**



Doação: Idovino Simonato. Acervo: CEOM/Unochapecó.

Esta sociedade, fundada em 15/11/1971, tinha como sede o pavilhão de madeira apresentado na figura 40, espaço onde foram realizados muitos bailes, festas de casamento, entre outros eventos.

Fazia baile, quando tinha um casamento se fazia a festa. Até hoje se casa um filho, se faz a festa no clube. Outros fazem no pavilhão da igreja, mas os sócios do clube, que hoje ainda estamos em 70 e poucos sócios, e todos os sábados tem bolão, tem cancha de bocha. (Idovino Simonato).

Contudo, o Sr. Idovino relata que “hoje a maioria faz baile no pavilhão da comunidade, porque é bem maior, o clube já ficou pequeno, nem fazem mais”. Em relação aos bailes e danças, cabe ressaltar a atuação do grupo de danças, formado por casais participantes do grupo de idosos formosense, que tem se dedicado a preservar as danças tradicionais e divulgá-las por meio de apresentações em Formosa do Sul e outros municípios.

A utilização de espaços próprios para as festas e bailes não apagou as memórias das “brincadeiras” e dos tempos em que as festas aconteciam nos gramados, na sombra das árvores e dos bailes em galpões.

## **Caçadas e pescarias**

O Capítulo III abordou brevemente a prática de complementar a alimentação com a carne obtida por meio da caça e da pesca. Além do fornecimento de carne para alimentação, os relatos indicam que a caça e a pesca também tinham um caráter de lazer e sociabilidade. Mesmo quando a criação de animais tornou-se suficiente para suprir as necessidades alimentares, a caça e a pesca continuaram a ser praticadas nos momentos dedicados ao lazer, especialmente aos finais de semana.

Num domingo ou no meio da semana, quando sabia mais ou menos que a vara de quati aparecia numa roça, aí levava um tipo de cachorro que tinha, larga-va e eles [quatis] já subiam nas árvores, era só chegar e trazer os bichos. [...] Não tinha outra diversão. Era o nosso divertimento aqui, era ir pegar um bicho fazer um charque, e depois contar o fato que aconteceu. (Ademírio José Comunello).

E aqui tinha muito porco do mato. [...] Eles devoravam as pontas das roças perto do mato, [...] tinha que ficar vigilante de noite, às vezes, ficar lá até umas horas da noite e dar uns tiros pra eles não devora o pouco de milho que se tinha. (Ademírio José Comunello).

Fazia um buraco, pegava a cana de milho colocava em cima, pegava folha de taquara e botava em cima com terra e espigas de milho em cima, e os porcos iam lá em cima pegar a espiga e “vapt” [caíam no buraco]. (Danilo De Cezaro).

Eu peguei várias pacas [...] se armava a gaiola no meio do mato [...] dentro da gaiola no fundo botava um pino assim, botava a espiga de milho ali e uma vara por cima pra detonar. Aí quando mexia lá a tampa caía, [a paca] ficava presa, depois dava um tiro e matava. (Rocco Gregol).

Tinha lugares onde os passarinhos ciscavam bastante. Os piás iam lá e cevavam. Botavam quirera e depois armavam a arapuça. E pegavam pomba, pegavam nambu, tudo, quase tudo quanto era tipo de passarinho. (Maria Florisbela Pires)

Porco de mato até tem a dentadura do porco que comemos. Quantos veadinhos! (risos) Peixe, peixe nesses lageados, ia lá meia hora chegava! Duas vezes botava a rede, tinha que chega. (Constante Szczepanski).

Os depoimentos fornecem indícios acerca das técnicas utilizadas na caça e dos principais animais abatidos. De acordo com a espécie e porte do animal, existiam técnicas diferentes. Para o caçador, era importante conhecer os hábitos do animal que desejava caçar. Para alimentação, os principais alvos eram: porco-do-mato, veado, tatu, quati, lagarto, paca e pássaros. O tamanduá mirim era caçado para utilização de seu couro, muito resistente, do qual se faziam arreios para cavalos e outros utensílios. Predadores como gato-do-mato ou gambá eram abatidos porque atacavam galinhas domésticas e as cobras pelo risco que representavam para as pessoas.

Para a pesca, além da rede e do anzol, existiam vários tipos de armadilhas, como o *paris*, a *encerra*, a *ceva* e o *espinhel*.

O *paris* é uma armadilha para pesca tradicional dos indígenas e constitui-se de uma espécie de cesto comprido feito de taquara: “o *paris* é feito de taquara, com a ponta tipo um funil.” (Antonia Gregol). É instalado em trechos mais rasos dos córregos, de maneira a canalizar a água do rio: “dentro d’água, botava em cima na água assim e trancava a água em roda que viesse tudo pro canal, pro *paris*.” (Rocco Gregol). Ao seguir o curso da água os peixes entravam no *paris*, do qual não conseguiam sair, permanecendo vivos na armadilha até que fossem recolhidos.

A *ceva*, termo que define o ato de deixar alimentos em determinado local com o intuito de que o animal selvagem adquira o hábito de ir ao local para se alimentar, era outra técnica empregada na pesca em conjunto com a *encerra* (cercado de pedras para prender os peixes).

Para a ceva se fazia um muro de taipa dentro da água e deixava uma porteira aberta. E se tratava lá [colocava alimentos], de noite os peixes vinham comer e quando era alta hora da noite eu ia lá e chutava o tampo, fechava, [o peixe] ficava trancado dentro. (Rocco Gregol).

Já o espinhel é composto por uma linha presa de um lado a outro do rio, onde são fixados anzóis, como descreve a Sra. Maria Florisbela Pires: “o espinhel é um arame comprido ou uma cordinha também. A cada palmo ou dois tem um anzol. E a gente põe a isca ali”.

As técnicas citadas indicam formas de pescar que permitem a captura de peixes em maiores quantidades, se comparadas ao anzol, e não exigem que o pescador fique esperando o peixe ser fisgado. Neste sentido estão mais relacionados à obtenção de alimentos do que ao lazer. Mas a pesca enquanto momento de relaxamento e de lazer também é relatada pelos moradores de Formosa do Sul:

Nós mulheres, nos primeiros anos que viemos, por uns 5, 10 anos, éramos eu, minha mãe e duas irmãs minhas, nós íamos pescar. Pegávamos os anzóis e íamos no rio pescar lambari. Nosso passatempo era ir pro rio. Senão nós, eu minha mana, minhas duas irmãs vínhamos aqui no morro com os cachorros. Nós soltávamos os cachorros. Lá em baixo, eles [os homens] lá no rio esperavam quando o veado descia no carreiro pra matar. E nós mulheres vínhamos soltar os cachorros, para os cachorros achar o veado. (Sabina De Cezaro).

O depoimento da Sra. Sabina De Cezaro leva a refletir sobre a participação de mulheres nas atividades



de caça e pesca. A ideia de que configuram-se tradicionalmente como atividades masculinas<sup>44</sup>, mesmo que não seja errônea, pode ser relativizada por meio dos relatos de mulheres de Formosa do Sul.

Vinha os veados ali no terreiro, eles matavam. Eu matei uma vez um com a madeira de fazer taiadela [tipo de macarrão]. Peguei, o veado estava entrando na mangueira dos porcos, as meninas foram buscar água e me disseram “mãe, tem um cabrito ali!” Eu saí correndo. Estava espichando a massa, tinha o pau da massa na mão. Tinha o veado lá, dei uma paulada, o veado caiu no chão (risos). Matei o veado com o pau da massa [...]. Peixe eu pescava com a mão. Tinha peixe nesse rio ali. Eu botava uns galhos de mato, eu quebrava o mato e botava em cima dos peixes e enchia um balde com peixes. (Libera Comunello).

Ia na fonte pegar água, o tatu estava cavando. [...] E pegava no rabinho dele, batia a cabecinha na pedra. Era comum matar um tatu. (Maria Florisbela Pires).

Um dia eu matei um tamanduá. O cachorro correu, correu, correu, e eu disse: “O que será lá?”, peguei a espingarda e fui lá. Dei um tiro [...] e depois ele queria avançar nos cachorros, eu peguei ele pelo rabo... bati numa árvore, [...] até que espirrou sangue do nariz, da barriga e tudo [...]. Depois eu disse: “Tá

---

44 Na obra *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*, Thompson (1987) analisa a origem da lei estabelecida no século XVIII, condenando a morte os caçadores que invadissem os parques e reservas dos fidalgos ingleses para caçar e abater os cervos. A abordagem do autor demonstra que, mais do que o interesse econômico em obter lucros através da venda da valorizada carne de cervo, a caçada constituía-se como uma prática cultural, vivenciada por grupos de rapazes e homens de diferentes classes sociais.

contente agora... bicho velho? Tá contente?" E os cachorros davam risada, de alegria, que eu matei ele. (Oliva Picoli).

Ele [gato-do-mato] vinha e comia as galinhas. Tinha um em cima de um angico, meio alto, mas eu disse: "Te dou um tiro, sem vergonha" e os cachorros em baixo. Dei um tiro, bem assim no rosto dele, ele caiu e ficou se batendo e os cachorros pegaram e terminaram de matar... Daí eu disse: "Aquele não come mais agora!" (Oliva Picoli).

Os relatos da Sra. Líbera Comunello, da Sra. Maria Florisbela Pires e da Sra. Oliva Picoli diferem do relato da Sra. Sabina De Cezaro em relação às circunstâncias em que a caçada teria ocorrido, pois enquanto a Sra. Sabina descreve a caça e pesca como um momento de lazer vivido em grupo com outras mulheres (mãe e irmãs) e também com os homens (no caso da caçada), os relatos da Sra. Líbera, Sra. Maria e da Sra. Oliva não estão relacionados a momentos de lazer, mas a situações que fizeram parte do seu cotidiano. A Sra. Líbera estava preparando a refeição quando o veado entrou na propriedade e foi abatido com o utensílio de cozinha. Em relação à pesca, encher o balde de peixes provavelmente teria como principal objetivo prover a família de alimentos. A Sra. Maria estava buscando água quando encontrou o tatu. A Sra. Oliva, matou o gato-do-mato porque ele estava devorando as galinhas criadas para alimentação da família. Do tamanduá abatido, o esposo Sr. Remigio Picoli retirou o couro para utilizar em reparos de utensílios agrícolas: "Depois ele pegou e tirou o courinho dele, daí eu já disse: 'tira o courinho, uma hora precisa', que nós temos a trilhadeira..." (Oliva Picoli).

Analisar estas falas permite refletir sobre a complexidade destas práticas, que além da função de complementar a alimentação, também foram atividades de lazer e sociabilidade na medida em que eram realizadas em finais de semana e em grupos. Além disso, as caçadas e as pescarias tornavam-se assunto para as conversas nos serões, nas festas e outros momentos de encontro. Os detalhes das narrativas, após tantos anos, demonstram o quanto foram lembradas e relatadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar e escrever sobre a história local permite o contato com um imenso conjunto de informações e possibilidades de pesquisa e produção. Na escolha dos caminhos, optou-se por construir uma narrativa que se aproxima daqueles que não tem seus nomes em ruas ou monumentos, pessoas simples, cujos conhecimentos provém, muitas vezes, da prática, da transmissão oral, da observação. Tais conhecimentos, vivenciados e expressos por meio das narrativas, nem sempre tinham na palavra sua definição mais objetiva, às vezes o gesto ou o olhar transmitia um conjunto de significados mais próximo das imagens mentais guardadas na memória do que as frases poderiam formular.

Nas últimas décadas, a história local tem contribuído significativamente para a historiografia, permitindo vislumbrar a complexidade dos processos históricos, das relações de poder e da atuação dos sujeitos. Ao mesmo tempo, a história local, em uma perspectiva social e interligada a outras ações de valorização do patrimônio cultural, tem sido uma importante fer-

ramenta para a conscientização acerca da historicidade dos sujeitos e das relações constituídas nos locais, independente de suas delimitações geográficas. Estes elementos ganham mais força quando aliados a um ensino de história capaz de mostrar e estudar a relação entre os elementos locais e globais.

Compreender a história de Formosa do Sul também é compreender sua relação com outros locais, alguns mais próximos, outros mais distantes, tomando consciência da importância dos caminhos por onde ocorria a chegada de moradores, mercadorias e serviços, ou a saída em busca de atendimento médico, estudo, venda de produtos, visitas a familiares, etc. Se a relação entre diferentes locais é um elemento capaz de definir processos históricos, as relações entre as pessoas são fundamentais em qualquer tempo e espaço. A história de uma vila que se tornou cidade e dos espaços que se tornaram comunidades rurais não pode ser compreendida sem considerar que a ação dos sujeitos não ocorreu isoladamente, mas em grupos familiares, comunitários, político-partidários, profissionais, entre outros.

A narrativa histórica apresentada nesta obra, buscou relatar temas como trabalho, religiosidade, lazer, colonização, política, relação com o ambiente natural, sociabilidade, cotidiano, saúde e segurança. Assuntos demasiado amplos para que uma única obra pudesse abordá-los com a merecida atenção, neste sentido, cabe lembrar a metáfora do retrato, citada na introdução, como uma das imagens possíveis, e deixar o convite para outras pesquisas e novas interpretações das fontes apresentadas neste trabalho.

Também é preciso agradecer a todos que colaboraram de uma ou outra forma, tanto na pesquisa, quanto na edição e publicação desta obra, especialmente a todos que colocaram a disposição suas memórias concedendo entrevistas, mostrando fotografias, objetos e lugares. Se a construção de uma narrativa histórica com base em depoimentos orais pode falhar na exatidão das datas, nomes ou outros detalhes, traz a expressão do vivido e não se isenta da emoção impregnada a cada lembrança. Com certeza, muitas pessoas importantes para a história de Formosa do Sul não foram citadas, até mesmo porque a obra não teve a pretensão de se constituir como uma “história oficial”, nem mesmo como uma “verdade absoluta”. Nosso desejo é que ela faça parte de um conjunto de ações voltadas à valorização do patrimônio cultural, ao registro das memórias e à produção de conhecimentos de caráter histórico cada vez mais ampla e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografias

ALBA, Rosa Salete (Org). **Estudos de Geografia Agrária do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relações entre a pequena produção e a agroindústria no oeste catarinense. 1987. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (Orgs). **Antes do oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2008.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, n. 23, p. 265-343, 2006.

DMITRUK, Hilda B. JAGUSENSKI, Therezinha C. **Nova Itaberaba: o presente em busca do passado**. Chapecó: CEOM, 2001.

DMITRUK, Hilda B. Ocupação pré-colonial do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, n. 23, p. 99-148, 2006.

EIDT, Nair Schuck; LUCHESI, Maria Terezinha. **Agricultura tradicional, modernização tecnológica, via integração**. 1996. Monografia (Conclusão do curso de História). Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1996.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistemas de produção**. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>> Acesso em: 01 dez. 2011

FLORES, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

GIALDI, Francisco. **Maravilha, sua terra, sua gente, sua história**. 2. ed. Porto Alegre: EST Editora, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARTMANN, Romeu Roque. **Memórias e aventuras de um radialista com pitadas de humor**. Chapecó: Estampa, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Formosa do Sul – SC. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso: 23 nov. 2011

KROTH, Sirlei A. **Relações de poder e cotidiano do bairro Santa Inês**. 1993. Monografia (Pós-Graduação em História) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.



LEONEL, Mauro. **O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura.** Estudos Avançados. São Paulo. V. 14, n. 40, p. 231-250, 2000.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Extensão rural e modernização conservadora em Santa Catarina. **Esboços.** Florianópolis, v. 4. n. 4, p. 65-77, 1996.

MUNARI, Lúcia Chamlian. **Memória social e Ecologia Histórica: A agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços.** Florianópolis, n. 10. p. 29-51, 2002.

PAIM, Elison Antonio. Aspectos da Constituição Histórica da Região Oeste de Santa Catarina. **Saeculum.** João Pessoa, n. 14, p. 121-138, 2006.

PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1994.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM.** Chapecó, n. 23, p. 148-187, 2006.

POLI, Odilon. Camponeses Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM.** Chapecó, n.14, p. 11-62, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História.** São Paulo, n. 14. p. 25-39, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL. Disponível em: <<http://www.formosa.sc.gov.br/>> Acesso em: 11 jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Disponível em <<http://www.saolourenco.sc.gov.br/>> Acesso em: 30 abr. 2012.

RAVANELLO, Vilma Inês Ortolan. **Origem da População de Quilombo 1957 a 1961**. 1989. Monografia (Graduação em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas-PR, Palmas, 1989.

REDE DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. **Influência da Lua na Agricultura**. Disponível em: <<http://www.agrisustentavel.com/discussoes/lua.htm>> Acesso em: 30 jul. 2012.

REDE PEPERI. **Temporal de granizo causa destruição em Formosa do Sul**. 30 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.peperi.com.br/home.php?menu=noticia&id=5509>> Acesso em: 16 mai, 2012.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, n. 23, p. 37-71, 2006a.

\_\_\_\_\_. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2ª ed. Chapecó: Argos, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Sociodisséia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

ROGGE, Jairo; CARBONERA, Mirian. O contato cultural entre populações ceramistas pré-coloniais do alto rio Uruguai. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (Orgs). **Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011.

SCHUH, Marcos Batista. **Fios entre memórias: municípios abrangidos pela linha de transmissão de energia elétrica Campos Novos/Santa Marta**. Santa Maria: LEPA, 2005.

\_\_\_\_\_. **Histórias da colonização de Palmitos**. Chapecó: CEOM/UnoChapecó, 2011.

SILVA, Claiton Márcio da. Modernização da agricultura e difusão dos Clubes 4-S no Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, n. 14, p. 63-79, 2001.

\_\_\_\_\_. Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985). **Cadernos do CEOM**. Chapecó, n. 33, p. 37-65, 2011.

SILVA, Claiton; OLIVEIRA, Josiane; SCHUH, Marcos B. **Cordilheira Alta**: pelos caminhos da memória. Chapecó [s.n], 2003.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (Orgs). **Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011.

SONEGO, Rubia Cristina; BACKES, Albano; SOUZA, Alexandre F.. Descrição da estrutura de uma Floresta Ombrófila Mista, RS, Brasil, utilizando estimadores não-paramétricos de riqueza e rarefação de amostras. **Acta Bot. Bras.**, São Paulo, v. 21, n. 4, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VACCARO, Sandro. **Caracterização fitossociológica de três fases sucessionais de uma floresta estacional decidual, no município de Santa Tereza-RS**. 1997, Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1997.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado. 3. ed. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

WAGNER, Altair. **E... Chapecó levantou vôo**. Florianópolis: De Letra, 2005.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

WOLLF, Juçara N.; SCHUH, Marcos B. **Memória e Experiência**. A construção da história no município de Quilombo. Chapecó: Grifos, 2000.

## Documentos

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA. Levantamento de dados. **Plano Básico de Desenvolvimento Regional**. Federação Catarinense de Municípios. s/d.

\_\_\_\_\_. Darlan Pagani Vieira. **Mapa do zoneamento Formosa do Sul**. Chapecó: AMOSC, 2009. 1 mapa digital, color., 120 x 90 cm, Escala 1:2000.

\_\_\_\_\_. Flávio Rodrigues Freitas. **Mapa rodoviário do município de Formosa do Sul**. Chapecó: AMOSC, 2002. 1 mapa digital, color., 59,4 x 42 cm, Escala 1:40000.

BRASIL. **Coleção de leis**. Ato Institucional nº 2, de 27 de Outubro de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 11 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei->

3924-26-julho-1961-353715-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 07 ago. 2012.

CLEVELAND, Grover. **Laudo Arbitral de 1895**. Disponível em: <<http://www.info.lncc.br/att1895.html>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

ESCOLA BÁSICA RUI BARBOSA. **Relatório 06/08/1974**. Formosa do Sul, 1974.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA RUI BARBOSA, **Projeto Político Pedagógico**. Formosa do Sul, s/d.

QUILOMBO, Prefeitura Municipal. **Conselho Municipal de Turismo**. Histórico de Quilombo. Manuscrito, 1992.

QUILOMBO, Prefeitura Municipal. **Relatório dos negócios públicos e Administrativos de Quilombo**. 1963.

SANTA CATARINA. **Lei nº 8.522 de 09 de janeiro de 1992**. Florianópolis, 1992.

SIMON, Afonso. **Memórias e Pesquisas de Afonso Simon para o 18º aniversário de Criação do município de Quilombo**. Manuscrito: Quilombo, 1979.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL SANTA CATARINA. **Sistema de Histórico de Eleições**. Disponível em: <<http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/index.html>> Acesso em: 18 abr. 2012.

## **Entrevistas**

BAÚ, Adiles De Cezaro; BAÚ, José. **Entrevista concedida ao autor**. Formosa do Sul, 2010.

CELLA, Carlos. **Entrevista concedida ao autor**. Formosa do Sul, 2010.

CELLA, Glória Dovirge; CELLA, Angelo. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

CHIARELLO, José Remigio. **Entrevista concedida ao autor.** Xaxim, 2011.

COMUNELLO, Ademírio José; COMUNELLO, Diva. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

COMUNELLO, Ademírio José. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2012.

COMUNELLO, Líbera Isa Dalsasso. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

CONTE, Domingos. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2012.

CORIOLETTI, Vilsa Maria. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2012.

DE CEZARO, Danilo; DE CEZARO, Sabina Agnoletto. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

GREGOL, Rocco; GREGOL, Antonia Ema Cella. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

LANFERDINI, Catharina Maria Rachele. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

LUCCHETTA, Italvina Mattiolo. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

MALACARNE, Ricieri; MALACARNE, Ida Maria Serraglio. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

MORO, Pierina Lucchetta. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

PICOLI, Oliva Tomazelli; FOPPA, Diva Picoli; FOPPA, Danilo. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

PIRES, Maria Florisbela. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

PISSAIA, Lourdes Assunta. **Entrevista concedida ao autor.** São Lourenço do Oeste, 2012.

RAVARENA, Jandir; RAVERENA, Gema Pasqualon. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

SALDANHA, Sebastião Ribeiro de. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2012.

SIMONATO, Anestor. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2012.

SIMONATO, Idovino Antonio. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

SZCZEPANSKI, Mauri Luiz; SZCZEPANSKI, Iracema Pavionkewik; SZCZEPANSKI, Constante; SZCZEPANSKI, Ademar André. **Entrevista concedida ao autor.** Formosa do Sul, 2010.

## **Fotografias**

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Caminhão carregado de toras de madeira.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Casal Remigio e Oliva Picoli em baile.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Casamento de Romeu Roque Hartmann e Alice Salete Pazin.** Formosa do Sul, 1969. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Eucaristia de Faustino Moro em Linha Serra Alta.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Festa da comunidade de Vila Formosa.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Festa de casamento de Santo Lucchetta e Eliani (Nena) Paoletto.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Festa em Vila Formosa.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Frei Valério Pescantina, catequistas Sra. Lourdes Pisaia e Sra. Adelina Chiarelo com crianças e moradores de Vila Formosa em retrato para recordação da eucaristia.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Homens em festa na Vila Formosa.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Italvina Lucchetta e Inadir Lucchetta fritando pastéis.** Formosa do Sul, 1996. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Lembrança da eucaristia das crianças de Vila Formosa, com as catequistas Sra. Adelina Chiarelo e Sra. Lourdes Assunta Pissaia.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Celebração do mandato de ministros extraordinários da palavra e eucaristia realizada na Capela São Cristóvão.** Formosa do Sul, 1975. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Time de futebol formado por moças de Vila Formosa.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Vista externa parcial da Escola Isolada Estadual Vila Formosa.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Vista externa parcial do Salão da Sociedade Esportiva e Recreativa Formosa.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Vista interna de sala de aula da Escola Básica Rui Barbosa.** Formosa do Sul, [19--]. 2 fotografias, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Bois de Inocente Comunello e família.** Formosa do Sul, 1959. 1 fotografia, p&b. Acervo.



\_\_\_\_\_. **Capela São Cristóvão.** Formosa do Sul, 1965. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Casa do Sr. José Chiarello na Rua Santa Catarina.** Formosa do Sul, 1963. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Grupo de homens e rapazes divertindo-se em uma festa.** Formosa do Sul, [19--]. 2 fotografias, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Missa realizada em residência na Vila Formosa.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Mula encilhada que pertenceu ao Sr. Ademário José Comunello.** Formosa do Sul, 1962. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Nair Comunello e Dilce Cozer correndo próximo à moradia na Linha Canela.** Formosa do Sul, 1959. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Pintura da Capela São Cristóvão.** Formosa do Sul, 1965. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura de Formosa do Sul durante a Gestão 1993-1996.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Time de futebol Vila Formosa.** Formosa do Sul, 1962. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Valdomiro Comunello com cachorra de caça.** Formosa do Sul, 1962. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Vista externa parcial da Escola Básica Rui Barbosa.** Formosa do Sul, [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

ONGHERO, André Luiz. **Carrinho de madeira pertencente a família Szczepanski.** Formosa do Sul, 2010. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Debulhador manual pertencente a família Moro.** Formosa do Sul, 2010. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Demonstração do uso de utensílio para debulhar milho.** Formosa do Sul, 2010. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Lamparina a querosene pertencente a família Szczepanski.** Formosa do Sul, 2010. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Lampião a gás pertencente ao Sr. Carlos Cella.** Formosa do Sul, 2012. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Plantadeira manual pertencente ao acervo da Casa da Cultura de Formosa do Sul.** Formosa do Sul, 2012. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Sr. Sebastião Ribeiro de Saldanha com retrato do monge “São” João Maria em sua residência.** Formosa do Sul, 2012. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Sr. Sebastião Ribeiro de Saldanha rezando diante do altar com imagens de santos na sala de sua residência.** Formosa do Sul, 2012. 1 fotografia, p&b. Acervo.

\_\_\_\_\_. **Utensílio para debulhar milho pertencente ao Sr. Carlos Cella.** Formosa do Sul, 2012. 1 fotografia, p&b. Acervo.

## ANEXOS

# ANEXO I

## LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 8.522, de 09 de Janeiro de 1992

Cria o Município de Formosa do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléa Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de Formosa do Sul, desmembrado do Município de Quilombo, constituído pela área territorial do Distrito do mesmo nome.

Art. 2º - O Município de Formosa do Sul, terá como sede a Vila do antigo distrito de Formosa do Sul, elevado à categoria de cidade.

Art. 3º - Os limites do Município de Formosa do Sul passam a ser os seguintes, conforme mapa anexo:

"Ao Norte, com o Município de São Lourenço D'Oeste, inicia no Rio do Ouro, marco de divisa nº 239 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º35'29"S e Long. 52º49'06"W), daí segue por uma linha seca e reta até a divisa entre os lotes nº 10 e 9, marco de divisa nº 243 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º35'11"S e Long. 52º44'40"W).

Ao Leste e Sul e Oeste com o Município de Quilombo, segue pela divisa entre os lotes nºs 10 e 9, 31 e 32, 39 e 38, 60 e 61, marco de divisa nº 244 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º37'10"S e Long. 52º44'32"W), daí pela divisa entre os lotes nºs 61 e 5-E, 62, 63 e 65, marco de divisa nº 245 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º37'09"S e Long. 52º44'01"W), daí segue entre os lotes nºs 65 e 13 de um lado e 12 do outro até encontrar o Lagedo Santiago, marco de divisa nº 246 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º38'19"S e Long. 52º43'52"W) sobe por este até sua nascente, marco de divisa nº 247 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º38'48"S e Long. 52º44'30"W), daí segue pela divisa entre os lotes nºs 10 e 1 de um lado e 4 e 3 do outro até encontrar a estrada que liga a localidade de Barão do Triunfo à SC-468, marco de divisa nº 248 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º39'20"S e Long. 52º44'29"W) segue por aquela até a SC-468, marco de divisa nº 249 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º39'48"S e Long. 52º46'12"W), daí por linha seca e reta até a nascente de um afluente da margem esquerda do Rio do Ouro, marco de divisa nº 250 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º40'09"S e Long. 52º46'04"W), desce por aquele até o Rio do Ouro, desce por este até a fazenda do Córrego São Pedro, sobe por este até o marco de divisa nº 251 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º41'06"S e Long. 52º48'13"W), daí por uma linha seca e reta até o divisor de águas entre os Córregos São Pedro e Caçador, marco de divisa nº 252 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º40'45"S e Long. 52º48'20"W), segue por este divisor passando pelos morros de cotas altimétricas 642 m, 710 m, daí segue pelo divisor de águas entre os afluentes da margem esquerda do Rio Pesqueiro e os afluentes da margem direita do Rio do Ouro, passando pelo marco de divisa 246 e pelos morros de cotas altimétricas 722 m, 669 m, 709 m, até encontrar a divisa das terras de João Cella e a fazenda do irmão Marafon, marco de divisa nº 241 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º37'53"S e Long. 52º50'51"W) segue por esta até encontrar o Rio do Ouro, marco de divisa nº 240 (coordenada geográfica aproximada Lat. 26º37'46"S e Long. 52º48'40"W), sobe por este acima até o ponto de partida."

Art. 4º - O Município de Formosa do Sul, fará parte integrante da Comarca de Quilombo.

Art. 5º - Integrará o novo Município apenas o Distrito sede que permanecerá com a mesma denominação.


Art. 6º - A instalação do Município Formosa do Sul se dará na forma estabelecida em Lei Complementar.

Art. 7º - O índice de participação do novo Município nos tributos estaduais será fixado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda, até 30 (trinta) dias antes da instalação do mesmo.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 09 de janeiro de 1992



Vilson Pedro Kleinubing  
GOVERNADOR DO ESTADO

## ANEXO II MAPAS DE FORMOSA DO SUL

Mapa do perímetro urbano de Formosa do Sul



Editado por André Luiz Onghero. Fonte: AMOSC, 2009.

## Mapa do município de Formosa do Sul



Editado por André Luiz Onghero  
Fonte: AMOSC, 2002.



# ANEXO III

## SÍMBOLOS MUNICIPAIS DE FORMOSA DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL N.005/93

Dispoe sobre a forma e apresentacao dos simbolos Municipais de FORMOSA DO SUL, Santa Catarina, e da outras providencias.

ANESTOR ANTONIO SIMONATO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuicoes legais, que lhe sao conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Municipio que a Camara de Veradores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.- Sao simbolos do Municipio de Formosa do Sul, Santa Catarina, de conformidade com o disposto no § 3 do Art.1 da Constituicao Federal:

- a) Brasao Municipal
- b) Bandeira Municipal
- c) Hino Municipal

Paragrafo Unico - Fica instituido o Brasao Municipal nos moldes e caracteres a seguir discriminados, cujo simbolo devera apos a sua promulgacao e aprovacao, ser usado em todos os formularios e documentos timbrados do Municipio, obedecendo as cores e detalhes heralδικos conforme discriminacao abaixo:

a) O Brasao do Municipio de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, tem os seguinte significados quanto as suas forma e detalhes:

a-1) Contera em sua faixa no sentido horizontal a data de Emancipacao do Municipio, 09.01.de 1.992, com letras de cor preta sobre uma tarja vermelha contendo o toponimo: FORMOSA DO SUL

a-2) Partem da faixa avermelhada inferior externa do Brasao hastes de cana de milho com espigas verdes, cachos de trigo maduro (amarelo), ramos de feijao com vagens maduras caracterizando os principais produtos agricolas predominantes no Municipio.

a-3) No interior do Brasao cosntam as atividades principais do Municipio, sendo: reflorestamento de pinheiros araucaria e arvores nativas, sobre fundo amarelo ouro, juntamento com uma cabeça de bovino e uma de suino, na cor branca contornada por preto, simbolizando a pecuaria, uma das principais riquezas economicas do Municipio. No centro do Brasao, ou coracao do escudo, o arado manual em vermelho, cor predominante da Bandeira, contornado em preto, sobre a terra vergada na cor marrom. Acima o ceu azulado, com cinco estrelas que simbolizam o Cruzeiro de Sul e identificam FORMOSA DO SUL.

a-4) Coroa sobreposta ao Brasao na cor cinza com tres torres contornadas em preto, obedecem a um tracado em perspectiva do centro do Brasao, refere-se a Liberdade, Uniao e Participacao, dando ideia de forca quando se e construido com trabalho dignificante.



a-5)- As tres portas em vermelho que constituem a torre, caracterizam a Liberdade e a Igualdade entre os Homens,Povo e Governo.

Art. 2- Objetivanto a divulgacao Municipalista, o Brasao Municipal podera ser reproduzido em Decalcomanias, adesivos, flamulas, cliches, distintivos, medalhas, objetos de arte e em outros materiais desde que nao sejam alteradas as cores, formato e proporcional, simbologia, ou heraldica.

Paragrafo Unico - E proibida a reproducao dos simbolos Municipais para servirem de propaganda Politica ou Comercial.

a-1) A autoria dos simbolos Municipais (Brasao e Bandeira) do municipio de Formosa do Sul e do Professor de Educacao Artistica das Escola Cenecista Jorge Lacerda, Jair Lemes da Rosa, e do desenhista Heraldico Enir Jose Ramboda ESTAMPLAC de Sao lorencio do Oeste, Estado de Santa Catarina.

#### Art. 3- DA BANDEIRA MUNICIPAL

A Bandeira Municipal de Formosa do Sul, Santa Catarina, obedece as mesmas medidas proporcionais da Bandeira do Brasil, conforme estabelece a Lei n 5700/71, art. 21, sendo que podera ser inferior a medida de 0,90 m por 1,30 m (dois panos) ou superior, devendo obedecer proporcioanlmente em reducao ou ampliacao conforme o numero de panos constante na tabela abaixo:

MEDIDA DA BANDEIRA		COMPRIMENTO DO MASTRO	
N. de Panos	Medidas	Minimo-m	Maximo-m
1-pano	0,45x0,65	2,25	3,15
2-pano	0,90x1,29	4,50	6,30
3-pano	1,35x1,93	6,75	9,45
4-pano	1,80x2,58	9,00	12,60
5-pano	2,25x3,20	11,25	15,75

O tamanho da Bandeira e deficitido pelo numero de panos que ela possui. Cada pano mede 0,45m (45 cm) nas proporcoes da tabela anterior.

§ 1- A confecção da Bandeira Municipal somente poderá ser executada através de autorização do Executivo Municipal, Presidente da Câmara de Vereadores ou seus assessores competentes.

§ 2- É proibida a reprodução dos Símbolos Nacionais quando se destinar a propaganda Comercial ou Partidária.

§ 3 - É vedada a alteração ou inclusão de quaisquer dados, símbolos representativos ou das cores que representam e compõem o Brasão e Bandeira.

Art. 4- A Bandeira Municipal deverá ser hasteada nas repartições e prédios Municipais, nos estabelecimentos de ensino, repartições Públicas ou em Instituições Particulares ou Assistenciais, Artísticas e Desportivas.

§ 1 - A inauguração da Bandeira deverá ser efetuada em solenidade Pública e Cívica, podendo ser designado um Padrinho e uma Madrinha, seguindo-se o Hasteamento com o Hino Nacional e Municipal quando existir.

§ 2 - Quando a Bandeira Municipal é Hasteada junto com a Nacional e Estadual, deverá ser obedecida a seguinte ordem: ao lado direito a bandeira Estadual, ao centro a bandeira Nacional e a esquerda a Bandeira Municipal.

§ 3 - As Bandeiras velhas ou rasgadas deverão ser insinerasdas observando a baixa no Patrimônio Municipal.

§ 4 - A Bandeira Municipal deverá ser hasteada de sol a sol, sendo permitido o seu uso a noite uma vez que se encontre convenientemente iluminada; normalmente se faz o hasteamento as 8,00 horas e o arriamento as 18,00 horas.

#### Art. 5 - DAS CORES DA BANDEIRA MUNICIPAL

Parágrafo Único - Bandeira municipal de Formosa do Sul, Santa Catarina, constitui-se de 04 (quatro) cores que integram as cores da Bandeira Nacional, representando também as cores do Brasão municipal.

a-1) AZUL área maior retangular, que representa e ceu conforme o Brasão Municipal;

a-2) VERDE representado por duas faixas vertical e horizontal, caracterizando a vegetação, reflorestamento e agricultura, ladeadas pela cor amarela.

a-3) AMARELO representado por duas faixas duplas vertical e horizontal, contornando as faixas verdes, representando a riqueza mineral do Município.


a-4) BRANCO representado por um círculo, simbolizando a pureza e a paz, sobre a qual está estampado o Brasão Municipal de Formosa do Sul.

Art. 6 - Os recursos necessarios a execucao desta Lei correrao por conta do Orcamento Vigente.

Art. 7 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicacao, surtindo seus efeitos a partir de 1 de janeiro de 1.993

Art. 8 - Revogam-se as disposicoes em contrario.

Gabinete do Executivo Municipal de  
Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina,  
na, em 15 de janeiro de 1.993

  
ANESTOR ANTONIO SIMONATO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

  
Antonio Campagnolo  
Secretario de Administracao

## Brasão municipal



## Bandeira municipal



## ANEXO IV

# GESTÕES ADMINISTRATIVAS DE FORMOSA DO SUL

### **Gestão 1993 a 1996**

Prefeito: Anestor Antônio Simonato (PMDB)

Vice-Prefeita: Vilsa Maria Corioletti (PMDB)

Vereadores:

Ademar André Szczepanski (PT)

Aloisio Dionisio Janstch (PMDB)

Artemio Lunkes (PDS)

Clovis Sadi Correa (PMDB)

Dilmar Cozer (PDS)

Mirte Milan (PDS)

Olivia Maria Lorensset (PMDB)

Rudimar Conte (PT)

Valmir Francisco Cozer (PMDB)

### **Gestão 1997 a 2000**

Prefeita: Vilsa Maria Corioletti (PMDB)

Vice-Prefeito: Valmir Francisco Cozer (PMDB)

Vereadores:

Ademar André Szczepanski (PT)

Aloisio Dionisio Janstch (PMDB)

Idemar Casagrande (PMDB)

Ivalcir Antonio Tressoldi (PT)

Jair Lovison (PDT)

Leo Pedro Migliavaca (PPB)

Leonardo Domingos Cella (PPB)

Marilete Teresinha Lorensset (PMDB)

Silvio Fossatti (PMDB)

Suplentes que assumiram vagas no legislativo:

Ivonei Conte (PMDB)

Neodir Tressoldi (PMDB)

### **Gestão 2001 a 2004**

Prefeito: Anestor Antônio Simonato (PMDB)

Vice-Prefeito: Gelsi Pedro Gregol (PMDB)

Vereadores:

Adilmo Roque Comunello (PPB)

Angelo Roberto Záttera (PMDB)

Delci Wons Montegutti (PT e PMDB)

Genir Chemin (PMDB)

Idemar Casagranda (PMDB)

Irineu José Szczepanski (PPB)

Ivonei José Conte (PMDB)

Jandir Nelson Gris (PP)

Jucerléia Rodrigues da Silva (PT)

### **Gestão 2005 a 2008**

Prefeito: Anestor Simonato (PMDB)

Vice-Prefeito: Vilson Casagranda (PMDB)

Vereadores:

Adilmo Roque Comunello (PSDB)

Aloisio Dionisio Janstch (PMDB)

Angelo Roberto Záttera (PMDB)

Divonei de Cezaro (PSDB)

Genir Chemin (PMDB)

Gilmar Bregalda (PMDB)

Irineu José Szczepanski (PP)

Jandir Nelson Gris (PP)

Rudimar Casagrande (PT)

### **Gestão 2009 a 2012**

Prefeito: Jorge Antonio Comunello (PP)

Vice-Prefeito: Moacir Paulo Fiorese (PT)

Vereadores:

Aloisio Dionisio Janstch (PMDB)

Carlinho Luis Silvestri (PMDB)

Claudio José Nervo (PMDB)

Irineu José Szczepanski (PP)

Ivalcir Antonio Tressoldi (PT)

Jamile Ines Cozer (PMDB)  
Leodir Mario Balzan (PP)  
Maria Adélia de Lara (PPS)  
Vildomar Venturin (PT)